Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: março de 2009.

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Índice

Altas emissões de CO2 estão deixando os oceanos ácidos, o que pode extinguir espécies – Globo rural – março de 2009 7
Gado de desmatador será ilegal, diz ministro – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 01/03/2009 8
A crise e as oportunidades para a retomada do desenvolvimento econômico no Brasil – José Luis Oreiro – Carta Maior – 02/03/2009 9
Que desenvolvimento é econômico e social? – Amir Sader- Carta Maior - 02/03/2009.. 11
Obama: esperança para ir além de Kioto – O Globo – Mundo – 02/03/2009..... 12
Pagamentos por serviços ambientais podem reduzir desmatamento – Sítio Eletrônico do MMA – 02/03/2009 14
Integração regional na América do Sul: razões para a incerteza – Carta Maior – 03/03/2009 14
Ibama poderá convocar Força Nacional para combate a crimes ambientais – Grace Perpetuo – Sitio Eletrônico do MMA – 03/03/2009 32
Recuperar o meio ambiente pode render dividendos – Suelene Gusmão – Sítio Eletrônico do MMA – 03/03/2009 34
Desmatamento na Amazônia tem maior queda dos últimos anos – Paulenir Constâncio – Sítio Eletrônico do MMA – 03/03/2009..... 35
Inpe aponta queda de 70% no desmate da Amazônia – Folha de São Paulo – Brasil – 04/03/2009 36
Amazônia perdeu duas cidades do Rio em 6 meses – O Globo – O País – 04/03/2009 .. 37
Governo inicia trabalho nos municípios que desmatam na Amazônia – Suelene Gusmão – Sítio Eletrônico do MMA – 04/03/2009 38
PAC e Territórios da Cidadania são ações gêmeas contra a crise – Carta Maior – 05/03/2009 39
Sinais de implosão: rumo à desintegração do sistema global – Carta Maior – 05/03/2009 42
Hoje Brasil tem a possibilidade real de desenvolver outro modelo – Carta Maior – 05/03/2009 47
Combater a Crise e Promover o Desenvolvimento (Não é uma escolha) – Luiz Fernando Cardim – 05/03/2009 49
Ministério propõe pacto municipal pela sustentabilidade para salvar Amazônia – Carlos Américo – Sítio Eletrônico do MMA – 05/03/2009 52
Ruralistas dominam Comissão de Meio Ambiente da Câmara - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Política - 05/03/2009 53
Regulamentação é exigência para sobreviver ao tsunami da crise – Carta Maior – 06/03/2009 54

A hora de mudar as instituições financeiras internacionais – Carta Maior – 06/03/2009 58
Qualificar politicamente a integração regional para enfrentar a crise – Tiago Thuin – Carta Maior – 06/03/2009 61
Limites e resultados de um keynesianismo que desafia o Brasil – Carta Maior – 06/03/2009 63
Conceição: Banco só se comporta se o Banco Central obrigar- Carta Maior – 06/03/2009 65
O paradoxo da Amazônia – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 06/03/2009 .. 68
Amazônia seca vira chaminé de carbono – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência - 06/03/2009 70
Dado de campo não coincide com o de satélites – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 06/03/2009 72
Projeto Gestar é modelo para combate à degradação ambiental – Carlos Américo – Sítio Eletrônico do MMA – 06/03/2009 72
Conama avalia resolução para coibir exploração ilegal da floresta amazônica – Paulenir Constancio – Sítio Eletrônico do MMA – 06/03/2009 73
Crescer e amadurecer – Marina Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 09/03/2009 74
Bloco do Brasil corre risco na negociação de clima – Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional – 09/03/2009 75
Os conflitos no licenciamento ambiental – Sergio Guerra – Valor Econômico – Legislação e Tributos – 09/03/2009 77
Legalidade ambiental na Amazônia – Carlos Minc – Folha de São Paulo – Opinião – 10/03/2009 79
Encontro sobre o clima deve ampliar pessimismo – Gustavo Faleiros – Folha de São Paulo – Ciência – 10/03/2009 81
Legislação barra avanço de plantio, diz Agricultura – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 10/03/2009 82
MMA reúne os 19 municípios que mais desmatam em Mato Grosso – Carlos Américo – Sítio Eletrônico do MMA – 10/03/2009 83
Conama analisa normas para produtos florestais e ZEE da BR 163 – Sítio Eletrônico do MMA – 10/03/2009 84
MMA reúne especialistas dos países ricos em biodiversidade – Gerusa Barbosa – Sítio Eletrônico do MMA – 10/03/2009 85
MMA vai transferir tecnologia para municípios combaterem desmatamento – Sítio Eletrônico do MMA – 10/03/2009 86
Minc anuncia ações para guerra total ao desmatamento em 2009 – Sítio Eletrônico do MMA – 10/03/2009 87
Calor absorvido quadruplica no Ártico – Gustavo Faleiros – Folha de São Paulo – Ciência – 11/03/2009 88
Lucros com biodiversidade têm que ser divididos com populações tradicionais – Grace Perpetuo – Sítio Eletrônico do MMA – 11/03/2009 90

Clima pode comprometer 85% da mata amazônica – Gustavo Faleiros – Folha de São Paulo – Ciência – 12/03/2009 91
QUEIMADAS: SOLO MAIS ÁCIDO E LAGOS SATURADOS AMEAÇAM BIODIVERSIDADE – Folha de São Paulo – Ciência – 12/03/2009 92
Ciência enfrenta política em encontro sobre clima – Gustavo Faleiros – Folha de São Paulo – Ciência – 13/03/2009 92
Cinzenta previsão – O Globo – Ciência – 13/03/2009 93
Demanda por água vai se agravar – Carlos Albuquerque – O Globo – Ciência – 13/03/2009 95
MMA propõe energia solar para casas do PAC da Habitação – Sítio Eletrônico do MMA – 13/03/2009 96
Agenda 21 poderá investir até R$ 5,7 milhões na Operação Arco Verde – Daniela Mendes – Sítio Eletrônico do MMA – 13/03/2009 97
PF investiga aliança entre madeireiros e sem-terra – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 16/03/2009 98
Ibama inicia hoje operação contra desmate – Folha de São Paulo – Brasil – 16/03/2009 99
Negócio verde – Valor Econômico – Empresas – 16/03/2009 100
O IMPACTO GLOBAL DO AQUECIMENTO NOS ANIMAIS – O Globo – Ciência – 17/03/2009 100
Savana aumenta 170% até 2100 na Amazônia, diz Inpe – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 17/03/2009 101
Prazo para acordo é curto, afirma ONU – Folha de São Paulo – Ciência – 17/03/2009 103
Cerrado será incluído no Inventário Nacional de Floresta – Sítio Eletrônico do MMA – 17/03/2009 103
Governo vai elaborar lista verde para incentivar combate ao desmatamento – Sítio Eletrônico do MMA – 17/03/2009 104
Governo vai monitorar impacto do aquecimento global sobre o Nordeste – Paulenir Constancio – Sítio Eletrônico do MMA – 18/03/2009 105
Ministério defende turismo sustentável para o meio norte – Carlos Américo – Sítio Eletrônico do MMA – 18/03/2009 106
Fórum das Águas debate o futuro do planeta – Sítio Eletrônico do MMA – 18/03/2009 106
Fundação trabalha para manter a floresta em pé – Valor Econômico – Suplementos – Negócio Sustentável – 18/03/2009 108
Consórcio ZEE Brasil inicia macrozoneamento do Nordeste – Sítio Eletrônico do MMA – 19/03/2009 109
Minc defende metas do Plano Nacional sobre Mudanças do Clima na UFRJ – Sítio Eletrônico do MMA – 20/03/2009 110
Brasil compartilha maior reservatório de água doce da América do Sul – Sítio Eletrônico do MMA – 20/03/2009 111

Até o fim do ano, clima a passo lento - Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 21/03/2009 111
O mundo inveja nossas florestas - Luiz Cornacchioni – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/03/2009 114
Colegiados de 27 novos territórios se reúnem nestes dois dias – Sítio Eletrônico do MDA – 22/03/2009 116
Metrópoles brasileiras emitem menos CO2 – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 23/03/2009 118
Territórios da Cidadania lança novo portal e blog com textos de Ignacy Sachs – Sítio Eletrônico do MDA – 23/03/2009 120
Territórios da Cidadania: Lula diz que Programa é o mais perfeito em 30 anos – Sítio eletrônico do MDA – 23/03/2009 121
MMA avalia ferramenta internacional que projeta cenários para biodiversidade – Lucia Leitão – Sítio Eletrônico do MMA – 23/03/2009 123
Emissão elevada de gases-estufa não é culpa de grandes cidades, aponta estudo – Daniela Shiaretti – Valor Econômico – Brasil – 23/03/2009 124
Governo amplia plano para geração de renda no campo – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 23/03/2009 126
A hora do clima – Carlos Albuquerque – O Globo – Ciência – 24/03/2009 128
MMA e Polícia Federal unem forças para combater crimes ambientais – Sítio Eletrônico do MMA – 24/03/2009 129
Mais sete municípios na lista dos maiores desmatadores – Sítio Eletrônico do MMA 24/03/2009 130
ONU quer meta ambiental para Pequim – Valor Econômico – Internacional – 24/03/2009 133
Uma "blitz" por novas regras ambientais – Valor Econômico – Agronegócios – 24/03/2009 134
Sequestro oceânico de CO2 falha em teste – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 25/03/2009 135
Mais temporais, menos garoas – O Globo – Ciência – 25/03/2009 137
Guardas-parque começam a ser capacitados para proteção das Ucs – Sítio Eletrônico do MMA – 25/03/2009 138
Programa prevê habitações populares ambientalmente sustentáveis – Sítio Eletrônico do MMA – 25/03/2009 139
Solos: riquezas desperdiçadas - Alain Ruellan – Valor Econômico – Opinião - 25/03/2009 140
Código florestal – Valor Econômico – Agronegócios – 25/03/2009 143
Ibama multa fazendas da área em R$ 42 milhões – Folha de São Paulo – Brasil – 26/03/2009 143
Minc reitera compromisso de concluir ZEE da Amazônia em 2009 – Lucia Leão – Sítio Eletrônico do MMA – 26/03/2009 143

Mudança do Código Florestal em pauta – Mauro Zanatta – Valor Econômico – agronegócios – 26/03/2009 145
Bons projetos e boas intenções – Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/03/2009 146
Amazônia é menos protegida no Brasil – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Brasil – 29/03/2009 147
EUA dizem que vão lutar por acordo do clima – Folha de São Paulo – Ciência – 30/03/2009 149
Ibama comemora 20 anos de luta pela preservação ambiental – Sítio Eletrônico do MMA – 30/03/2009 150
Ministro do Meio Ambiente defende analistas ambientais do Ibama – Sítio Eletrônico do MMA – 31/03/2009 151

Altas emissões de CO2 estão deixando os oceanos ácidos, o que pode extinguir espécies – Globo rural – março de 2009

A **poluição nos oceanos**, causada por seres humanos, está deixando as águas ácidas tão rapidamente que, nas próximas décadas, é possível que sejam recriadas as condições da época em que os dinossauros ainda viviam. Segundo o diário britânico **The Guardian**, o alerta será feito por cientistas da **Bristol University**, durante um encontro de especialistas em clima na cidade de Copenhagen, Dinamarca, que começa nesta terça-feira (10/03). A **acidificação dos mares** está sendo provocada pela elevada quantidade de **gás carbônico** lançada por chaminés e escapamentos, que se dissolvem no oceano. A mudança química em curso está fazendo uma pressão sem precedentes na vida marinha e pode causar extinções generalizadas, segundo os especialistas.

Os organismos mais atingidos devem ser aqueles que possuem carapaças formadas por **cálcio**, a exemplo das **lagostas**. Para os estudiosos, a situação no fundo dos oceanos é ainda mais preocupante. Eles compararam os níveis de acidificação atual com a liberação pré-histórica de gases do **efeito estufa** (o que é consenso entre os geologistas de ser a causa da destruição em massa de espécies de águas profundas na época), e concluíram que a situação está caminhando para um fim semelhante.

A pesquisa da Bristol University é uma das primeiras a prever as consequências das águas ácidas baseando-se em eventos passados - e os dados devem ser revelados com mais detalhes nos próximos dias. De acordo com os cientistas britânicos, se a acidificação no fundo do mar ultrapassar 0,2 unidade de pH (indicador que aponda a acidez ou a neutralidade de uma substância), os efeitos danosos não poderão ser evitados. O pH na superfície da água, onde o gás carbônico é absorvido da atmosfera, caiu 0,1 unidade de ph desde a revolução industrial, e a idéia é de que não leve muito tempo para que a acidez alcance as águas profundas. Segundo os especialistas que estarão presentes no evento desta semana, em Copenhagen, a acidificação já está afetando a vida marinha no **Ártico** e na **Antártida**.

O encontro irá ainda atualizar a publicação de 2007 feita pelo **IPCC**, o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas. Na ocasião, será revelado se as projeções feitas à época sobre a elevação do nível dos oceanos foram subestimadas e se o aumento da temperatura global pode ser limitada a 2ºC.

Gado de desmatador será ilegal, diz ministro – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 01/03/2009

Reinhold Stephanes afirma que rebanho da Amazônia só poderá ser transportado se produtor preservar ao menos 80% de sua área

Fiscalização deverá ser feita pela Embrapa; estratégia do ministro é ganhar pontos com Lula para depois propor mudança no Código Florestal

Para colocar em prática o que chama de "plano de desmatamento zero" nas áreas de pecuária da Amazônia, o Ministério da Agricultura vai considerar ilegal o gado criado em propriedade com desmatamento.

Segundo o ministro Reinhold Stephanes disse à Folha, as GTAs (guias de trânsito animal) somente serão liberadas para as propriedades que não tiverem desmatado ilegalmente nos meses anteriores à solicitação. Sem a GTA, o rebanho torna-se irregular e, portanto, não pode ser transportado da fazenda para o frigorífico.
A legislação determina que o produtor na Amazônia preserve ao menos 80% de sua área.

A intenção do ministro é ganhar pontos "ambientais" com o presidente Lula para propor mudanças no Código Florestal.

Um projeto-piloto será implantado neste ano no Pará e terá monitoramento via satélite da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), subordinada a Stephanes.

Um técnico federal ou estadual irá à propriedade e somente emitirá a guia de trânsito do rebanho caso receba uma autorização on-line da Embrapa de que aquela área não tem desmatado ilegalmente.

Para o Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), o monitoramento por satélite deveria ser feito também pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que já auxilia o Ibama.

"Apesar disso, o plano parece positivo pelo fato de partir do Ministério da Agricultura, que nunca fez nada para conter o desmatamento", disse Adalberto Veríssimo, pesquisador do instituto.

A pecuária tem sido apontada por ambientalistas como o principal vilão da derrubada de árvores na Amazônia. Não há, porém, estimativas oficiais sobre isso. Dados do Inpe colocam o Pará no topo do desmatamento da Amazônia Legal. Dos 11.968 km2

desmatados entre agosto de 2007 e julho de 2008, 5.180 km2 foram registrados no Estado. Segundo o IBGE, o Pará tem o quinto maior rebanho do país. Antes de o plano entrar em operação, é preciso fazer um mapeamento das áreas e equipar todos os técnicos, pois hoje 90% das GTAs, das informações técnicas sobre os animais e dos cadastros dos produtores são emitidos manualmente.

"Se ele estiver desmatando, não terá mais guia eletrônica, e o frigorífico não vai mais comprar dele também. Se ele vai vender dois ou três bois para clandestino, isso não resolve o problema dele", disse o ministro da Agricultura.

Para Luiz Antônio Nabhan Garcia, presidente da UDR (União Democrática Ruralista), o plano é "típico de ditaduras". "O que o produtor vai fazer com o gado, caso não receba a GTA? O ministro está sem base política e, para resistir, está cedendo", diz o pecuarista.

A crise e as oportunidades para a retomada do desenvolvimento econômico no Brasil – José Luis Oreiro – Carta Maior – 02/03/2009

A retomada do desenvolvimento econômico brasileiro exige que o governo reverta o processo de primarização da pauta de exportações e aumente de forma significativa o investimento público em infra-estrutura. A crise econômica mundial é, nesse contexto, uma janela de oportunidades para se resolver os entraves ao desenvolvimento. Cada ponto percentual de redução da Selic gera uma economia de 17 bilhões de reais para os cofres públicos ao longo de 12 meses, quantia essa que pode ser totalmente gasta em investimento. A análise é de José Luis Oreiro.

Os impactos da crise econômica mundial sobre o Brasil interromperam o mais longo ciclo de crescimento da economia brasileira nos últimos 25 anos. No período 2005-2008, a economia apresentou uma taxa média de crescimento de quase 5% ao ano. A depender da velocidade de queda da taxa de juros no primeiro semestre, a economia brasileira deverá apresentar um crescimento de, no máximo, 2% no ano de 2009. O risco de crescimento zero ou negativo para 2009 não está, ainda, totalmente afastado. No entanto, o governo brasileiro dispõe atualmente de uma grande margem de manobra, tanto na política monetária como na política fiscal, para evitar uma queda mais forte do nível de atividade econômica.

Tão ou mais importante do que enfrentar a crise, é tirar da mesma oportunidades para uma retomada duradoura do desenvolvimento. A crise expôs as fragilidades do nosso modelo de crescimento. O crescimento dos últimos três anos esteve baseado na expansão da demanda agregada doméstica, principalmente os gastos de consumo, expansão essa alimentada com o crescimento vertiginoso do crédito bancário. Embora o investimento

viesse se expandindo a taxas robustas desde o final de 2007, a participação do investimento público na formação bruta de capital fixo em 2008 (3,79% do PIB) foi apenas ligeiramente maior do que a média observada no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (3,62% do PIB) e bastante inferior a observada na década de 1970 (7,88% do PIB).

Uma outra fonte de fragilidade do modelo de crescimento brasileiro dos últimos anos foi a tendência a apreciação da taxa real de câmbio. A partir de 2005, a taxa real efetiva de câmbio apresentou uma forte apreciação; movimento esse que levou a referida taxa a atingir uma sobre-valorização de quase 25% com respeito ao seu valor de equilíbrio de longo-prazo. A contra-partida desse enorme desequilíbrio cambial foi o ressurgimento do déficit em conta-corrente em 2008 e uma redução do conteúdo tecnológico das exportações brasileiras. Com efeito, devemos observar que a participação dos setores de alta e média tecnologia na pauta de exportações brasileira se reduziu de 35,6% do total exportado no ano 2000 para 29,1% em 2007.

A primarização da pauta de exportações e a pequena participação do investimento público na formação bruta de capital fixo fazem com que seja impossível que a economia brasileira cresça de forma sustentada a taxa robustas. Isso porque, de um lado, a primarização da pauta de exportações atua no sentido de reduzir a elasticidade renda das exportações brasileiras, o que faz com que a taxa de crescimento de nossas exportações se reduza relativamente ao crescimento da renda mundial.

Dessa forma, ocorre um aumento da restrição externa ao crescimento econômico uma vez que se reduz a taxa de crescimento do PIB que é compatível com o equilíbrio do balanço de pagamentos. Por outro lado, a baixa participação do investimento público na formação bruta de capital fixo atua no sentido de limitar as oportunidades para a expansão lucrativa do investimento privado em função da escassez de infra-estrutura básica (portos, estradas, geração de energia elétrica, etc). Isso porque, o investimento público em infra-estrutura gera grandes externalidades positivas sobre o setor privado, produzindo assim um efeito de indução de novas decisões de investimento, principalmente aquelas voltadas para a produção com vistas à exportação.

A retomada do desenvolvimento econômico brasileiro exige que o governo reverta o processo de primarização da pauta de exportações e aumente de forma significativa o investimento público em infra-estrutura. A crise econômica mundial é, nesse contexto, uma janela de oportunidades para se resolver os entraves ao desenvolvimento. Por um lado, a crise permitiu uma desvalorização significativa da taxa de câmbio, sem efeitos inflacionários relevantes. Se a essa desvalorização for de caráter permanente, então a mesma irá atuar no sentido de reverter a primarização de nossa pauta de exportações.

Por outro lado, a crise permite uma redução substancial da taxa básica de juros. Cada ponto percentual de redução da Selic gera uma economia de 17 bilhões de reais para os cofres públicos ao longo de 12 meses, quantia essa que pode ser totalmente gasta em investimento. Se o Banco Central do Brasil levar a Selic para menos de 10% a.a. até o final do primeiro semestre de 2009, o governo brasileiro terá a sua disposição cerca de 67 bilhões de reais a gastar em obras públicas por ano a contar dessa data. As condições para a retomada do desenvolvimento brasileiro estarão postas.

** Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, Pesquisador Nível I do CNPq e Membro da Associação Keynesiana Brasileira. E-mail: jlcoreiro@terra.com.br. Página pessoal: www.joseluisoreiro.ecn.br.*

Que desenvolvimento é econômico e social? – Emir Sader- Carta Maior - 02/03/2009

O que significa hoje desenvolvimento econômico e social? Pode haver desenvolvimento econômico sem desenvolvimento social? A quem favorece, nesse caso? Desenvolvimento sustentável é somente desenvolvimento econômico compatível com o meio ambiente ou é também desenvolvimento socialmente sustentável? Um seminário sobre um projeto de desenvolvimento econômico e social discute o cerne das questões que decidirão a fisionomia do Brasil na primeira metade do século XXI. O artigo é de Emir Sader.

Brasil é o país mais desigual do continente mais desigual do mundo. Uma desigualdade que cruzou democracias e ditaduras, expansões e recessões econômicas, mas que encontrou seu ápice quando o desenvolvimento econômico foi substituído, como norte do país, pela estabilização financeira. Nunca tantos foram destituídos de tantos direitos –a começar pelo mais universal e básico dos direitos: o do emprego formal.

No entanto, não bastava manter o desenvolvimento como referência, para que fosse acompanhado de progresso social. Tivemos décadas em que houve acoplamento entre desenvolvimento econômico e extensão dos direitos sociais – como reação à crise de 1930 - , quando nos transformamos de país agrícola em país industrial, de país agrário em país urbano, de economia primário exportadora a país industrializado, com um grande mercado interno de consumo de massas.

A ditadura militar cortou esse ciclo virtuoso, desacoplou desenvolvimento econômico de progresso social. Promoveu um modelo centrado no grande capital internacionalizado e nos investimentos externos, impôs o arrocho salarial e, com ele, bloqueou o poder aquisitivo dos setores populares, destruindo ao mesmo tempo sua capacidade de resistência, pela repressão.

A democracia política não trouxe a democracia social, porque não produziu as reformas que fariam com que o país pudesse superar, em toda sua extensão, a pesada carga herdada da ditadura. Ao contrário. Em pouco tempo se impôs um modelo que favoreceu a maior transferência de renda para os setores já privilegiados da nossa sociedade, substituindo o desenvolvimento pela estabilidade, como se já tivéssemos atingido um patamar aceitável de desenvolvimento. "Virar a página do getulhismo" teve o cruel sentido de expropriar dos trabalhadores o emprego formal e a carteira de trabalho – seus passaportes para a cidadania social.

O que significa hoje desenvolvimento econômico e social? Pode haver desenvolvimento econômico sem desenvolvimento social? A quem favorece, nesse caso?

Desenvolvimento sustentável é somente desenvolvimento econômico compatível com o meio ambiente ou é também desenvolvimento socialmente sustentável?

Como disse Lula no discurso da vitória do segundo turno, "nunca os ricos ganharam tanto e nunca os pobres melhoraram tanto de vida". Quando chega a crise e parece não mais ser possível compatibilizar a taxas de juros real mais alta do mundo e a distribuição de renda, como definir os rumos futuros do desenvolvimento econômico e social? É compatível a hegemonia do capital financeiro com a construção de um modelo com eixo nas políticas sociais? Como superar a ditadura da economia e dos mercados, para avançar definitivamente na direção de um Brasil para todos?

Que reforma do Estado é necessária para construir uma democracia com alma social e para deixarmos de ser o país mais injusto do mundo?

Um seminário sobre um projeto de desenvolvimento econômico e social discute o cerne das questões que decidirão a fisionomia do Brasil na primeira metade do século XXI.

Obama: esperança para ir além de Kioto – Elisabeth Rosenthal - O Globo – Mundo – 02/03/2009

Posição do novo governo muda equação global e favorece chance de obter tratado eficaz sobre emissão de gases

NOVA YORK. Até recentemente, a ideia de que as mais poderosas nações do mundo se uniriam para combater o aquecimento global parecia um sonho dos ambientalistas. O Protocolo de Kioto, assinado em 1997, foi amplamente considerado como algo falho. Muitos dos países que assinaram o acordo deixaram para trás suas metas de frear as emissões de dióxido de carbono. Os Estados Unidos se recusaram até mesmo a

ratificálo. E o tratado abriu passagem para os principais países em desenvolvimento emissores, como a China e a Índia.

Reuniões em Washington discutem tema esta semana Mas nessas poucas semanas desde que tomou posse, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, tem mudado radicalmente a equação global, situando o país na vanguarda dos esforços internacionais climáticos e aumentando a esperança de que um efetivo acordo internacional pode ser possível. O chefe de negociações climáticas de Obama, Todd Stern, disse na semana passada que o país se envolveria intensamente na negociação de um novo tratado — que deverá ser assinado em Copenhague, em dezembro.

Esse tratado, especialistas envolvidos afirmam, vai se diferenciar significativamente do acordo de uma década atrás, indo além da redução das emissões de gases de efeito estufa, incluindo mecanismos financeiros e promovendo assistência técnica para ajudar os países em desenvolvimento a cooperar com as mudanças climáticas.

A percepção de que os EUA estão agora seriamente envolvidos com a questão tem um grande peso em promover uma agitação diplomática pelo mundo.

— A lição de Kioto é que, se os EUA não estavam levando isso a sério, não havia motivo para ninguém mais levar — disse Bill McKibben, que dirige a organização ambiental www.350.org.

Esta semana, o principal representante da ONU para questões climáticas, Yvo de Boer, realizar á encontro sem Washington para discutir o tema.

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, está organizando uma reunião com o alto escalão para falar de clima e energia.

Equipes do Reino Unido e da Dinamarca já visitaram a Casa Branca para discutir tais questões. E, na China, a secretária de Estado americana, Hillary Clinton, fez do clima o foco central da sua visita e propôs uma parceria com os Estados Unidos.

Mas um tratado global ainda enfrenta sérios desafios em Washington e no mundo, e as negociações serão um teste para saber o quão longe os EUA e outras nações estão dispostos a ir para combater as alterações climáticas num momento em que economias em todo o mundo estão em crise. A recessão global em si provoca expectativas de uma redução da emissão de gases de efeito estufa.

— A questão no1 será mostrar a todos que os EUA estão num urgente e transformador caminho para uma economia com baixas emissões de carbono — disse John Ashton, secretário britânico de representação para alterações climáticas.

O governo Obama tem dito que vai avançar na legislação federal este ano para reduzir emissões de dióxido de carbono no país — uma promessa que ele reiterou terça-feira em seu discurso no Congresso.

Pagamentos por serviços ambientais podem reduzir desmatamento – Sítio Eletrônico do MMA – 02/03/2009

O pagamento por serviços ambientais na Amazônia Legal poderia reduzir o desmatamento e a degradação da floresta em até 13 milhões de hectares, área próxima ou tamanho do Amapá, até 2016. A estimativa aparece em estudo que será lançado nesta terça-feira (3) pelo Departamento de Articulação de Ações da Amazônia, no auditório do Edifício Marie Prendi, 505 Norte, às 9h30, com a presença do ministro Carlos Minc.

Os estudos do Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise do DAAM resultaram na publicação "Pagamentos por serviços ambientais perspectivas para a Amazônia Legal", que traz um estudo detalhado sobre as possibilidades de uso dos pagamentos para diminuir as emissões de carbono na Região Amazônica.

Pagar as populações tradicionais para manter a floresta de pé em áreas de risco potencial para aumento de desmatamento pela atividade agropecuária, extrativista ou exploração do turismo não chega a ser novidade. Mas um estudo que apontasse os problemas envolvidos com a adoção dos pagamentos, sua capacidade de redução de emissões e as perspectivas de impacto positivo no combate às mudanças globais pretendem contribuir para o debate da idéia. A discussão está avançando no país, tanto que seis Projetos de Lei sobre o assunto tramitam no Congresso.

A publicação analisa programas de pagamento por serviços ambientais dentro e fora do Brasil, começando pela Costa Rica, que foi o primeiro país a adotar a medida e passando pelos casos brasileiros, como o Bolsa Floresta, do governo do estado do Amazonas e o Programa de Desenvolvimento Socioambiental de Produção Familiar (Proambiente), também amazonense.

Integração regional na América do Sul: razões para a incerteza – Gerardo Caetano - Carta Maior – 03/03/2009

Alguns anos atrás, as expectativas e o fervor integracionista na região, especialmente no Mercosul, davam origem a prognósticos muito mais auspiciosos que os atuais. Os contextos variaram dramaticamente desde aquela época. Contudo, apesar das circunstâncias vividas, os “custos” de “sair” e de não estar na região continuam sendo muito maiores. Os países do continente não podem sensatamente implementar estratégias confiáveis para “estar no mundo” sem estarem “na região”, ou pior ainda, estando “contra a região”. A análise é de Gerardo Caetano.

Os atuais contextos em matéria internacional não poderiam ser mais convergentes ao demandarem uma ação sólida, em nível nacional e regional, em matéria de uma renovada iniciativa de inserção mundial a partir da América do Sul. Os processos e acontecimentos de autêntica projeção histórica que vemos ocorrer a um ritmo vertiginoso demandam respostas inadiáveis partindo da região. Cabe mencionar alguns deles: a crise financeira internacional, com suas múltiplas consequências de todo tipo e sua previsível sequela de mudanças a nível da arquitetura institucional do sistema *(1)*; o advento de um cenário mais multipolar, porém com a desvantagem de uma crise aguda dos organismos multilaterais; o clima de incerteza geral em nível mundial, no qual às especulações (e também esperanças, que o tempo se encarregará de calibrar em sua justa medida) após o triunfo de Obama nas eleições norte-americanas somam-se os giros imprevistos de uma Rússia refortalecida e com renovadas aspirações de liderança, uma União Européia em recessão, as incógnitas sobre o rumo que seguirão a China e as outras economias fortes da Ásia, com uma exigência de maior protagonismo e participação do grupo de países emergentes; apesar dos reiterados anúncios afirmando o contrário, a Rodada de Doha "resiste a morrer" e o adiamento de sua conclusão atrasa e condiciona muito fortemente outras negociações internacionais extremamente relevantes para a região *(2)*.

Mudanças muito importantes estão se consolidando em diversas áreas das relações internacionais, como a da Cooperação, a dos desafios da mudança climática, a das migrações, a dos direitos humanos, a possibilidade de aplicar de maneira efetiva as convenções multilaterais vinculadas com agendas de abrangência mundial; entre muitas outras.

Seria possível prosseguir com uma longa lista de processos e acontecimentos similares, mas todos eles iriam convergir no mesmo ponto: a renovação radical dos desafios globais impõe uma reinserção internacional potente da região e dos seus países. É nesse contexto desafiador que devemos pesar os impactos das vicissitudes das agendas e processos nacionais nos países sul-americanos, assim como a multiplicidade das propostas de integração e concertação política no continente, com seus diversos formatos e alcances institucionais, ideológicos, comerciais e produtivos.

Os giros dos processos de integração atualmente em curso de implementação na América Latina não podem ser tirados do contexto do que aconteceu nos últimos tempos no panorama político regional. Em primeiro lugar, tomando como exemplo privilegiado o ocorrido no MERCOSUL, já parece evidente a inutilidade de aferrar-se à "ilusão" da "afinidade ideológica" dos governos dos Estados membros como motor de uma transformação positiva dos processos de integração. Para aprofundar esse ponto, como já foi dito, seria necessário questionar, primeiro, se realmente houve "uma virada à esquerda" nos governos da região e, em caso de resposta positiva, analisar com rigor quais são os limites e alcances do seu conteúdo em matéria de políticas específicas (indagando, por

exemplo, sobre as diferenças entre esquerdas clássicas, "progressismos", movimentos nacionais populares, etc.).

Da mesma maneira, precisaríamos saber até que ponto a chegada desses novos governos na região promoveu (direta ou indiretamente), ou pelo menos até que ponto coincidiu com o retorno de interesses setoriais, nacionalistas e políticos, a maioria deles não muito inclinados a fazer apostas, e principalmente sacrifícios, pró-integracionistas. Por outro lado, é pouco discutível a confirmação de que os processos de integração não se consolidam a partir das "afinidades ideológicas" dos governos que os promovem, senão que requerem a solidez de construções institucionais entre diferentes, circunstância, por outro lado, inerente a uma integração entre Estados democráticos.

Outro ponto inescusável do panorama político regional guarda relação com a persistência de situações de instabilidade política, com a continuidade da crise dos partidos e das formas de representação (que vem junto com o auge de movimentismos, personalização da política, perda de prestígio dos Parlamentos e dos partidos, etc.), com a consolidação de mudanças muito fortes nos mapas nacionais e regionais de movimentos e atores sociais. A este quadro político conflitivo e sempre variável é preciso somar a persistência de desigualdades sociais inadmissíveis, em um continente que continua sendo um dos mais desiguais do planeta, mas que há pelo menos 5 anos apresenta níveis de crescimento econômico muito altos, graças a condições externas conjunturalmente favoráveis para a exportação de *commodities*, que previsivelmente não irão se manter, pelo menos não nestes níveis.

Em um marco que combina insegurança interna com conflitos emergentes de diversa índole, com países que realizam gastos fortíssimos em armamentos e com uma presença militar norte-americana cada vez mais visível (principalmente após a reativação da IV Frota, mas mesmo antes disso), a América Latina, a América do Sul e o próprio MERCOSUL estão vendo como se multiplicam os sinais de sua relativa marginalidade no contexto internacional. Basta consultar indicadores sobre porcentagens de comércio mundial, PIB, fluxos financeiros ou de outra índole para perceber com clareza essa situação. Contudo, em termos de capacidade e eficiência na produção de alimentos agropecuários, de posse de recursos naturais estratégicos (em particular hídricos e energéticos), a situação é muito diferente. Nesse marco, as riquezas e potencialidades da Bacia do Prata, por exemplo, estão longe da marginalidade e já despertam várias cobiças externas.

Os processos de integração e seu balanço incerto

Com o pano de fundo desse panorama político regional, a situação dos processos de integração em nível hemisférico, não apenas na América do Sul, mas, em nível mais amplo,

com relação à América Latina, provoca expressões de desencanto ou, pelo menos, de incerteza. Sobre isto, é importante observar alguns processos que se orientam pelo menos em uma destas duas direções.

A Comunidade Andina de Nações (CAN) parece oscilar entre uma lenta agonia e reposicionar-se assumindo flexibilizações que admitam "avanços em duas velocidades" *(3)*. O Chile, por sua vez, tenta perfilar-se, cada vez com menos chances, como a usina do projeto de uma "Liga do Pacífico", com uma projeção privilegiada para a Ásia e os EUA, ao mesmo tempo que tenta (de maneira mais realista e pragmática) associar-se com o Brasil na promoção do projeto da UNASUL. O SICA e a CARICOM, para além das diferenças entre seus países membros, parecem consolidar sua inserção plena na órbita norte-americana, assim como ocorre com o México.

Mas esta América Latina tão próxima da influência dos EUA começa a sentir as duras conseqüências da já instalada recessão norte-americana, cuja duração é incerta *(4)*. Com a entrada tão acelerada quanto ainda incerta da Venezuela como sócio pleno, o MERCOSUL expande-se, mas sem ter um aprofundamento consistente, adiando uma e outra vez a concretização dos objetivos de suas agendas e o seu anunciado (reiterado até o cansaço) "relançamento". Após o fracasso do projeto ALCA, devido à postura assumida pelos países do MERCOSUL e pela Venezuela (que na época ainda não era sócio pleno do bloco) durante a Cúpula de Mar del Plata, no final de 2005, a presença norte-americana na região parece, contudo, ter se consolidado com a expansão dos TLCs bilaterais, apesar de que a situação atual tende a perfilar mudanças de entidade neste campo a partir do triunfo democrata nas eleições legislativas norte-americanas de novembro de 2006 (que deu a maioria em ambas as câmaras ao Partido Democrata, com suas conhecidas tendências protecionistas).

Esta situação aprofundou-se em seus alcances após o triunfo de Obama e a ampliação da maioria democrata no Congresso norte-americano. O projeto da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), pedra angular do projeto continental do Itamaraty, apesar de alguns acertos iniciais de relevância e das suas potencialidades efetivas em alguns planos *(5)*, não parece terminar de definir com clareza seus objetivos e projeções políticas e econômicas.

Da mesma maneira, volta a proliferar na região uma disputa velada por posicionamentos de liderança e articulação de "eixos" (Brasil vs. México, o "fator" Venezuela e seu projeto bolivariano tão personificado na figura de Chávez, o "eixo" ideológico Bolívia-Cuba-Equador-Nicarágua-Venezuela no projeto ALBA, o "eixo" Brasília-Buenos Aires-Caracas, a projetada e incerta "Liga do Pacífico", etc.). A presença internacional da América Latina, especialmente através do seu protagonismo no G-20 Plus ou de algum dos seus países (Brasil, México e Argentina) no "G-20 financeiro", que discute

uma nova institucionalidade para o sistema financeiro internacional após a crise, não termina de ressignificar seu necessário papel contestatário perante os poderosos (como em Cancún ou em Lima) na possibilidade de concretização de acordos positivos (em particular após o reiterado fracasso da "Rodada de Doha" e de como ficou alquebrado o cenário da OMC) a nível dos âmbitos multilaterais ou bi-regionais com a UE.

Se é cada vez mais verdadeiro que o Brasil passou a ser um "ator global" poderoso, também não resulta consistente seu suporte regional, necessário para a afirmação do seu protagonismo mundial. Em suma, desencanto ou incerteza parecem ser os balanços mais pertinentes neste ponto, independente das apostas ativas que estão em jogo, algumas das quais poderão vir a encontrar projeções favoráveis nos próximos anos.

Os países sul-americanos convergem em suas políticas externas?

Outra forma de perfilar um panorama político geral sobre os processos de integração e concertação política na região é a que deriva da pergunta sobre a convergência ou não das orientações das políticas externas atuais dos governos sul-americanos. Nessa direção, é possível encontrar evidências sólidas da existência de visões estratégicas convergentes na região? Segundo nosso critério, cabe apontar fortes dúvidas quanto a isto. Respaldam essa visão a constatação de que os partidos políticos, principalmente os chamados "progressistas", resultaram muito mais integracionistas na oposição do que eram no governo.

Da mesma maneira, ao mesmo tempo que persiste a força prioritária dos interesses dos Estados nacionais, começam a aparecer de maneira especial fortes receios nos governos da região quanto a apostas de construção de instituições integracionistas ou de articulação de políticas públicas com viés regional ou supranacional. Ao mesmo tempo que os processos integracionistas em curso no hemisfério demonstram dificuldades visíveis para abordar em conjunto sua agenda externa (com particular prejuízo para os países pequenos dos diferentes blocos), que crescem as "tentações" bilaterais com origem no Norte e que persistem as dificuldades de negociação favorável nos cenários multilaterais, torna-se evidente a dificuldade para fazer com que as estratégias comuns de política externa convirjam de maneira efetiva, entre a reiteração de visões tanto hegemonistas quanto provincianas, entre regionalismos "messiânicos" e personalistas e "pragmatismos táticos" sem estratégia.

Como provas muito gráficas nessa direção poderíamos citar a presença exótica e crescente do Irã na agenda externa de vários países da região, alavancada por uma iniciativa muito forte do Presidente Chávez sobre este ponto, que também abrange associações privilegiadas com a Rússia e a Coréia do Norte. É difícil não sentir — no mínimo— perplexidade e perturbação diante dessas situações.

Em suma, mesmo com as limitações que impõem um olhar global sobre um continente tão fragmentado como a América Latina, uma hipótese central poderia apontar na direção de que a mudança na fragmentação configura uma das características mais definitórias do panorama político atual da região, e que esse traço condiciona de maneira marcante o avanço dos processos de integração e concertação política de projeção regional. Da mesma maneira, é possível dizer que essa característica também se transfere para as práticas de inserção internacional nos países sul-americanos. Para além da complexa síntese de convergências e divergências dos processos identificados na análise dos processos desenvolvidos no seio dos Estados nacionais, assim como no marco das experiências em curso dos processos de integração regional, nossa visão aposta em destacar essa marca mais global, que em si mesma está vinculada com um rumo de incertezas das mais variadas.

Com efeito, se é pouco convincente a visão daqueles que negam a existência de uma mudança política de porte no continente, também não convence a daqueles que inferem um rumo claro e determinado desta inflexão de transformação política. Na verdade, como vimos, são muitas as perguntas que se acumulam em torno do possível percurso político de muitos países da América do Sul e do continente em seu conjunto ou de algumas das suas sub-regiões como para "descartá-las" com a referência genérica a uma tendência uniforme e com perfis claros e determinados.

Para citar apenas algumas dessas perguntas difíceis, que não admitem respostas nem atalhos preguiçosos:

O que vai acontecer em Cuba nos próximos anos? Qual será o impacto dessa evolução na América Central e no resto do continente? Qual é o futuro do projeto bolivariano e da própria Venezuela, inclusive para além de Chávez? A Colômbia de Uribe vai encontrar finalmente uma paz viável e uma democracia respeitosa dos direitos humanos depois de décadas de violência? O outro caminho encarnado pelo Peru e a Colômbia, quanto às suas estratégias de inserção internacional com os EUA e a União Européia, vai terminar se afirmando ou será superado pela atual crise? Como o Equador vai concluir as reformas e mudanças encarnadas na experiência do Presidente Correa? Qual é o futuro da Concertação Democrática e do "modelo chileno" após quatro governos sucessivos e a consolidação de sinais de esgotamento? Como será o final do segundo governo Lula no Brasil e o que virá depois? Será que vai se confirmar esse senso comum reafirmado de que a Argentina "só pode ser governada pelo peronismo"? O "kirchnerismo", com Cristina Presidente, será o neoperonismo ou estamos no limiar de uma inflexão política forte e cujo destino é incerto na Argentina? Haverá uma "era progressista" no Uruguai? O que vai acontecer com a experiência singular do governo do MAS e de Evo Morales em uma Bolívia cheia de conflitos e polarizada? O governo de Lugo abre realmente uma nova era democrática no Paraguai? E, para além dos Estados nacionais, qual será o destino dos diferentes projetos regionalistas no continente? América do Sul, América Latina, Ibero-

América, ou simplesmente América, depois do avanço dos TLCs bilaterais ou de uma (pouco provável) iniciativa diferente de projeção continental do novo governo de Obama? MERCOSUL ou "Liga do Pacífico"? Ou predominarão formatos flexíveis de "regionalismo aberto", que habilitem membros e compromissos múltiplos e cada vez mais frouxos entre os Estados que fazem parte dos diferentes projetos integracionistas?

Como já foi dito, muitas perguntas difíceis para que façamos afirmações definitivas e seguras. É por isso que, especialmente a partir de qualquer visão panorâmica que se tente sobre o curso político futuro da América Latina em geral e da América do Sul em particular, fazer as perguntas e apresentar hipóteses que dêem conta do peso da incerteza constitui um caminho analítico mais fecundo.

Algumas outras perguntas e temas para a prospectiva de uma política integracionista mais eficaz

A definição de uma política externa eficaz, especialmente na América do Sul e no Cone Sul, dificilmente pode eludir a necessidade de assumir os dilemas da inserção internacional a partir de perspectivas de blocos regionais, que reforcem a autêntica soberania nacional sem recorrer aos desgastados enfoques soberanistas ou de nacionalismos isolacionistas de velho cunho. A inserção plena em um "mundo de blocos" e a efetivação dos anelados cenários multipolares, na busca de enfrentar com eficácia a ruinosa tentação dos hegemonismos unipolares (acreditamos que hoje estejam em declínio), somente poderá ser construída a partir de uma consolidação real e não retórica dos processos de integração regional e supranacional.

Para defender de maneira efetiva e não retórica um conceito moderno de soberania é preciso incorporar a idéia de que todo processo de integração supõe algum nível de associação política com os sócios de um bloco, que consentem seu comum pertencimento a ele a partir da visão comum de um programa acordado de iniciativas conjuntas de inserção internacional.

Contudo, um olhar atento sobre os atuais contextos nessa direção impõe um registro sensato sobre a necessidade imperiosa de aprendizados e exigências. Nesse sentido, como vimos, os giros dos processos de integração atualmente em curso de implementação na América do Sul não podem ser tirados do contexto do acontecido durante o último tempo no panorama político regional. Sobre o Mercosul, por exemplo, cabe formular uma série de interrogantes em termos de interpelação radical, no limiar da "maioridade" desse bloco regional *(6)*. Algumas delas são expostas a seguir:

Que possibilidades reais existem de renovar um acordo consistente e operacional em matéria de uma reformulação séria do pacto integracionista do Mercosul no seio dos

Estados membros, envolvendo não apenas seus governos atuais, mas o conjunto dos sistemas políticos da região e os principais atores sociais?

É viável, por exemplo, uma agenda de acordos sobre pontos específicos, como assimetrias, coordenação macroeconômica ou harmonização tarifária, dentro dos sistemas políticos dos Estados membros do bloco ou, como parece, certos consensos fundamentais em torno do MERCOSUL e seu futuro foram minados?

Quanto avançaram realmente os níveis de ligação eficaz e inovadora entre o setor público e o setor privado como tema da agenda da inserção internacional promovida pelos governos do Mercosul?

Os países pequenos do bloco, como o Paraguai e o Uruguai, processaram as mudanças notórias impostas pelos processos históricos das últimas décadas nas formas de relacionamento com seus dois gigantescos vizinhos? Nessa mesma direção, que tipos de ações concretas poderiam ser promovidas para ajudar na superação progressiva do conflito uruguaio com a Argentina e para forjar uma nova interlocução do Paraguai com o Brasil a respeito do tema da barragem de Itaipu?

Qual é a forma mais equilibrada de articulação entre essas três tendências de ampliação, aprofundamento e flexibilização que têm dominado os itinerários do MERCOSUL nos últimos anos? Somente através de uma flexibilização que minimize ao máximo os acordos e compromissos entre os sócios do MERCOSUL será possível atender devidamente as legítimas exigências do Paraguai e do Uruguai com respeito ao tema das assimetrias? Pode funcionar a ampliação sem aprofundamento prévio? O que significa, hoje, aprofundar o Mercosul?

Está sendo feita uma análise ponderada dos cruzamentos entre as políticas nacionais dos países integrantes plenos do MERCOSUL e a evolução geral do Mercosul em seu conjunto?

Quais são e quais deveriam ser os limites, alcances e níveis de convergência nas estratégias integracionistas, bilaterais e multilaterais, de cada um dos Estados membros do bloco?

Qual poderia ser um “plano B” em matéria de inserção internacional para os pequenos do bloco, como o Paraguai e o Uruguai, enfrentando a persistência do relacionamento privilegiado (e freqüentemente excludente) entre a Argentina e o Brasil? Que passos deveria ter uma estratégia efetiva nessa direção e quais seriam os fundamentos e os cálculos que respaldariam sua razoável preferência? Já foram medidas de alguma maneira as implicações e conseqüências de diversa índole que teria para ambos os países

uma saída (na hipótese pouco provável do abandono ou na perspectiva mais gradualista da mudança de qualidade da integração, passando de membro pleno para associado) do MERCOSUL? A alternativa é realmente um TLC em sua forma clássica com os EUA ou qualquer acordo de associação com a UE? É viável e desejável para o Uruguai, por exemplo, um caminho "à chilena"?

Caso se mantenham sem mudanças substanciais as atuais condições —sem dúvida deficitárias— do processo de integração para países como o Uruguai e o Paraguai, quais são os limites e alcances da estratégia de combinar, na medida do possível e da forma mais rigorosa, a dupla estratégia de "regionalismo aberto" e "bilateralismo múltiplo"? Tem futuro o atual status quo neste sentido?

Quais são, hoje, a "agenda curta" e a "agenda longa" da integração regional globalmente considerada? Quais são as definições últimas e compartilhadas pelos governos do bloco sobre temas que não sejam estritamente comerciais, como reforma institucional do Mercosul, assimetrias, complementação produtiva, articulação de políticas públicas regionais, convergência cambial, agenda externa comum, desenvolvimento social?

Têm havido avanços efetivos na concretização de instrumentos de "governança regional" dentro do Mercosul, articulando os formatos institucionais da integração com as dimensões territoriais, sociais e culturais? O que significa hoje a idéia de "MERCOSUL social" em termos concretos e específicos de envolvimento e participação de atores de novo tipo? Existe realmente "segurança jurídica" e resolução ágil e consistente de contenciosos dentro do Mercosul?

Há quem afirme que já faz tempo que o Mercosul requer uma "*sinceriamento*" radical e que isso significa rediscutir a fundo e sem concessões o modelo de integração. Isso significaria renovar a discussão entre a viabilidade da "união aduaneira" e a opção por uma concertação política mais flexível, assentada apenas em uma "zona de livre comércio" e "complementação de políticas regionais"?

Esta lista, que certamente não é exaustiva, mostra alguns dos obstáculos concretos que enfrenta não só o MERCOSUL, mas também os outros processos de integração regional ou concertação política no subcontinente sul-americano. Sobre todos e cada um destes pontos, os debates são tão extensos quanto intensos, configurando, em muitos casos, o núcleo central das agendas políticas dos processos eleitorais nacionais. E não se deve esquecer que os políticos sul-americanos, para além de suas idéias e aspirações com respeito à integração regional, "dividem cotas eleitorais" em seus respectivos países, no seio de eleitorados pouco sintonizados —quando não diretamente enfrentados— com as demandas e tópicos dos repertórios integracionistas. Quando o que verdadeiramente se

precisa nestas matérias são apostas valentes e de projeção estratégica, o império destas circunstâncias também não é coadjuvante em uma direção favorável.

A agenda externa comum e o caso das negociações entre a União Européia e a América Latina: novos contextos, novos problemas e oportunidades

A consideração da evolução da agenda externa comum dos processos de integração em curso no continente configura, sem dúvida, um observatório privilegiado para ponderar seus alcances. Nesse sentido, por muitos motivos, uma análise, mesmo que seja sumária, sobre o estado das negociações entre a América Latina e o Caribe (ALC) e a União Européia (UE) resulta especialmente útil. Como ponto original de análise eu teria que partir da nova estratégia aprovada pela UE na Cúpula de Essen (1994), da qual já se passaram quase 15 anos sem os resultados que eram esperados. Essas pautas, que eram orientadas para a concretização de um novo tipo de aliança mais profundo entre ambos os blocos continentais, estratégia que depois foi referendada na I Cúpula União Européia – América Latina realizada no Rio de Janeiro em 1999, definiam-se em um novo conceito de possibilidades de acordos bi-regionais na busca de um contexto internacional multipolar.

Ambos os blocos reconheciam aquela circunstância internacional como um cenário propício para aprofundar suas relações, como conseqüência do fim da Guerra Fria. É preciso advertir que essa base não existe mais e que o novo contexto —dominado pelas conseqüências deixadas por uma longa década de pretensão de hegemonismo unipolar presidido pelos EUA, pelo empantanamiento das negociações multilaterais, pelas mudanças operadas em ambos os subcontinentes (UE e ALC) e pela crise financeira internacional que se iniciou— não facilita particularmente esta perspectiva de relações.

Em uma direção negativa tem operado, sem dúvida, a atual fragmentação do conceito e das práticas regionalistas na América Latina. Como já se viu, essa multiplicidade de apostas, longe de reforçar a posição negociadora do continente e suas partes como interlocutores na cena internacional, não fez mais do que enfraquecer, claramente, essa posição. A isso foram somadas, na mesma direção, as vicissitudes da iniciativa hemisférica dos EUA durante os anos da Administração Bush: uma vez detido o projeto ALCA, no final de 2005 na Cúpula de Mar del Plata, optou-se pela via dos TLCs assinados em forma bilateral, com suas agendas conhecidas que incluíam os temas “OMC plus”. Conforme já assinalamos, essa aposta enfrenta, há dois anos, uma forte rejeição, o que fica claro, por exemplo, com o adiamento da aprovação por parte do Congresso norte-americano do tratado assinado com a Colômbia. Tudo parece indicar a previsível continuidade desta situação depois do triunfo democrata nas eleições norte-americanas de 4 de novembro passado e dos fortes impactos da crise internacional nos EUA, que já não podem ocultar sua recessão.

Da mesma maneira, embora de maneira completamente diferente, aponta também nessa direção pouco favorável à ativação das negociações bi-regionais a constatação de que na América Latina persistem a instabilidade política, a pobreza e uma tendência multidimensional ao conflito (interna dos Estados, binacional em algumas fronteiras "quentes") carregada de violência. Não está nada clara, então, a prevista coordenação das políticas bi-regionais e multilaterais entre a União Européia e a América Latina e o Caribe. Da mesma maneira, a própria idéia de cooperar entre blocos para ganhar mais poder de negociação perante terceiros, apesar de já ter tido um marco com a concretização da iniciativa do G-20 Plus, liderada pelo Brasil, não terminou de se perfilar na capacidade inadiável de obter acordos positivos, sem uma agenda única e testimonial de contestação à agenda dos países desenvolvidos.

Em suma, as três lógicas originárias daquele acordo estratégico de 1994, que buscava um autêntico aprofundamento das relações bi-regionais, parecem ter enfraquecido de maneira convergente: 1) a lógica de integração precisou enfrentar obstáculos, entre os quais um dos mais negativos é a falta de vontade política real dos blocos latino-americanos e do MERCOSUL, especialmente no que se refere a avançar em projetos institucionais com um perfil de "supranacionalidade realista", que facilitariam os acordos; 2) a lógica econômica também não manteve seus avanços, uma vez que, embora entre 1992 e 1997 tenha chegado mais capital europeu na América do que em qualquer outro quinquênio do século XX, a situação variou nos anos seguintes, em alguns casos dramaticamente, também devido à forte crise econômica e financeira dos países do MERCOSUL, sem que as novas melhoras dos últimos cinco anos tenham podido recuperar plenamente a situação precedente; 3) a lógica política também se deteriorou, entre uma Europa que não quer interpelar ou provocar de modo direto o hegemonismo norte-americano e que, no máximo – como é o caso típico das suas iniciativas destinadas ao MERCOSUL— atua de maneira reativa (quando os EUA avançam na região, a mesma coisa faz, um pouco depois, a UE), mas que nos fóruns multilaterais, como a OMC, não abandona um formato rígido de aliança básica Europa-EUA.

Contudo, apesar da persistência e, em alguns casos, do aprofundamento destes e de outros problemas, continuam pesando favoravelmente fatores cuja influência não deve ser menosprezada: 1) a singularidade dos vínculos históricos entre a Europa e a América Latina; 2) o fato de que a União Européia continua sendo um sócio comercial e uma fonte de investimentos muito importante para o continente em geral e para a região do Mercosul em particular; 3) apesar de que a União Européia é mais importante para a América Latina do que vice-versa, também pesam as ameaças de não cooperação (aumento exponencial da indignação, narcotráfico, giro para os EUA em política internacional, atrelada aos TLCs ou a outro tipo de acordos, etc.); 4) o objetivo comum e histórico de contestar o hegemonismo norte-americano e de apostar a um multilateralismo e a uma Comunidade Internacional

fortalecidos constitui um objetivo comum e estratégico entre ambas as regiões, seria possível dizer que hoje mais do que nunca.

A isso soma-se uma espécie de "ruptura" ou renovação de agendas que, com uma boa base de interlocução e apesar do ocorrido recentemente em Fóruns Internacionais (Cúpula de Lima, Diretiva de Retorno votada no Parlamento Europeu, confronto na finalmente fracassada Ronda de Doha na OMC), poderia configurar um cenário propício para um novo tipo de aliança, sustentado em apostas mais audazes: perante a recusa norte-americana —praticamente transformada em dogma— de aceitar compromissos multilaterais, a União Européia e a América Latina, com o MERCOSUL à frente, poderiam (talvez até "deveriam", em termos de custo-oportunidade) tentar alianças inéditas de face aos novos temas globais (meio ambiente, mudança climática, direitos humanos, coesão social, etc.), com posturas mais flexíveis em relação à negociação de problemas sempre conflituosos, como o dos subsídios agrícolas, o tratamento da dívida, a modificação da arquitetura financeira internacional, a chamada "Agenda Singapura" e, em especial, o tema da propriedade intelectual, etc., em cenários multilaterais. A princípio, e à luz do ocorrido nos últimos tempos, as reflexões anteriores podem parecer uma aposta pouco realista, mas um exame rigoroso dos contextos internacionais e dos seus desafios mais imediatos, deveria produzir fortes argumentos a seu favor em termos de racionalidade estratégica compartilhada. De qualquer maneira, sobram razões para o pessimismo.

É claro que existem evidências quanto a que não necessariamente a América Latina e o Caribe continuarão sendo, como até agora, objetivos destacados dentro do olhar internacional da União Européia. A isso somam-se outros fatores conflituosos, como os derivados da ampliação da UE (em muitas áreas é mais difícil negociar concessões com a Europa dos 27 do que era com a anterior dos 15). Mas não parece caber dúvida de que um dos aspectos que torna mais complexa a negociação bi-regional entre a Europa e a América Latina está na pouca força dos formatos integracionistas latino-americanos e na assimetria que emerge em negociações que perfilam uma UE coesa frente a uma AL dispersa e heterogênea. As dificuldades recentes das negociações com a CAN e a dispensa que parece estar se confirmando para que países como a Colômbia e o Peru iniciem uma negociação bilateral com a UE em temas comerciais a "outras velocidades" constituem uma boa prova do que estamos assinalando. No Mercosul, como revela a divisão final na postura dos seus integrantes na Ronda de Doha, parece estar se perfilando uma situação similar.

De qualquer maneira, e com o pano de fundo da crise financeira internacional em curso, com o grande projeto de uma globalização menos excludente e mais multipolar e a partir de uma ponderação mais madura sobre seus interesses e possibilidades nos novos contextos, a Europa e a América Latina poderiam encontrar fatores de estímulo na direção de avançar em suas negociações em diversos aspectos. Vamos mencionar alguns deles:

- maior confiança no que pode surgir dessa emergente "sociedade global total" e suas redes (nas quais a cultura e seus vetores desempenham um papel favorável para o aprofundamento dos vínculos), sem abandonar, é claro, a primazia das articulações intergovernamentais;

- a constatação comum, por processos muito diversos e contrastantes, mas vivenciados in situ por ambos os blocos, dos crescentes problemas de viabilidade do "novo capitalismo" e dos seus suportes ideológicos;

- a relevância histórica e estratégica que hoje teria um acordo central em defesa do multilateralismo e da plena vigência do Direito Internacional;

- a possibilidade, também estratégica e viável, de articular, em uma chave alternativa ao que foi feito na matéria pelos EUA nos últimos anos, políticas integrais de segurança e de luta contra o terrorismo, sem a militarização excludente e catastrófica (com resultados bem à vista para Europa) das opções dominantes pelo menos até agora;

- a transcendência de acordos fortes no sentido de apostar em objetivos comuns, ou pelo menos negociáveis, na inadiável reformulação das instituições da ordem internacional;

- a necessidade de construir bases firmes de apoio para ações proativas contra os avanços cada vez mais dramáticos e perigosos da marginalização de sociedades e culturas depauperadas e assediadas, com suas conseqüências duríssimas no muito sensível tema das migrações internacionais; entre outros.

Não há dúvida de que o ocorrido nas últimas Cúpulas não permite apostar fortemente no otimismo. Contudo, persistem processos e fatores que "empurram" na perspectiva necessária de aproximar a América Latina em geral, e o MERCOSUL em particular, à União Européia. Nesta perspectiva, a situação do Chile é, sem dúvida, muito mais avançada do que a apresentada pelos países do MERCOSUL, dado que esse país já tem um grande acordo de Livre Comércio e outros vínculos permanentes e auspiciosos com a União Européia. Não obstante, constituiria um grave erro postular a experiência chilena como um "modelo" a ser copiado pelo resto dos países latino-americanos (um a mais em uma longa série; mais uma vez o árido modelo da cópia), assim como que a UE suponha que seus interlocutores latino-americanos negociarão com os mesmos perfis do país transandino. Tomar por qualquer destes dois atalhos levaria à frustração de uma nova rua-sem-saída e fazer essa advertência agora constitui um imperativo estratégico.

Os rumores sobre as eventuais alternativas "bilaterais" do Brasil.

Parece evidente que o MERCOSUL, por exemplo, deveria retomar com vigor a busca dedicada de acordos com países e blocos externos à região. Suas conquistas positivas nesta direção realmente são poucas: apenas um acordo com Israel em quase 18 anos de vida do bloco desde o Tratado de Assunção de março de 1991. O escasso dinamismo e a falta de vitórias na agenda exterior do bloco, atualmente empurra seus sócios (especialmente os menores, mas não necessariamente apenas eles) a tentarem os acordos com terceiros pela sempre arriscada (e tentadora) via bilateral. Em um cenário em que convergem rumores sobre apostas bilaterais e emergem grandes dificuldades no bloco Mercosul para assumir uma postura comum nos cenários da negociação internacional, dentro de um marco geral de grande instabilidade na cena internacional, os transcendidos sobre a possibilidade de um movimento forte do Brasil nessa direção começam a sucederse.

Em um artigo assinado por Silvia Naishtat na edição do influente "Clarín" de Buenos Aires do passado dia 8 de outubro de 2008, ela assinalava sobre esse particular: "Desde que existe, a União Européia cozinhou todo tipo de acordos. Mas algo acontece com o Mercosul. Depois de uma negociação que já tem 12 anos ainda não conseguiu fechar o trato. Contudo, em Bruxelas não se dão por vencidos, e em dezembro será assinado um ambicioso protocolo. A novidade é que será apenas com o Brasil. O que estava sendo montado com o Mercosul era considerado emblemático, uma vez que se trata de estabelecer uma zona de integração política, comercial e de cooperação entre dois blocos econômicos. Basicamente, permitia ter acesso ao cobiçado mercado europeu. Além disso, tinha um significativo conteúdo político, dado que a região é considerada como estando na zona de influência dos EUA. Foram cogitados vários tipos de receitas, mas tudo terminou em fracasso. Fontes da chancelaria francesa, que hoje exerce a presidência da União Européia, atribuem isso a que o Mercosul não conta com instituições e possui várias vozes.

A verdade é que o Brasil se transformou no grande referencial e, apesar da crise que enfrenta, vai assinar um acordo com a União Européia que por agora exclui a parte comercial, mas inclui a cooperação. Para a Argentina trata-se de um alerta. Depois dos países do Mercosul, para onde vai 22% das exportações, a União Européia é o segundo em importância, com 20%.

Em Paris criticam a posição de Buenos Aires na Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio. O governo de Cristina Kirchner "preferiu proteger sua indústria. O Brasil, com um setor industrial mais desenvolvido, aliou-se com a Europa na negociação", assinalaram. Pelo visto, terá seu prêmio. "O Brasil tenta ser um ator global, não é considerado um a mais na lista", disse Olivier Dabene, do Instituto de Estudos Políticos de Paris. Gerald Martin, da Chancelaria gala, tentou baixar os decibéis e falou em acordos

vigentes, como o que reforça as estatísticas do bloco, curiosamente sob responsabilidade da Argentina" *(7)*.

Apesar de que os desmentidos sobre este tipo de anúncio também se sucedam, tanto por parte do Presidente Lula quanto das autoridades da União Européia, e de que há informações que se orientam em um sentido absolutamente oposto, para além dos rumores a verdade é que de uma análise objetiva da conjuntura não poderia ser descartada a eventualidade de uma iniciativa deste tipo —que, vale dizer, caso se confirme, seria devastadora para o futuro do Mercosul. Seria pelo menos ingênuo não perceber que não faltam razões para que na União Européia e no Brasil tenha quem esteja pensando neste tipo de estratégia. Mas se bem a idéia não é nada absurda, pelo menos como hipótese de análise, será que seria a melhor opção nos atuais contextos? Segundo nosso critério, cabe, no mínimo, questionar isso.

Em uma extensa reportagem com o Presidente Lula, publicada também pelo jornal "Clarín", em 7 de setembro de 2008, perguntaram a ele justamente a propósito das versões que indicavam que após as últimas reuniões da Rodada de Doha o Brasil teria optado por "jogar solitário" no cenário internacional. O primeiro mandatário esforçou-se em desmentir de maneira taxativa essa possibilidade: "Não existe esta possibilidade. Primeiro, porque pessoalmente acredito, trabalho e aposto na integração da América do Sul e, com mais empenho ainda, no fortalecimento do Mercosul. (…) Segundo, como disse no seminário que foi feito em Buenos Aires, é muito importante que o Brasil e a Argentina não se vejam como competidores, mas, sim, como sócios. (…) Em função dessa realidade argentina, o Brasil tem consciência do papel que desempenha na Ronda de Doha e de como combinar isso com a cooperação com a Argentina para sua recuperação industrial. Por isso, não existe nenhuma hipótese nem possibilidade de que o Brasil jogue sozinho. O Brasil tem clareza quanto a que sua relação com a Argentina, quanto mais harmoniosa e mais produtiva for, mais contribuirá para fortalecer o Mercosul e a integração sul-americana. (…) Não devemos ver, em nossas divergências, situações de conflito, senão situações de diferenças; diferenças econômicas e de potencial industrial. Veja, quando o Brasil esteve disposto, na Ronda de Doha, a realizar um acordo com os termos negociados para a agricultura e produtos industriais, é porque o país estava disposto a realizar, no âmbito do Mercosul, as compensações que a Argentina exigisse para não ter problemas.(…) Ocorre que o Brasil trabalhou todo o tempo levando em conta que Doha deveria ter um instrumento: favorecer os mais pobres do mundo, que dependem quase exclusivamente da agricultura e enfrentam um mercado europeu praticamente fechado para eles. O que nós queríamos é que esse mercado se abrisse um pouco" *(8)*.

Como sinal de que as versões jornalísticas sobre este particular reiteram a incerteza e as versões encontradas que se percebem nos meios diplomáticos e acadêmicos, apenas um dia depois, no semanário uruguaio "Búsqueda", sob o título "Crise global e fracasso de

Doha reavivaram interesse da União Européia em um acordo político e comercial com o Mercosul", o jornalista Edison Lanza assinalava, como enviado especial em Bruxelas para realizar um relatório sobre as opiniões predominantes a nível das autoridades comunitárias: "A União Européia (UE) tem um alto "interesse político e econômico" em fechar "um acordo bi-regional equilibrado e amplo" com o MERCOSUL, porque apesar do estancamento deste bloco, é considerado um processo de integração "bem-sucedido" e com potencial de crescimento, disse para "Búsqueda" Angel Carro Castrillo, diretor-geral de Relações Exteriores da Comissão Européia e chefe da Unidade MERCOSUL e Chile desse organismo, durante uma reunião com jornalistas da América do Sul que ocorreu em Bruxelas na sexta-feira 3. (…) O fracasso da Ronda de Doha, a crise financeira mundial e o começo de um período de recessão na Europa, parecem ter provocado a burocracia de Bruxelas na busca de ampliar os mercados e movimentar a dilatada negociação com o MERCOSUL, que até agora se mantinha no congelador e está a ponto de cumprir uma década. "Agora existem mais razões econômicas do que antes, porque podemos superar o percalço juntos", confiou uma fonte da "capital" da Europa" *(9)*.

Por outro lado, é claro que neste terreno de opinião também cabe a pluralidade de visões. Daremos a nossa. A União Européia pode, com realismo, encontrar razões para retomar com mais força e audácia a iniciativa no campo das relações interblocos, independente, inclusive —como vimos— de que sua ampliação recente com a incorporação de doze novos sócios inegavelmente reorienta as prioridades e dificulta ainda mais as negociações bi-regionais. No sentido da necessidade de apostar na oportunidade de relações mais fortes e renovadas, pesam, sem dúvida com especial vigor, os fatores políticos. Existe um perigo comum a ambos os blocos na consolidação do unipolarismo norte-americano e do novo "capitalismo sem regras", cada vez mais excludente e imprevisível em suas conseqüências.

Como vimos, podem ser visualizados temas globais de agenda compartilhada e, em alguns casos, de impacto imediato. Em mais de uma oportunidade foi possível reforçar a noção da reciprocidade de interesses em diversas áreas. Da mesma maneira, a alternativa da sensatez (que sem dúvida passa por um aprofundamento de vínculos de todo tipo) encontra o antecedente favorável da implementação crescente de estilos de cooperação mais dialogada e respeitosa.

Nessa precisa direção, os obstáculos a vencer, que muitas vezes se referem a práticas concretas e mais ou menos formalizadas, são na verdade múltiplos. Nesse sentido, é claro que não ajuda, como já foi dito, a fragmentação e debilidade dos processos de integração atualmente em curso na América Latina. Também não é coadjuvante na melhor perspectiva a inclusão de propostas rígidas nas ofertas européias com respeito ao tema das disciplinas em temas especialmente sensíveis (propriedade intelectual, compras governamentais, normas de competitividade, regulamentação de serviços, etc.), que muito

fazem lembrar os formatos clássicos dos "TLCs norte-americanos" bilaterais e que levou vários países do continente (como Equador, Bolívia e Venezuela) e organizações sociais latino-americanas a denunciarem a possibilidade de um "ALCA europeu".

O fracasso reiterado das negociações entre os blocos da região e outros blocos ou atores extra-zona consolida a tentação do bilateralismo, com o menoscabo da estratégia de negociação bloco-a-bloco, que sempre foi defendida pela União Européia para afirmar sua postura pró-integracionista. Da mesma maneira e nessa mesma linha de privilegiar os processos de integração como centros estratégicos da negociação e da agenda internacionais, a utilização de procedimentos e estratégias que a própria UE já confirmou em seu processo (como o reconhecimento das assimetrias, o tratamento preferencial das economias pequenas, a participação social e a transparência como chaves da negociação bi-regional) seria muito importante para ampliar as possibilidades de sucesso.

Mas é bastante óbvio que não é possível exigir estes comportamentos "virtuosos" e "sensatos" da União Européia quando na América Latina primam a fragmentação, a dispersão, quando não a perplexidade, em relação às prioridades e objetivos centrais em temas-chave, como integração e estratégias compartilhadas de inserção internacional.

Razões e incerteza

Alguns anos atrás, as expectativas e o fervor integracionista na região, especialmente no MERCOSUL, davam origem a especulações e prognósticos muito mais auspiciosos que os atuais. Pensemos, por exemplo, nos anúncios e projetos que vieram após a crise de 2001-2002 no Cone Sul. Os contextos variaram dramaticamente desde aquela época. Contudo, apesar das circunstâncias vividas e daquelas que estão em curso, os "custos" de "sair" e de não estar na região continuam sendo muito maiores. Apesar dos discursos, não parece plausível sustentar hoje que, finalmente, as opções "pela região" ou "pelo mundo" passaram a ser dicotômicas. Se isso é assim, como acreditamos, os países do continente não podem sensatamente implementar estratégias confiáveis para "estar no mundo" sem estarem "na região", ou pior ainda, estando "contra a região". Contudo, como se resolve, da melhor maneira e com a urgência que exigem as demandas das sociedades da região, esse acúmulo vastíssimo de obstáculos e dissonâncias que tanto estão afetando os processos de integração regional na América do Sul?

Essa pergunta, que tal vez seja a chave primordial de toda estratégia de inserção internacional para os países do continente, como já dissemos, requer uma definição política. Não pode ser um mero resultado apresentado como uma "conseqüência natural" da conjuntura, da geografia, da história, da economia ou do comércio. O projeto de uma política exterior e, muito menos, as práticas e estratégias de integração regional e de inserção internacional não podem ser vistas nem resolvidas com esses "olhos de

fechadura". Dar-lhes a atenção adequada requer definições políticas consistentes, legítimas a partir dos próprios procedimentos de decisão, formuladas como chave transversal de visões estratégicas de desenvolvimento e competitividade. Essa é –acreditamos— a via mais adequada para os países sul-americanos que tentam encontrar um "lugar" dinâmico em um mundo cada vez mais complexo e incerto.

(*) Historiador e cientista político. Coordenador do Observatório Político, Universidade da República (Uruguai). Diretor Acadêmico do Centro de Formação para a Integração Regional (CEFIR). Integrante do Conselho Superior da FLACSO. Secretário Acadêmico do Centro Uruguaio para as Relações Internacionais (CURI). Autor de numerosas publicações em áreas de sua especialidade.

(1) Na reunião do chamado "G-20 financeiro", formado pelas 19 economias mais fortes do mundo, mais a União Européia como bloco, participaram a Argentina, o Brasil e o México. Cabe referir que os chanceleres e presidentes dos bancos centrais desses países e blocos reuniram-se primeiro no Brasil, antes da Cúpula de Washington, celebrada a meados de novembro, no que significou uma nova ratificação da liderança internacional do gigante sul-americano e a confirmação de sua condição de "global player". O Presidente Lula impulsou com protagonismo a elaboração de um documento no qual foram sugeridas mudanças profundas no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial, foram pedidos novos instrumentos de regulamentação e supervisão, ao mesmo tempo que se exigia uma participação maior dos chamados países emergentes nos fóruns de decisão da economia mundial.

(2) A este respeito, resulta muito forte a vinculação do resultado final de Doha com a possibilidade de avanços efetivos na negociação de Acordos de Associação entre os blocos e países latino-americanos com a União Européia.

(3) Tal parece ser a via possível para manter o bloco diante da manifesta divergência de caminhos entre o Equador e a Bolívia frente à Colômbia e o Peru, reforçada especialmente em temas como a assinatura de tratados de livre comércio com os EUA ou de acordos de associação bilaterais (pelo menos em relação ao componente comercial) com a UE. A previsível aceitação de uma flexibilidade que permita a coexistência de posicionamentos internacionais tão diferentes parece ser hoje a fórmula mais previsível para efeitos de evitar o desmembramento do bloco.

(4) Observar quanto a isto o impacto previsível nesta direção no México, com mais de 85% de suas exportações destinadas ao mercado norte-americano e com mais de 10 milhões de emigrantes em território norte-americano. É importante lembrar que o Presidente eleito Barack Obama falou em sua campanha eleitoral em reformular o NAFTA e o CAFTA, o que, sem dúvida, teria conseqüências muito duras na região. Já nestes

momentos, existem muitos registros que evidenciam fortes quedas no envio de remessas de migrantes latinos nos EUA para seus países de origem, o que certamente comoverá as economias destes últimos.

(5) Dessa maneira é possível reputar sua eficaz intervenção, promovida inicialmente pelo Chile e depois respaldada pelo Brasil e pelo resto dos países do continente, por ocasião do recrudescimento da crise boliviana há poucos meses. O projeto da UNASUL, que sucedeu com incrível rapidez a fracassada e efêmera tentativa da anterior Comunidade Sul-Americana de Nações, desde o início parece ter se orientado para objetivos específicos, como a concertação política, os projetos de infra-estrutura comum e de articulação energética e o mais controverso tema do chamado "Conselho de Defesa".

(6) Com efeito, em 26 de março de 2009 serão cumpridos 18 anos da assinatura do Tratado de Assunção de 1991, por meio do qual se formalizou o nascimento do MERCOSUL.

(7) Cfr. "Clarín", Buenos Aires, 8 de outubro de 2008. ("Brasil, el socio elegido por París y Bruselas. Cae el acuerdo entre Europa y el Mercosur", por Silvia Naishtat.)

(8) Cfr. "Clarín", Buenos Aires, 7 de setembro de 2008. Lula, em exclusiva com Clarín: "No existe ninguna hipótesis de que Brasil se juegue solo." Por Marcelo Cantelmi, Ricardo Kirschbauum, Eleonora Gosman. Brasília, Enviados especiais.

(9) "Búsqueda", Montevidéu, 9 de outubro de 2008, p. 7. "Crisis global y fracaso de Doha reavivaron interés de Unión Europea en un acuerdo político y comercial con el Mercosur."

Tradução: Naila Freitas

Ibama poderá convocar Força Nacional para combate a crimes ambientais – Grace Perpetuo – Sitio Eletrônico do MMA – 03/03/2009

A partir desta segunda-feira (2), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) poderá convocar a Força Nacional de Segurança Pública para o combate a crimes ambientais nos estados sem ter de pedir a autorização dos governadores. De acordo com a legislação anterior, a tropa de elite que conta com cerca de 500 homens e é subordinada ao Ministério da Justiça só poderia ser convocada mediante um pedido formal dos governos estaduais.

A portaria que altera a legislação foi assinada pelo ministro da Justiça, Tarso Genro, durante cerimônia de lançamento, em Brasília, do Curso de Capacitação de Guarda Nacional Ambiental. A cerimônia contou com a presença do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e do secretário Nacional de Segurança Pública, Ricardo Balestreli, entre outros.

"Houve casos em que nós queríamos convocar a Força Nacional e não podíamos fazê-lo", disse Minc. O ministro lembrou o que ocorreu em Paragominas (PA) no fim de 2008, quando uma ação promovida por madeireiros levou ao incêndio de carros e da sede local do Ibama. "Também jogaram coquetéis molotov no hotel em que estavam os agentes do Ibama, mas nós não tínhamos poder para pedir a convocação da Força Nacional", reiterou. Para o ministro, é preciso desafiar os criminosos ambientais, por mais audazes: "No fundo, são os mesmos que, há 20 anos, assassinaram Chico Mendes e que, hoje, continuam com a arma da impunidade ambiental na mão".

Os ministros do Meio Ambiente e da Justiça assinaram também na segunda-feira (2) uma portaria que instituiu a Comissão Interministerial de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais. Uma terceira portaria criou a Guarda Nacional Ambiental.

Capacitação - O Curso de Capacitação de Guarda Nacional Ambiental começou ontem (2) e vai até o dia 13 de março. Numa primeira fase, o curso irá habilitar 50 bombeiros e policiais militares das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste para atuação com os órgãos de fiscalização ambiental, por meio do Programa de Cooperação Federativa. Até o fim do ano, mais 150 homens receberão treinamento em ecologia, políticas públicas, educação ambiental e biologia de conservação. Os capacitados em defesa ambiental ficarão à disposição do Ibama para ações contra a exploração ilegal de madeira e de combate à grilagem, por exemplo.

O ministro elogiou a iniciativa de valorização dos profissionais que defendem o meio ambiente em campo - e observou que o monitoramento de todos os biomas brasileiros, já em curso, precisa de ações específicas e eficazes para a prevenção e o combate aos crimes ambientais. Para Minc, a proteção ao meio ambiente deve contar com "a mão pesada da Justiça, da Polícia Federal e do Ibama em cima dos criminosos ambientais que destroem água, solo e floresta, desequilibram o clima e empobrecem as pessoas".

Recuperar o meio ambiente pode render dividendos – Suelene Gusmão – Sítio Eletrônico do MMA – 03/03/2009

Conservar matas ciliares, proteger as nascentes dos rios, replantar encostas dos morros e outras providências de conservação ambiental, como a recuperação de carbono, está rendendo dividendos para quem as pratica. A iniciativa é chamada de Pagamento por Serviços Ambientais e é uma das alternativas para a recuperação ambiental de áreas públicas e privadas. Como forma de prover de informações técnicas, conceituais e de base de pesquisas e de cálculo para a nova modalidade de ferramenta para a conservação ambiental, foi lançado hoje o livro "Pagamento por Serviços Ambientais - Perspectivas para a Amazônia Legal", uma publicação feita em parceria com a GTZ (Cooperação Técnica Alemã) e o Ministério do Meio Ambiente.

Segundo o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, o livro dos pesquisadores Jan Börner e Sven Wunder, chega em um bom momento para o Brasil, que está mostrando ao mundo uma série de iniciativas positivas na defesa do meio ambiente, como a acentuada queda do desmatamento na Amazônia, o controle e fiscalização de outros biomas, que não só o amazônico, e o Plano Nacional sobre Mudanças do Clima. "Essa idéia de pagamento por serviços ambientais é generosa e prática", disse Minc, na cerimônia de lançamento da publicação ocorrida hoje (3). Para ele, as informações contidas no livro tiram do nível utópico e traz para a prática diária a idéia de que é possível procurar alternativas sustentáveis para a conservação do meio ambiente.

Aos participantes da cerimônia de lançamento do livro, o ministro lembrou da experiência que ele, como secretário do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, desenvolveu no Rio Guandu. Minc contou que lá um grupo de pequenos agricultores, cerca de 200 famílias, vem recebendo recursos financeiros para restabelecer as matas ciliares do Guandu. "Já foram plantadas mais de um milhão de árvores", disse. O ministro do Meio Ambiente lembrou que uma das formas de remuneração dos serviços ambientais será por meio do Fundo Amazônia, que tem entre suas oito modalidades para liberação de recursos, o pagamento por serviços ambientais.

Uma outra alternativa para pagamento por serviços ambientais relacionada pelo ministro foi o Fundo Clima, que segundo ele, vai render cerca de R$ 900 milhões por ano e cuja criação está para ser votada no Congresso Nacional. Minc informou que este dinheiro, poderá, por exemplo, ser utilizado por agricultores do Nordeste no combate à desertificação e recuperação de solo e água.

O lançamento do livro sobre pagamento por serviços ambientais, ainda de acordo com Minc, chega num momento propício para dar materialidade às idéias que nascem da sociedade. Ele informou que tramita no Congresso Nacional seis projetos de lei em

matérias correlatas e que o Executivo deve enviar à Casa Decreto reunindo todas elas com objetivo de regulamentar o assunto.

O lançamento da publicação que fornece conceitos, estratégias e subsídios para entendimento, discussão, criação e financiamento, foi prestigiada pelo coordenador do Programa Florestas Tropicais da GTZ, Helmut Eger; pelo gerente de projeto do Departamento de Economia e Meio Ambiente, Shigeo Shiki; pelo diretor do Departamento de Articulação de Ações da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, Mauro Pires, da Coordenadora do DAAM, Nazaré Soares e dos secretários, Egon Krakhecke, de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável; Maria Cecília de Brito, de Biodiversidade e Florestas e Vicente Andreu, de Recursos Hídricos e ambiente Urbano.

Desmatamento na Amazônia tem maior queda dos últimos anos – Paulenir Constâncio – Sítio Eletrônico do MMA – 03/03/2009

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, atribuiu a queda de 70 por cento no desmatamento na Amazônia Legal nos últimos três meses, divulgada nesta terça-feira (3) pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), à atuação conjunta dos órgãos ambientais e da Polícia Federal na região. No mesmo período, em 2007 e 2008, os satélites detectaram um total de 2.527 quilômetros quadrados de degradação e corte raso da floresta, contra apenas 754,3 quilômetros quadrados encontrados nos meses de novembro, dezembro de 2008 e janeiro de 2009. A redução no nível de desmatamento é uma das maiores já registradas.

A retração da atividade madeireira na região foi descartada pelo ministro como uma das possíveis causas da queda. Para ele, os efeitos da crise mundial só devem atingir a Amazônia entre os meses de abril e maio. A avaliação de Minc é reforçada pelos dados apurados pelo Inpe, que consolidam o Maranhão como um estado onde o desmatamento vem apresentando números alarmantes para a região.

À medida que a repressão cresce nos demais estados, os desmatadores são levados a buscar outros lugares para sua ação criminosa, lembrou. Por isso, a atuação dos órgãos ambientais no centro-oeste do estado do Maranhão, na região de Imperatriz, tende a ser intensificada, promete o ministro.

"Estamos agindo não só com fiscalização e controle, mas com planos de manejo, acordo com os exportadores e pacto com o setor produtivo da carne, para uma moratória", disse Minc. Ele lembrou, ainda, que a proibição do Banco Central para que as instituições bancárias oficiais não financiem o desmatamento está mostrando seus efeitos nesta

pesquisa. Ele anunciou estar próximo de uma acordo com a Febraban, federação que reúne os bancos privados, para que eles também passem a vetar empréstimos que financiem a degradação da floresta.

O levantamento do Inpe traz o Pará no topo da lista dos estados com maior nível de desmatamento. Dados cruzados de satélites do Brasil, Japão e Estados Unidos, utilizados pelo Inpe, identificaram a derrubada de 318,7 quilômetros quadrados, o que corresponde a algo em torno de 40 por cento da área degradada no período do estudo.

O Mato Grosso, segundo colocado, foi o responsável pelo acréscimo de 272,3 Km2 na área degradada da Amazônia. Entrou, ainda, em operação, um novo satélite, cujo sensor detecta o desmatamento mesmo com o tempo fechado, o CBRS-2B, brasileiro, e o Terra, da Nasa, dependem das condições meteorológicas para produzir suas imagens.

Inpe aponta queda de 70% no desmate da Amazônia – Folha de São Paulo – Brasil – 04/03/2009

Desmatamento em áreas indígenas cresce 9%; Funai culpa não-índios por derrubadas

Segundo o ministro Carlos Minc, queda na devastação se deve à maior fiscalização e à resolução do BC que veta o crédito aos desmatadores

Dados de monitoramento por satélite divulgados ontem pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) revelam que o desmatamento na Amazônia Legal caiu 70% de novembro de 2008 a janeiro de 2009 em relação ao mesmo trimestre entre 2007 e 2008.

A comparação entre os dois trimestres mostra que a devastação caiu de 2.527 km2 para 754,3 km2. Ou seja, o equivalente a mais de um município de São Paulo (1.509 km2) deixou de ser desmatado. Os Estados que lideram o desmatamento foram Pará (318,7 km2), Mato Grosso (272,3 km2) e Maranhão (88,4 km2).

Apesar disso, o desmate em áreas indígenas da Amazônia Legal atingiu 70,42 km2 de novembro de 2008 a janeiro de 2009 -um aumento de 9% em relação ao mesmo período do ano anterior. O levantamento cita possíveis derrubadas em 11 áreas indígenas de Mato Grosso (4), Pará (3), Maranhão (2) e Rondônia (2). As derrubadas somam 9% do total desmatado na Amazônia no período.

Em Mato Grosso, dos 227 pontos de possíveis derrubadas, só 15 foram identificados nas reservas indígenas, mas eles respondem por 17% da área total derrubada no Estado.

A maior parte dos pontos (31) foram identificados em duas áreas com histórico de conflitos fundiários e invasões por não-índios: a terra indígena Maraiwatsede (MT) e a terra indígena Cachoeira Seca (PA). Homologada em 1998, a Maraiwatsede é palco de uma arrastada disputa entre índios, posseiros e fazendeiros.

"Quem desmata ali não são os índios. Há naquela área muitas fazendas antigas e que estão em plena atividade. Os índios não utilizam este tipo de prática em suas lavouras", disse o administrador da Funai em Cuiabá, Benedito de Araújo.

Os dados provêm do sistema Deter (Detecção de Desmatamento em Tempo Real), que só captura parte do desmatamento devido à menor resolução das imagens e às nuvens.

Segundo o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), a queda na devastação se deve à maior fiscalização e à resolução do Banco Central que vetou crédito a desmatadores nos 36 municípios mais devastados. (RODRIGO VARGAS, JOÃO CARLOS MAGALHÃES E HUDSON CORRÊA)

Amazônia perdeu duas cidades do Rio em 6 meses – Soraya Aggege - O Globo – O País – 04/03/2009

Devastação registrou, porém, uma tendência de queda

SÃO PAULO e BRASÍLIA. O desmatamento na Amazônia Legal atingiu pelo menos 2.639 quilômetros quadrados de agosto de 2008 a janeiro deste ano, o equivalente a uma área superior ao dobro da cidade do Rio de Janeiro.

Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Pesquisas Aeroespaciais (Inpe).

Apesar da grande quantidade de floresta destruída, foi registrada uma tendência de queda: no mesmo período do ano anterior foram detectados 3.861 quilômetros quadrados de destruição.

No entanto, segundo o Inpe, a redução de 45% nesses seis meses, em relação ao período anterior, não é válida tecnicamente porque a cobertura de nuvens desta vez foi maior.

As nuvens bloqueiam as fotografias dos satélites e, desta vez, encobriram de 63% a 86% da Amazônia.

Estados como Acre, Amazônia, Amapá e Roraima praticamente não foram monitorados, por permanecerem encobertos. As unidades onde houve maior degradação florestal foram Pará, Mato Grosso, Maranhão e Rondônia.

Apesar da ressalva feita pelos técnicos do Inpe, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, classificou como positiva a queda no ritmo de desmatamento, que, segundo ele, foi de 70% de novembro de 2008 a janeiro deste ano. No entanto, os técnicos no Inpe

dizem não ser correto considerar apenas esse período de três meses usado pelo ministro (quando a cobertura de nuvens é maior, devido ao inverno amazônico). Eles trabalham com um período de seis meses.

Em 2009, aumento dos focos de queimadas Minc disse que as cidades do Maranhão entrarão na lista dos 36 municípios que mais desmatam no país. O estado, incluído na Amazônia Legal, tirou a terceira posição de Rondônia entre os que mais desmatam.

Os dados são do sistema Deter (Detecção do Desmatamento em Tempo Real). Por causa da cobertura de nuvens e da resolução dos satélites, as informações do Deter não representam uma avaliação fiel do desmatamento mensal da Amazônia, segundo o Inpe. Esses dados servem para indicar aos órgãos fiscalizadores o desmatamento em tempo real. As informações mais exatas são anuais, do sistema Prodes.

Outro levantamento do Inpe revelou que, de janeiro a fevereiro deste ano, houve um crescimento de 20% na quantidade de focos de queimadas na Amazônia Legal, apesar da temporada de chuvas. Foram observados pelos satélites 582 focos nos dois primeiros meses do ano.

No mesmo período de 2008, foram detectados 480 focos.

Governo inicia trabalho nos municípios que desmatam na Amazônia – Suelene Gusmão – Sítio Eletrônico do MMA – 04/03/2009

Nos dias 5 e 6 (quinta e sexta-feira) começam a ser colocadas em prática as primeiras ações da Operação Arco Verde, coordenada pela Casa Civil, com a participação de 13 ministérios, entre eles, o Ministério do Meio Ambiente. O Pará será o primeiro a receber a visita dos integrantes da operação. No estado, 13 municípios fazem parte da lista dos maiores desmatadores da floresta amazônica. Nos dias 9 e 10, a equipe irá a Cuiabá (MT); 11 e 12, Porto Velho (RO); e no dia 13, Manaus (AM).

As primeiras ações estarão focadas nos 36 municípios da Amazônia, relacionados entre os maiores desmatadores, responsáveis por 50% de toda a destruição da floresta amazônica. O objetivo da Operação Arco Verde nestes municípios é oferecer alternativas sustentáveis aos gestores municipais para que consigam fazer a transição das atividades predatórias para a legalidade e sustentabilidade e deixar de fazer parte da lista.

Os primeiros passos da Operação Arco Verde coincide com a demanda apresentada pelos prefeitos da região amazônica, em recente reunião em Brasília, que demonstraram ao ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente, uma ansiedade em estabelecer parceria com o governo federal para que suas economias deixem de ter por base as atividades ilegais. De acordo com o secretário Egon Krakhecke, de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, do MMA, a operação, articulada pela Casa Civil, está ancorada em dois conjuntos de ações, as emergenciais e as estruturantes.

De acordo com o secretário, entre as emergenciais destacam-se as ações conjuntas entre o Ministério do Trabalho (MT) e o Ibama. Representantes do MT acompanham as ações de fiscalização realizadas pelo Ibama para assegurar que os direitos trabalhistas dos empregados afetados pelo eventual fechamento de uma atividade ilegal sejam respeitados e que eles possam, por exemplo, utilizar o seguro-desemprego, até que se estabeleçam em outra atividade. "São ações de rápida execução para que se possa reverter as reações negativas para a população local", explicou Krakhecke.

O outro grupo de ações está sendo chamado de estruturante. Entre elas, a oferta de tecnologias sustentáveis, com a participação direta da Embrapa e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); a oferta de assistência técnica para incentivar e embasar a transição do modelo predatório para a utilização de tecnologias sustentáveis, com a participação do Incra e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); regularização fundiária; regularização do passivo ambiental e a capacitação de força de trabalho para sua inserção em atividades sustentáveis.

Programas do MMA - Durante os dois dias de visita da equipe do governo federal ao Pará serão realizados seminários com a participação de representantes dos governos do estado e dos municípios. Na pauta apresentação e discussão das ações governamentais de combate ao desmatamento ilegal e compartilhamento de responsabilidades entre as três esferas de governo. Fundo Amazônia, Agenda 21, Gestar, Desenvolvimento Florestal são programas do MMA divulgados no seminário.

PAC e Territórios da Cidadania são ações gêmeas contra a crise – Carta Maior – 05/03/2009

O Brasil talvez já disponha de um programa anti-recessivo capaz de compor, juntamente com o PAC, uma poderosa alavanca, não apenas para resistir às turbulências atuais. O nome do programa é Territórios da Cidadania, um conjunto de políticas capaz de deflagrar uma nova dinâmica de crescimento, mais equilibrada do ponto de vista regional, e capaz de incorporar, de fato, as populações do campo ao desenvolvimento do século XXI. A avaliação é de Ignacy Sachs.

O Brasil talvez já disponha de um programa anti-recessivo de recorte rooseeveltiano capaz de compor - ao lado do PAC- uma poderosa alavanca, não apenas para resistir às turbulências atuais. Mas para deflagrar uma nova dinâmica de crescimento, mais equilibrada do ponto de vista regional, e capaz de incorporar, de fato, as populações do campo ao desenvolvimento do século XXI.

O nome do Programa é Territórios da Cidadania. O visionário que enxerga na crise uma oportunidade para o Brasil reinventar o seu futuro dessa forma é Ignacy Sachs.

O economista, que dirige o Centro de Estudos sobre o Brasil Contemporâneo, na França, já está no país para participar do Seminário Internacional sobre Desenvolvimento; iniciativa do CDES, o 'Conselhão', ligado à Secretária de Assuntos Institucionais do governo, que a TV Carta Maior transmitirá integralmente, a partir das 9 horas do dia 5.

Ao lado de Luciano Coutinho, do BNDES; de Márcio Pochamnn, do Ipea; do economista James Galbraith, da Universidade do Texas e de Jan Kregel, que chefiou a Área de Desenvolvimento da ONU. O professor Sachs participa na quinta-feira, às 15 horas, em Brasília, da mesa 'O Papel do Estado no mundo pós-crise e os Desafios do Estado Brasileiro'.

O debate terá coordenação da economista e especialista em desenvolvimento regional Tânia Barcelar, professora da Universidade Federal de Pernambuco.

Pouco depois de desembarcar em São Paulo, Sachs falou à *Carta Maior* sobre a oportunidade que uma crise estrutural oferece a uma nova agenda de desenvolvimento.

"Não se trata de otimismo", adverte esse senhor alto e de cabelos brancos, nascido na Polônia, que conviveu durante oito anos com Michel Kalecki, considerado o Keynes de esquerda, cuja obra antecipou várias das idéias que dariam fama depois ao economista de Cambridge. Kalecki escrevia em polonês. Suas idéias ficaram prisioneiras do alcance de sua língua. Só mais tarde seus trabalhos foram reconhecidos pela qualidade e o pioneirismo no tratamento de questões que condicionam o investimento e suas oscilações, portanto, as crises do ciclo econômico. Mais que nunca, uma obra oportuna.

Sachs e Kalecki foram companheiros na célebre Escola de Planejamento e Estatística de Varsóvia. O que se tinha ali era uma espécie de *think tank* avant-la-lêtre de estudos avançados sobre o planejamento socialista, tudo tratado a partir de uma abordagem desassombrada, intelectualmente rigorosa, permitida pelo governo Gomulka, entre 1961 e 1968. O namoro de Sachs com o Brasil, porém, era antigo; o economista aprendia sobre a Polônia para entender os desafios tropicais; do mesmo modo que olhava o Brasil para enxergar melhor seu país .

Sachs chegou ao Rio de Janeiro no início de 1942, trazido "pelo último navio português que aportou com refugiados de guerra" Formou-se em economia na Cândido Mendes e aqui permaneceu até 1954 quando a troca de correspondência com outro economista polonês famoso, Oskar Lange, reitor da Escola de Planejamento levou-o à efervescente experiência política e teórica em Varsóvia. Depois disso viveria na Índia , na

Europa, na África e, novamente, no Brasil reunindo vasta e singular experiência que lhe permite apresentar-se atualmente como ecossocioeconomista. Algo como um desenvolvimentista sintonizado com a questão social – em especial, com o futuro da agricultura familiar; ao mesmo tempo ousado a ponto de ter sido um dos pioneiros a erguer a ponte entre a agenda do desenvolvimento e a do meio ambiente - em especial, a bioenergia.

É com essa bagagem que ele desembarca em Brasília, dia 5, para expor suas idéias no seminário do CDES que vai discutir o crescimento e o Estado brasileiro no pós-crise. Sachs prefere não antecipar suas reflexões sobre o Territórios da Cidadania, na medida em que deve apresentá-las ,em primeiro lugar, ao MDA, que o contratou como consultor do programa no ano passado.

Mas é perceptível seu entusiasmo com a relevância adicional que essa iniciativa adquire em meio à crise que devasta os mercados e as agendas convencionais dos economistas. " Faço uma constatação, não se trata de otimismo nem de pessimismo", argumenta sobre o momento único desfrutado pelo país. "A crise é uma enorme avenida e o Brasil pode pavimentar nela seu futuro no século XXI. Qualquer crise é um tranco, mas é também um hiato de reflexão e escolhas obrigatórias. Este país tem o que escolher, não está tangido por imposições. Ao contrário. Possui um bônus demográfico valioso, com população economicamente ativa superior à soma de idosos e crianças; tem um parque industrial preservado – o que não ocorreu na maioria das economias submetidas ao regime neoliberal nas décadas anteriores; tem um vasto território e desenvolveu tecnologia para explorá-lo de forma sustentável, através da Embrapa; lidera as frentes da bioenergia e da produção de alimentos; tem estoque de capital suficiente e um poderoso mercado interno".

Ele argumenta que o PAC vai dinamizar uma boa parte disso ao reestruturar grandes áreas do território, com forte impacto especialmente em concentrações metropolitanas, através de ações de logística social e urbana. É um imenso canteiro de obras que vem a calhar num momento em que o ativismo do investimento público é a principal arma contra a recessão. "Vejo porém o Territórios da Cidadania", argumenta Sachs , " como um irmão-gêmeo do PAC; gêmeos no sentido de que são iniciativas indissociáveis num projeto de reordenação econômica e social que aproveite as demandas da crise para legitimar novos motores de crescimento".

O economista não menospreza os desafios embutidos num programa inédito e ambicioso como o Territórios da Cidadania. Seu arcabouço reúne recursos (e conflitos) de 15 pastas diferentes; pretende implantar 120 núcleos de intervenção no país; abrange quase mil pequenos municípios e uma população de quase dois milhões de famílias rurais. Tudo isso gravitando em torno dos pólos que concentram os maiores índices de pobreza e os menores IDHs, Índice de Desenvolvimento Humano, de toda a sociedade. De onde então

Ignacy Sachs tira o entusiasmo para enxergar esperança em tamanho nevoeiro de impossibilidades? Sem dúvida da história. Sachs viveu e estudou mutações poderosas. Sabe que estamos diante de uma delas. O longo périplo geográfio, teórico e político de sua vida aguçou sua percepção intelectual diante do novo. E é isso que vê no Brasil nesta hora da crise: uma espaço para a história avançar. No rumo certo. A ver.

Sinais de implosão: rumo à desintegração do sistema global – Jorge Beinstein - Carta Maior – 05/03/2009

O que estamos presenciando agora é a mais completa ineficácia dos estados dos países centrais para superar a crise. Na verdade, a avalanche de dinheiro que estão lançando sobre os mercados, auxiliando os bancos e algumas empresas transnacionais, não apenas não consegue frear o desastre em curso, senão que também está criando as condições para futuras catástrofes inflacionarias, para próximas bolhas especulativas. A análise é de Jorge Beinstein.

Setembro de 2008 marcou um ponto de inflexão no processo recessivo que vinha se desenvolvendo nos Estados Unidos ao longo desse ano: explodiu o sistema financeiro e a recessão começou a se estender rapidamente em nível planetário, ao mesmo tempo que se tornavam evidentes sintomas muito claros de trânsito global rumo à depressão econômica, cuja chegada começou a ser admitida a partir do início de 2009.

Agora estamos assistindo a uma cadeia internacional de quedas produtivas e financeiras, acompanhadas por uma mistura de pessimismo e impotência no mais alto nível das elites dirigentes frente à provável transformação da onda depressiva em colapso geral.

As declarações de George Soros e Paul Volcker na Universidade Columbia, no dia 21 de fevereiro de 2009, marcaram uma ruptura radical (1), muito superior àquela que estabeleceu, dois anos atrás, Alan Greenspan, quando anunciou a possibilidade de que os Estados Unidos entrassem em recessão. Volcker admitiu que esta crise é muito superior à de 1929, e isso significa que carece de referências na história do capitalismo. E que os paralelismos com respeito a crises anteriores tenham desaparecido significa, também, (e principalmente) que desapareceram os remédios conhecidos. Porque 1929 e a depressão que seguiu estão associados à utilização bem-sucedida dos instrumentos keynesianos, à intervenção massiva do Estado como salvador supremo do capitalismo. E o que estamos presenciando agora é a mais completa ineficácia dos estados dos países centrais para superar a crise. Na verdade, a avalanche de dinheiro que estão lançando sobre os mercados, auxiliando os bancos e algumas empresas transnacionais, não apenas não consegue frear o desastre em curso, senão que também está criando as condições para futuras catástrofes inflacionarias, para próximas bolhas especulativas.

Implosão capitalista?

Soros confirmou o que era evidente: o sistema financeiro mundial desintegrou-se, e a isso acrescentou o descobrimento de semelhanças entre a situação atual e a vivida durante a queda da União Soviética. Quais são esses paralelismos? Como sabemos, o sistema soviético começou a desmoronar no final dos anos 1980 para, finalmente, implodir em 1991. O fenômeno tem sido atribuído, em geral, à degradação de sua estrutura burocrática, tornando-o, a princípio, intransferível ao capitalismo, que mantém uma vasta burocracia, mas não hegemônica como era no caso soviético.

Existe um processo, uma doença, que não é patrimônio exclusivo dos regimes burocráticos e que se desenvolveu no capitalismo assim como em civilizações anteriores à modernidade: trata-se da hipertrofia parasitária, do predomínio esmagador de formas sociais parasitárias que depredam as forças produtivas a um ponto tal que o conjunto do sistema fica paralisado, não pode mais se reproduzir e, finalmente, morre afogado em sua própria podridão. Ao longo do século XX, o capitalismo promoveu estruturas parasitárias como o militarismo e, sobretudo, as deformações financeiras que marcaram sua cultura, seu desenvolvimento tecnológico, seus sistemas de poder. As três últimas décadas presenciaram a aceleração do processo, que foi enfeitado com o discurso da reconversão neoliberal, do reinado absoluto do mercado; talvez seu ponto mais alto tenha sido alcançado durante os últimos cinco anos do século XX, em plena expansão das bolhas bursáteis e quando o poder militar dos Estados Unidos aparentava ser imbatível.

Mas na primeira década do século XXI começou o desmoronamento do sistema, o Império ficou preso em duas guerras coloniais, sua economia degradou-se velozmente e bolhas financeiras de todo tipo (imobiliárias, comerciais, de endividamento, etc.) povoaram o planeta. O capitalismo financeirizado tinha entrado em uma fase de expansão vertiginosa, esmagando com seu peso todas as formas econômicas e políticas. Em 2008, os estados centrais (o G-7) dispunham de recursos fiscais que chegavam a uns 10 trilhões (milhões de milhões) de dólares, contra 600 trilhões de dólares em produtos financeiros derivados registrados pelo Banco da Basiléia, ao que é necessário acrescentar outros negócios financeiros. Segundo alguns especialistas, a massa especulativa global supera, atualmente, mil trilhões de dólares (em torno de 20 vezes o Produto Bruto Mundial).

Essa montanha financeira não é uma realidade separada, independente da chamada economia real ou produtiva, mas foi gerada pela dinâmica do conjunto do sistema capitalista: pelas necessidades de rentabilidade das empresas transnacionais, pelas necessidades de financiamento dos estados. Não é uma rede de especuladores autistas lançados em uma espécie de autodesenvolvimento suicida, mas a expressão radicalmente irracional de uma civilização em decadência (tanto em nível produtivo como político, cultural, ambiental, energético, etc.). Há mais de quatro décadas, o capitalismo global com

eixo nos países centrais suporta uma crise crônica de superprodução, acumulando um excesso de capacidade produtiva frente a uma demanda global que crescia, porém cada vez menos. A droga financeira foi sua tábua de salvação, melhorando benefícios e impulsando o consumo nos países ricos, mesmo que a longo prazo tenha envenenado completamente o sistema.

Está na moda atribuir a crise aos chamados especuladores financeiros e, segundo nos explicam altos dirigentes políticos e especialistas midiáticos, as turbulências chegarão ao fim quando a "economia real" impuser sua cultura produtiva, submetendo as redes financeiras, hoje fora de controle, às regras do bom capitalismo. Contudo, em meados da década atual, nos Estados Unidos mais de 40% dos benefícios das grandes corporações provinha dos negócios financeiros (2), na Europa a situação era similar, na China, no momento de maior auge especulativo (final de 2007) apenas a bolha bursátil movia fundos quase equivalentes ao Produto Interno Bruto desse país (3), alimentada por empresários privados e públicos, burocratas de alto nível, profissionais, etc. Não se trata, portanto, de duas atividades, uma real e outra financeira, claramente diferenciadas, mas de um único conjunto heterogêneo, real, de negócios. E esse conjunto é o que agora está murchando velozmente, implodindo depois de ter chegado ao seu máximo nível de expansão possível nas condições históricas concretas do mundo atual. Sob a aparência, imposta pelos meios globais de comunicação, de uma implosão financeira afetando negativamente o conjunto das atividades econômicas (algo como uma chuva tóxica atacando as verdes pradarias), aparece a realidade do sistema econômico global em sua totalidade contraindo-se de maneira caótica.

Sinais

As declarações de Soros e Volcker foram feitas poucos dias antes de que o governo norte-americano divulgasse as cifras oficiais definitivas da queda do Produto Interno Bruto no último trimestre de 2008 em relação ao mesmo período de 2007: a primeira estimativa oficial que havia estabelecido essa queda em 3,8 % resultou como uma grosseira mentira, agora a contração havia chegado a 6,2% (4). Isso não é mais recessão, mas depressão.

O Japão, por sua vez, teve no mesmo período uma queda de 12% do PIB, e em janeiro de 2009 suas exportações caíram 45% em relação ao mesmo mês do ano anterior (5). Na Europa a situação é similar ou talvez ainda pior, depois da débâcle financeira da Islândia. E a ameaça de falência econômica em vários países da Europa do Leste, como Polônia, Hungria, Ucrânia, Letônia, Lituânia, etc., ameaça, por sua vez, de maneira direta as bancas credoras suíça e austríaca, que poderiam afundar como a da Islândia. Enquanto isso, os grandes países industriais da região, como Alemanha, Inglaterra ou França, vão passando da recessão para a depressão econômica. Os prognósticos sobre a China anunciam para 2009 que sua taxa de crescimento cairá para a metade em relação a 2008, suas

exportações de janeiro foram 17,5% inferiores às de janeiro do ano anterior (6). Esta abrupta deterioração do centro vital de seu sistema econômico não tem perspectivas de recuperação enquanto a depressão global se mantiver e, portanto, seu ritmo de crescimento geral vai continuar caindo.

Que Soros e Volcker tenham a expectativa de um colapso do sistema econômico mundial não significa que ele acontecerá de maneira inevitável. Afinal de contas, uma das principais características de uma decadência civilizatória como a que estamos presenciando é a existência de uma profunda crise de percepção nas elites dominantes. Contudo, o acúmulo de dados econômicos negativos e sua projeção realista para os próximos meses estão indicando que a grande catástrofe anunciada por eles tem probabilidades muito altas de realização. Para esse desenlace contribuem a impotência comprovada dos supostos "fatores de controle" do sistema (governos, bancos centrais, FMI, etc.) e a rigidez política do Império, por exemplo, ampliando a guerra no Afeganistão e preservando, assim, o poder do Complexo Industrial Militar, gigante parasitário cujos gastos reais atuais (pouco mais de um trilhão de dólares) são equivalentes a 80% do déficit fiscal dos Estados Unidos.

A estes sintomas econômicos e políticos devemos acrescentar a crise energética e a crise alimentar derivada dela, que com certeza voltarão a se manifestar assim que o processo deflacionário acabe (e talvez antes), tudo isso em um contexto de crise ambiental que já passou a ser um fator atual de crise (não é mais uma ameaça quase intangível localizada em um futuro longínquo). E por trás dessas crises parciais encontramos a presença da crise do sistema tecnológico moderno, incapaz de superar, como componente motriz da civilização burguesa, os bloqueios energéticos e ambientais criados por seu desenvolvimento depredador .

Desintegração, implosão e desacoplamento

A desintegração-implosão do sistema global não significa sua transformação em um conjunto de subsistemas capitalistas ou blocos regionais com relações mais ou menos fortes entre si, alguns prósperos, outros em declínio (a unipolaridade norte-americana transformando-se em multipolaridade, "desacoplamento" ordenado em torno de novos ou velhos pólos capitalistas). A economia mundial está altamente transnacionalizada, forma uma densa rede de negócios produtivos, comerciais e financeiros que penetra profundamente nas chamadas "estruturas nacionais", investimentos e dependências comerciais atam-nas de maneira direta ou indireta aos núcleos decisivos do sistema global.

Em termos gerais, para um país ou uma região o rompimento de seus laços globais ou seu enfraquecimento significativo implica uma enorme ruptura interna, o desaparecimento de setores econômicos decisivos com as conseqüências sociais e políticas que disso se derivam.

Por outro lado, o sistema global estava até agora organizado de maneira hierárquica, tanto em seu aspecto econômico quanto político-militar (unipolaridade), como resultado do fim da Guerra Fria e da transformação dos Estados Unidos em amos do planeta. Não apenas no espaço de concentração das decisões comerciais e financeiras (isso já ocorria há mais de seis décadas), mas também das grandes decisões políticas.

O afundamento do centro do mundo (7) no meio (como detonador) da depressão econômica internacional significa o início de uma cadeia global de crises (econômicas, políticas, sociais, etc.) de intensidade crescente.

Recentemente, Zbigniew Brzezinski deixou de lado suas tradicionais reflexões sobre política internacional para alertar sobre a possibilidade de agravamento dos conflitos sociais nos Estados Unidos, que poderiam, segundo ele, resultar na generalização de distúrbios violentos (8). Por sua vez, e a partir de uma perspectiva ideológica oposta, Michael Klare descreveu o mapa dos protestos populares atravessando todos os continentes, países ricos e pobres, do Norte e do Sul , iniciados em 2008, como conseqüência da crise alimentar em um amplo leque de países periféricos, mas que começam a se desenvolver globalmente em resposta ao agravamento da depressão econômica (9): a multiplicação da crise de governabilidade está nos esperando a curto prazo.

A hipótese de implosão capitalista abre espaço para a reflexão e para a ação em torno do horizonte pós-capitalista, onde se misturam velhas e novas idéias, ilusões fracassadas e densos aprendizados democráticos do século XX, freios conservadores legitimando ensaios neocapitalistas e visões renovadas do mundo empurrando grandes inovações sociais. Agonia da modernidade burguesa com seus perigos de barbárie senil, mais ruptura de bloqueios ideológicos, de estruturas opressivas e a esperança na regeneração humanista das relações sociais.

NOTAS

(1), ”Soros sees não bottom for world financial 'collapse' ", Reuters. Sat Feb 21, 2009. David Randall and Jane Merrick, “Brown flies to meet President Obama for economy crisis talks”, The Independent , Sunday, 22 February 2009.

(2), US Economic Report for the President, 2008.

(3), Em agosto de 2007 a capitalização das bolsas chinesas superava o valor do Produto Interno Bruto do ano 2006. Dong Zhixin, “China stock market capitalization tops GDP”, Chinadaily http://www.chinadaily.com.cn/china/2007-08/09/content_6019614.htm)

(4) Cotizalia.com, 27 fevereiro de 2009, "El PIB de EEUU se hunde un 6,2% en el cuarto trimestre".

(5) BBC News, 25-2-2009, "Japan exports drop 45% to new low".

(6) "China's export down 17.5% in January", Xinhua, 2009-02-11.

(7) Jorge Beinstein, "El hundimiento del centro del mundo. Estados Unidos entre la recesión y el colapso". Rebelión, 8-5-2008 (http://www.rebelion.org/notícia.php?id=67099).

(8) "Brzezinski: 'Hell, There Could Be Even Riots'", FinkelBlog – 20/02/2009 - (http://finkelblog.com/index.php/2009/02/17/brzezinski-hell-there-could-be-even-riots).

(9) Michael Klare, "A planet at the brink?", Asia times, 28 de fevereiro de 2009.

** Economista argentino, professor na Universidade de Buenos Aires. É autor, entre outros livros, de "Capitalismo senil, a grande crise da economia global".*

Tradução: Naila Freitas

Hoje Brasil tem a possibilidade real de desenvolver outro modelo – Maurício Thuswohl - Carta Maior – 05/03/2009

A Ministra Chefe da Casa Civil disse que frente à crise econômica global, o Brasil tem a oportunidade de consolidar novo modelo de desenvolvimento. Para não repetir os erros da concentração e da vulnerabilidade, que marcaram a história do crescimento econômico do Brasil, Dilma defendeu o aprofundamento de programas centrais do Governo Lula.

BRASÍLIA - Presença das mais aguardadas no primeiro dia do seminário internacional promovido em Brasília pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, fez nesta quinta-feira (5) uma longa exposição de apresentação e defesa das ações do governo federal. Citando diversos programas de governo, a ministra afirmou que, frente à crise econômica global, o Brasil tem nos próximos anos a oportunidade de consolidar um novo modelo de desenvolvimento para o país.

"Temos hoje no Brasil a possibilidade real e concreta de desenvolver um outro modelo. O país goza de uma situação externa sólida, tem saldo em conta corrente e acúmulo significativo de reservas. Um dos objetivos econômicos do governo Lula sempre foi bloquear a vulnerabilidade do país às mudanças súbitas nos fluxos internacionais de capital. Além disso, desenvolvemos uma política fiscal consistente, caracterizada pela queda da relação da divida pública com o PIB, e uma política de metas de inflação que assegurou um nível baixo e estável dos preços", disse a ministra.

Dilma apontou as falhas inerentes aos modelos de desenvolvimento econômico aplicados no Brasil ao longo das últimas décadas: "Nos anos sessenta e setenta tivemos um modelo de desenvolvimento, num sentido muito específico do termo, no qual havia altas taxas de crescimento econômico, sobretudo do PIB, e houve uma montagem significativa e relevante de cadeias industriais e de grandes projetos de infra-estrutura. Houve a integração do mercado interno com base em uma grande concentração de renda, riqueza e terras", disse.

A característica concentradora do crescimento econômico durante a ditadura também foi criticada pela ministra. "Naquele momento, o Brasil não construiu um mercado de massas, além de aprofundar as disparidades regionais. Esse modelo permitiu o crescimento do PIB, mas ele veio acompanhado de um grande endividamento externo e um forte processo de exclusão social".

O crescimento do período imediatamente posterior à ditadura, conhecido como democratização conservadora, também foi atacado pela ministra Dilma: "Nos anos noventa e 2000, veio outro modelo, que reduziu o horizonte das preocupações econômicas a aspectos estritamente fiscais e imediatos. Num ambiente de altíssima vulnerabilidade externa, adotou os ajustes preconizados pelo FMI, priorizou o pagamento da dívida, sacrificou investimentos em infra-estrutura e estabeleceu que políticas industriais de incentivo às cadeias produtivas e ao desenvolvimento do país eram algo a ser evitado", disse.

A crítica ao enfraquecimento do papel do Estado

A política econômica dos governos que antecederam ao atual, segundo a ministra, "agravou ainda mais o nível de concentração de renda e ampliou a exclusão". Um dos motivos foi o enfraquecimento do papel do Estado: "Esse modelo deslocou para o plano privado algumas funções do Estado. Isso levou à desestruturação do Estado Brasileiro, pois destruiu o planejamento e desestimulou o funcionalismo. Foi um modelo caracterizado por uma imensa estagnação econômica, exclusão social e desestruturação dos instrumentos de gestão e planejamento do Estado".

Dilma Rousseff falou do esforço do governo brasileiro em criar um "ciclo sustentável de crescimento econômico", e em "promover o fortalecimento do mercado de consumo de massas" no país. Para isso, segundo a ministra, o governo promoveu ações "pela redução das disparidades regionais, pelo crescimento do emprego e pela incorporação econômica dos segmentos mais vulneráveis da sociedade".

A ministra citou alguns programas sociais do governo que, segundo ela, exercem papel estratégico na inclusão social dos brasileiros, como o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), o Luz para Todos, o Bolsa-Família, o Territórios da Cidadania e o Programa Nacional de Habitação Popular, que será lançado em breve pelo governo.

País de classe média

Dilma afirmou que as ações de desenvolvimento levadas a cabo pelo governo Lula podem ser divididas em quatro bases de sustentação: "Crescimento econômico, estabilidade econômica, equidade e garantia de investimentos em infra-estrutura e garantia de direitos". Ela citou também algumas ações do governo nas áreas de Educação - como o Fundeb, o Plano de Desenvolvimento da Educação e a adoção de um piso salarial para os professores - e de Saúde.

Sobre os programas sociais, a ministra ressaltou "o aumento das despesas com transferências sociais, que passaram de 5% para 9% do PIB". Essa realidade, segundo Dilma, está transformando o Brasil: "As políticas de inclusão social levaram parte expressiva do país a se integrar. Hoje, o Brasil é um país de classe média. Nos últimos anos, vinte milhões de pessoas foram elevadas a essa situação", disse. Esses quatro eixos de sustentação do crescimento econômico dos anos Lula organizam a defesa da outra agenda que a ministra defende, sem concentração nem vulnerabilidade.

Combater a Crise e Promover o Desenvolvimento (Não é uma escolha) – Fernando J. Cardim de Carvalho – 05/03/2009

A grande tradição da teoria do desenvolvimento pensada neste continente desde os anos 1940, da qual a velha CEPAL foi o símbolo maior, sempre se apoiou na noção de que políticas econômicas que buscam o ajuste macroeconomico devem sempre estar também voltadas para a promoção do desenvolvimento. Para Prebisch e Furtado, dentre outros, não há que escolher entre enfrentar problemas emergenciais e problemas estruturais. Problemas estruturais, em um país em desenvolvimento, são problemas emergenciais. A análise é de Fernando J. Cardim de Carvalho.

Na semana anterior, eu tive a oportunidade de discutir neste espaço o dilema que opõe a solução de problemas urgentes ao enfrentamento de questões de mais longo prazo. É comum, mas errônea, a visão de que problemas de longo prazo podem esperar para serem atacados. No momento, vivemos uma versão desse dilema: o Brasil, que discutia como sustentar o crescimento recem recuperado, depois de pelo menos três décadas perdidas, agora volta sua atenção à questão de como conter os efeitos da crise internacional, que finalmente chegaram ao nosso território ao final de 2008. As reformas e estratégias necessárias para a consolidação da recuperação do crescimento e para a transformação estrutural da economia agora devem ser postas de lado, face à necessidade de se definir meios de enfrentamento da crise.

Como em muitos outros contextos, essa dicotomia no caso presente é falsa. O Brasil deve buscar sair da crise intensificando seu esforço de desenvolvimento. As melhores políticas de promoção do desenvolvimento são tambem as mais eficazes na contenção e reversão da crise.

Em uma economia capitalista, as expectativas do empresariado são fundamentais para a determinação do ritmo da produção e da acumulação de capital. É a perspectiva de que a demanda no futuro seja superior à capacidade produtiva instalada que induz os empresários a investir e preparar-se para satisfazer aquela procura. Quando a demanda privada se contrai, como agora, o governo não deve se encolher, como querem os consultores de bancos, mas se expandir, sinalizando que a demanda por bens e serviços se sustentará e a produção será rentável. É o gasto público quem tem os graus de liberdade necessários para sinalizar esta sustentação. Mas países em desenvolvimento necessitam transformar e modernizar suas estruturas produtivas, e portanto a política de combate às crises e a política de promoção do crescimento não tem por que se opor, ao contrário, já que ambas apontam para o mesmo instrumento, a expansão do investimento público.

Mas não é apenas na política fiscal (na política monetária, a esta altura, apenas os mais empedernidos parecem ainda insistir na necessidade de manter posturas cautelosas, codinome para juros elevados) que políticas de encaminhamento da solução da crise coincidem com políticas voltadas para a sustentação do crescimento. A crise, na verdade, pôs a nu, no mundo inteiro, o enorme equívoco, numa qualificação generosa, que foi o movimento de desregulação financeiro, que no Brasil iniciou-se em fins da década de 1980.

A taxa de investimento não cresceu, o mercado financeiro se expandiu em larga medida voltado para si mesmo, com a criação de instrumentos especulativos que aumentaram o grau de alavancagem e de especulação do sistema sem se traduzir em suporte à acumulação de capital produtivo, a economia ficou mais exposta a movimentos de capitais financeiros (inclusive para fora e para dentro do país) e à volatilidade dos preços dos ativos que impediram o crescimento nos anos 1990 e que voltaram a nos assombrar nos

dois últimos anos. É hora de mexer nisso, re-regulando o setor financeiro e reavaliando as abundantes iniciativas liberalizantes das décadas de 1990 e 2000? Não é melhor deixar isso para depois, quando as medidas mais urgentes já tiverem sido tomadas?

Não. Primeiro porque é nas crises que a solidez das estruturas existentes e dos interesses estabelecidos se abalam. A hora de promover mudanças é exatamente quando os setores que ganharam com o regime sendo abalado possuem o menor poder de resistência. Mas a oportunidade não é apenas política. Novamente, em uma economia capitalista, o governo não substituirá a demanda privada. Seu papel é sustentar a demanda presente, colocando um piso capaz de deter a contração em espiral, e sinalizar aos agentes privados que é seguro produzir, investir, consumir, construir, plantar, etc, porque o governo está atento aos seus compromissos com a manutenção do nivel de renda. Mas para isso, mercados financeiros devem ser reformados, de modo a se tornarem funcionais ao financiamento dos gastos privados, mais do que à realização de operações que nada acrescentam à produção e ao emprego do país.

Isto vai assustar os “investidores”? É preciso antes de mais nada lembrar que o termo, nos últimos anos, passou a ser reservado a especuladores financeiros, locais ou estrangeiros. Investidores “produtivos” são raramente consultados e seus interesses raramente coincidem com os dos investidores financeiros. Na verdade, manter à distância os investidores interessados em arbitragem de juros, compra de papeis em bolsa para revenda a curto prazo, etc, deveria ser um objetivo de governo. Nada se perde com sua ausência, exceto a excitação das bolhas financeiras e o gosto pela montanha russa de bolsas, câmbio, etc.

Uma política de investimentos públicos e a reforma do sistema financeiro, naturalmente, estão longe de esgotar as preocupações e os instrumentos de promoção do desenvolvimento. Elas foram citadas aqui porque são, de qualquer forma, duas áreas de importância estratégica mas principalmente como exemplos para ilustrar o argumento central de que é um erro isolar o debate em torno de políticas anti-cíclicas do debate sobre promoção do desenvolvimento. A mesma preocupação deve estar presente no debate sobre o sistema tributário, por exemplo, que deve apoiar a atividade produtiva e o investimento, mas deve também servir de instrumento de redistribuição de renda e riqueza. O problema da educação deve ser atacado por ótica semelhante, e assim por diante.

A grande tradição da teoria do desenvolvimento desenvolvida neste continente desde os anos 1940, da qual a velha CEPAL foi o símbolo maior, sempre se apoiou na noção de que políticas econômicas que buscam o ajuste macroeconomico devem sempre estar também voltadas para a promoção do desenvolvimento. Para Prebisch e Furtado, dentre outros, não há que escolher entre enfrentar problemas emergenciais e problemas

estruturais. Na verdade, problemas estruturais, em um país em desenvolvimento, são problemas emergenciais.

Fernando Cardim é economista, professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Ministério propõe pacto municipal pela sustentabilidade para salvar Amazônia – Carlos Américo – Sítio Eletrônico do MMA – 05/03/2009

O secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, do Ministério do Meio ambiente, Egon Krackekhe, propôs nesta quinta-feira (5), a 50 representantes de prefeituras do estado do Pará e de vários órgãos ligados ao setor produtivo, reunidos na abertura da Operação Arco Verde, um "pacto pela sustentabilidade". A operação foi desencadeada a partir da lista dos 36 municípios responsáveis pelos maiores índices de desmatamento na Amazônia. O estado do Pará, onde ficam 12 dos municípios da relação, é o campeão do desmatamento.

O ministério pretende ampliar o diálogo com todos os setores envolvidos para mostrar a necessidade urgente de mudar o "modelo da invasão agrícola não sustentável", conforme classificou Egon. Ele destacou que o governo federal quer integrar as ações estaduais no combate ao desmatamento com as medidas que o Ministério do Meio Ambiente vem implementando na esfera federal. Segundo ele, antes que a Arco Verde entre efetivamente em operação, será necessário outro seminário para alinhavar as ações a serem implementadas.

A maior dificuldade na Amazônia tem sido substituir o atual modelo de desenvolvimento, responsável direto pela degradação da floresta, por um um modelo econômico, mas socioambiental. Por isso, segundo Egon, é necessário que todos, estados e municípios e setor produtivo, passem a integrar a Operação Arco Verde. A partir da avaliação das ações estaduais e municipais e das medidas na esfera federal, ele espera que seja possível planejar e executar ações que contribuam efetivamente para diminuir os impactos ambientais dos processos produtivos, buscando a sustentabilidade econômica.

A regularização fundiária e territorial e o zoneamento ecológico-econômico também foram tratados na reunião. Pelo menos nesse ponto há consenso em todos os setores, que consideram a questão como uma ferramenta fundamental para a proteção e reflorestamento da Amazônia.

Egon ressaltou que as metas de redução das emissões dependem diretamente da sociedade. Isso porque, sem o envolvimento dos agentes econômicos as metas de redução

do desmatamento não serão atingidas e em conseqüência se tornará mais difícil para os municípios paraenses saírem da lista incômoda.

Ruralistas dominam Comissão de Meio Ambiente da Câmara - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Política - 05/03/2009

Tradicional reduto de ambientalistas de todos os matizes, a Comissão de Meio Ambiente da Câmara será dominada neste ano pela bancada ruralista. Na Comissão da Agricultura, ninho de ruralistas comandados por deputados da região Centro-Sul, um ruralista eleito pela Amazônia será o vice-presidente.

A estratégia da bancada parlamentar que defende os interesses do agronegócio é levar os temas mais relevantes da agenda ambiental para discussões na Comissão da Agricultura e dominar as reuniões do Meio Ambiente. A tática será facilitada pela ausência de alguns ambientalistas nos debates. A saída dos tucanos Ricardo Trípoli (SP), Nilson Pinto (PA) e Mendes Thame (SP), além do petista Iran Barbosa (SE) e do pemedebista Marcelo Almeida (PR), integrantes da comissão até este ano, enfraqueceu a posição da bancada ambientalista.

Motivo de bate-boca público entre os ministros Carlos Minc e Reinhold Stephanes, a questão ambiental tem sido pivô de duros embates e enfrentamentos no Congresso. Neste ano, os deputados devem votar a reforma do Código Florestal e avaliar os zoneamentos ecológico-econômicos dos Estados. Criado em 1965, o código aguarda a reformulação há quase uma década. As alterações não avançaram até agora justamente por falta de consenso entre as duas bancadas. Mas a mudança na correlação das forças políticas deve acelerar a reforma. "A questão ambiental está travando o desenvolvimento do país", diz o novo vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente, deputado Marcos Montes (DEM-MG). Pecuarista da região de Uberlândia, Montes já presidiu a Comissão da Agricultura em 2007. "Somos os mais interessados em preservar, mas o Código Florestal é retrógrado. Precisamos de mais proteção com mais produção".

Segundo ele, há cinco pontos em "comum acordo" com Minc e Stephanes para reformar o código: incluir as áreas de preservação permanente (APPs) no cálculo da reserva legal obrigatória, blindagem das áreas de produção consolidadas, compensação de reflorestamento em áreas fora da bacia hidrográfica ou do Estado onde está a propriedade e a realização de zoneamentos econômico-ecológicos.

Eleito vice-presidente na Comissão da Agricultura, o deputado Wandenkolk Gonçalves (PSDB-PA) defende o projeto de "flexibilização" da reserva legal. Agrônomo, o ruralista quer permitir o plantio de espécies exóticas (cacau, dendê, pinhão manso) em até

50% das áreas degradadas na Amazônia. "A questão ambiental veio para ficar, mas a discussão, agora, vai ter outro viés", anuncia. "Não queremos atropelar ninguém nem espero que vire um embate palanqueiro, mas a economia está ficando engessada e jogam tudo nas costas dos amazônidas".

Novo presidente da Comissão de Meio Ambiente, o deputado tucano Roberto Rocha (MA) tem forte ligações com a pecuária, mas afirma que tentará manter o equilíbrio entre as duas bancadas. Filho do ex-governador maranhense Luiz Rocha, o deputado diz que o desafio político é produzir mais e proteger mais. "Não podem prevalecer os interesses de grupos", avisa. "Mas não tenho dificuldade em decidir em favor da maioria, mesmo que a minoria seja barulhenta e organizada", afirma, em referência direta aos ambientalistas. Rocha promete "limpar a pauta" da comissão ao colocar para votar a reforma do Código Florestal. "É polêmico, mas temos que votar".

Regulamentação é exigência para sobreviver ao tsunami da crise – Clarissa Pont - Carta Maior – 06/03/2009

Seminário Internacional sobre Desenvolvimento mostra que não há debate sobre o tema hoje sem que a crise econômica mundial seja a personagem principal. Em uma mesa que discutiu a globalização financeira e as perspectivas de um novo sistema financeiro internacional, economista de banco e economista marxista sentaram lado a lado para chegar a mesma conclusão: sem regulamentação, não há saída para a crise. Octávio de Barros, economista-chefe do Bradesco, destacou rede de proteção social brasileira como importante instrumento para enfrentar crise.

Um olhar atento à história é uma boa biruta para que se descubra o sentido dos ventos da crise do capitalismo. Ajuda válida para pensar em qual direção tocar o barco e evitar que afundemos todos, desde os países mais pobres até as principais economias do mundo, nesta tempestade que se alastrou rápido e com força. O incrível é que nesta tormenta, países em desenvolvimento como o Brasil, que pareciam pequenas canoas, são os que mais têm chances de chegar sãos e salvos até a costa. E as avaliações para que ninguém morra na praia chegam a uma conclusão final: apenas uma nova estrutura de forte regulamentação do sistema financeiro internacional nos fará navegar em águas calmas novamente.

Esta foi uma das principais conclusões da mesa que discutiu a globalização financeira e as perspectivas de um novo sistema financeiro, durante Seminário Internacional sobre Desenvolvimento, em Brasília. A tripulação do debate não poderia ser mais heterogênea. Imagine um barco com dois empresários, um economista de banco, um

economista keynesiano e um intelectual marxista, cada um com um remo na mão. Embora divergentes em muitos aspectos, parece que a crise conseguiu fazer com que todos naveguem juntos, mesmo com rondadas inesperadas na direção do vento.

O primeiro empresário é Maurício Botelho, ex-Cia Bozano Simonsen, ex-Odebrecht Automação e Telecomunicações e ex-diretor presidente da Embraer. Botelho, que agora compõe o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Ele sublinhou que, depois da crise derrubar todo mundo, “agora chegou a hora da regulamentação” e relatou uma experiência que viveu em janeiro de 2007, quando ainda estava na Embraer.

“Estávamos recebendo a visita do segundo mais importante executivo de um dos maiores bancos do mundo. Era uma visita de cordialidade e eu perguntei naquele momento como estava a questão das famosas subprimes, que já começavam a surgir na imprensa. E a resposta dele foi até certo ponto irritada, como se eu estivesse sendo impertinente. E ele disse que nós brasileiros éramos engraçados mesmo, porque no dia anterior, em Brasília, ele havia escutado a mesma pergunta. A reposta dele: subprime não é um problema”.

"Provavelmente o homem acreditava mesmo que a desregulamentação do mercado se solucionaria em si própria, apostando todas as fichas no descontrole que descambou com a economia mundial. Agora, no entanto, é necessário que o estado intervenha porque o mercado não tem como resolver isso sozinho. Ainda assim, temos que considerar as forças do mercado. O estado é solução frente a este momento de crise absoluta, há que ver como fazer e avançar no sentido de impedir que ameaças como essa de agora não se repitam”, concluiu Botelho, com quem, hoje em dia, possivelmente o grande executivo concordaria.

A avaliação de que o Brasil correrá como um dos cinco maiores transatlânticos da economia mundial foi do tripulante seguinte, Octávio de Barros, economista-chefe do Bradesco. O economista mostrou em gráficos a queda da produção industrial global, a diminuição do crescimento do Produto Interno Bruto em diversos países, a queda da venda de aço e de automóveis e o gritante aumento do desemprego ao redor do mundo. “O sistema capitalista está travado”, avaliou.

Barros elogiou a rede de proteção social brasileira como um importante instrumento para enfrentar os efeitos da crise. O economista do Bradesco destacou o Bolsa Família, o investimento em seguro desemprego e aposentadorias e toda a rede de seguridade social brasileira como garantias que diminuem o impacto da crise no país. “A boa notícia que eu tenho para trazer aqui é que crises acabam. O que precisamos saber é de onde virá a recuperação? A crise bancária global é apenas um pequeno capítulo de um mega ajuste que terá de ser feito. A regulação mundial disso caminha para algo muito parecido como que o Brasil já tem hoje”, concordou Barros.

O terceiro remo ficou aos cuidados do empresário Oriovista Guimarães que, em uma rápida explanação, fez algumas propostas pontuais para o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: “As reuniões deste Conselho visam resumir sugestões objetivas que possam ser levadas ao Presidente para que a economia brasileira possa funcionar melhor”, disse. “O setor eletroeletrônico é muito afetado por diferenças na taxa de câmbio. Sofremos muito com os efeitos da crise”, disse o presidente da Positivo Informática. Para ele, o Brasil deve intervir internamente o mais rápido possível, sem esperar, com isso, interferir na economia mundial, ou seja, guiar seu barco sozinho e deixar que outros o sigam mais tarde. “Não podemos esperar que o mundo mude e que esta mudança se reflita aqui. Nós temos que trabalhar com as nossas próprias forças de regulamentação”.

O empresário lembrou que nem todo mundo apostou na loteria monetária que gerou a crise. Defendeu uma regulamentação do hedge, uma forma de proteger uma aplicação contra as oscilações do mercado, e o fim do registro de preço nas compras pelos órgãos públicos. “Não precisa estatizar os bancos como o Lula sugeriu ao Obama. Mas o Banco Central deveria adotar o hedge para evitar o impacto da vulnerabilidade do preço do dólar nas empresas brasileiras. Depois empresários brasileiros apostam em especulação como já fizeram papeleiras e indústria de frango. Meu negócio é fazer computador e não apostar em derivativo”, sugeriu.

O professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Rodrigues de Paula, amarrou algumas notas sobre a globalização financeira e as perspectivas para os países em desenvolvimento, inclusive o Brasil. Vice-presidente da Associação Keynesiana Brasileira, ele defendeu que os mecanismos de autoregulamentação do mercado sempre foram de altíssimo risco “devido ao caráter procíclico da tomada de risco”. Enquanto isso, a securitização, que deveria servir para diluir estes riscos, na prática apenas garantiu uma maquiagem leve sobre eles.

O professor da UERJ citou Hyman Minsky na obra “*Can ‘It’ Happen Again?”* (publicada originalmente em 1982). O “It” a que se refere Minsky é a Grande Depressão. Segundo Rodrigues, o economista pós-keynesiano formulou sua hipótese de fragilidade financeira mostrando que economias capitalistas em expansão são inerentemente instáveis e propensas a crises, uma vez que a maioria dos agentes apresenta postura especulativa, o que resulta em práticas de empréstimos de alto risco.

Para Minsky, respondendo a pergunta que ele mesmo formulou, a depressão pôde ser evitada ou atenuada por conta da atuação do banco central como emprestador de última instância (”Big Central Bank”) e da adoção de políticas fiscais anti-cíclicas (”Big Government”), conceitos citados por Rodrigues na mesa.“Avalio que a resposta do governo

brasileiro está um pouco lenta, principalmente na demora da redução dos juros e na dificuldade em deslanchar os investimentos públicos", concluiu.

Robert Guttman e a crise

Robert Guttman, em seu livro "*How Credit-Money Shapes the Economy*", propôs uma forma de moeda única para o planeta. Chamada de "*true form of world money*", a moeda deveria ser utilizada no lugar do dólar, já que o uso de uma moeda-crédito nacional como moeda mundial é, segundo ele, um arranjo inerentemente instável. Moedas nacionais só são efetivamente moedas em território nacional. Segundo ele, é justamente esse uso inadequado do dólar que alimentou os grandes déficits na contas externas, as taxas de câmbio voláteis, a especulação em massa e um sistema bancário mundial instável e fora do controle dos reguladores governamentais. Ou seja, para Guttman, o responsável em última medida pela tempestade da crise é a moeda estadunidense.

Responsável pelo sexto e último remo da tripulação que tentou traçar as rotas marítimas para escapar da crise, Guttman advertiu que o trabalho que o mundo tem pela frente é pesado. "Esta é uma crise sistêmica e estrutural", disse, antes de relembrar crises históricas. A fala do diretor do Centro de Políticas e Relações Internacionais da Universidade de John Hopkins (em Washington) garantiu que a melhor forma de entender a crise atual do capitalismo é buscar as condições das marés e a direção na qual os ventos sopravam quando outras crises aconteceram.

A Longa Depressão que vai de 1873 até 1896, marca o início do declínio inglês e só se resolve, de certa maneira, na I Guerra Mundial. A grande depressão de 1929, que atravessou todos os anos 30 e só foi superada com a reanimação da economia mundial através da II Guerra Mundial. Na década de 70, com a crise do petróleo. Segundo Guttman, há relações entre a intensidade da instabilidade financeira em cada uma destas crises, a duração de cada um delas e entre o grau de contaminação mundial da crise com a forma como ela se desenrola em cada um dos países.

"Existem lições em cada um destas crises. Você não consegue apenas saltar fora de uma crise como a que estamos vendo hoje, ela demanda uma reestruturação completa", grifou Guttman. Para ele, a regulamentação com a qual todos os membros do barco concordam é muito mais profunda e séria. "Primeiro, modificar a política monetária e criar um novo sistema de crédito. Depois, arrumar o sistema bancário. Ajudar alguns bancos a sobreviver e remover ou sanar aqueles bancos zumbis, que circulam morto-vivos por aí. Existem bons e maus bancos, você deve remover cirurgicamente os tumores do sistema bancário. Então, gerar uma política fiscal que melhore a rede de segurança social e que invista em coisas como o PAC brasileiro. Isso tudo é um bom começo, mas não é bastante, muitos países já tomaram essas decisões, embora tarde demais".

Para Guttman, apenas uma corajosa mudança radical é capaz de conter as ondas da crise por completo e evitar um tsunami financeiro nos sete mares. “Você não pode ter apenas uma solução nacional para essa crise, deve ser global e que atinja as fontes da crise, que são frutos da globalização e estão enraizadas em todos os lugares”, explicou Guttman.

A reunião do G-20, no dia 2 de abril próximo, é outra questão fundamental na solução da crise. “O processo do G-20 começou muito mal, produziu bons discursos de intenção que logo viraram promessas violadas. A partir de agora é necessário agir de acordo com as palavras e esse é o novo processo que o G-20 vai ter que encarar”, desafiou Guttman e emendou: “se eu fosse Deus e pudesse resumir as estratégias que deveriam ser aprovadas nesta próxima reunião, elas estariam ligadas a curto, médio e longo prazo”.

No exercício de coordenação das marés do sistema financeiro mundial, Guttman resumiu: “Antes de mais nada, sanear o sistema bancário, que é o coração do sistema financeiro e está mal como um coração que come muita gordura. Mesmo depois de um ataque cardíaco, ainda precisamos sanar o coração porque não podemos viver sem ele. Substituir os bancos zumbis por bancos comunitários e outras formas de crédito solidário. A partir daí, entregar um código de conduta aos bancos, para que as veias deste coração não fiquem mais entupidas e livrem-se de maus hábitos circulatórios como a especulação”.

A solução de Guttman segue com medidas a médio prazo. “Temos que ir mais fundo em fixar um sistema monetário internacional. A partir de agora, vai haver uma fragmentação monetária entre três blocos. América, Europa e Ásia. Isso é perigoso porque não podemos manter o sistema monetário mundial baseado no dólar, isso vai continuar a desestabilizar a economia”. Mas são as medidas regulatórias a longo prazo de Guttman que são verdadeiramente revolucionárias. “A crise é um bom momento para que modifiquemos todos os padrões para padrões de crescimento sustentáveis, que pensem o crescimento de forma pública, que ajudem a modificar as fontes de energia, que acabem com a crise alimentar e demográfica e com os problemas ambientais do mundo. Um grande padrão sem fins lucrativos que mude as diretrizes do sistema monetário internacional”. Ou seja, segundo ele, para ninguém morrer na beira da praia de verdade, as velas da economia mundial precisam de uma forte guinada à esquerda.

A hora de mudar as instituições financeiras internacionais – Tiago Thuin - Carta Maior – 06/03/2009

Não é só nas instituições de Bretton Woods que o Brasil deve se juntar a outros emergentes para enfrentar essa parceria transatlântica, que o relator do painel Murilo de Aragão descreveu como uma versão global da política do café com leite. Nogueira citou o

G20, que após a crise foi alçado a um foro de chefes de estado, nos moldes do G7, dada a fraqueza das potências centrais na crise.

BRASÍLIA - O painel no qual foram apontadas as necessidades e possibilidades de mudança nas instituições financeiras multilaterais – o Banco Mundial (Bird), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) foi aberto com uma provocação do conselheiro do CDES Artur Henrique, da Central Única dos Trabalhadores, que fazendo uma analogia falou em democratizar, também, o Conselho Monetário Nacional brasileiro, e de incluir nas exigências feitas por aquelas agências o respeito aos direitos humanos e trabalhistas.

Falando em seguida, Otaviano Canuto, até recentemente representante brasileiro no BID, ressalvou que a atual crise não é produtiva, senão de consumo. Segundo ele, a máquina de liquidez, gerando altíssima alavancagem nos países centrais (e em especial nos Estados Unidos) a partir da desregulamentação do sistema financeiro, fez com que o resto do mundo voltasse suas economias para a satisfação desse mercado consumidor baseado em endividamento crescente. Isso se aplicaria tanto às plataformas industriais da Ásia quanto aos países que suprem estas plataformas com commodities, na América Latina, África e Oriente Médio.

Rogério Studart, representante brasileiro no Bird, mencionou que mesmo o acúmulo de reservas pelos países emergentes demonstra essa relação desigual, que faz com que os EUA, com 5% da população mundial, consumam mais de 25% de toda a energia gerada no planeta. Estourada a bolha de crédito, não há mais quem possa consumir esta vasta capacidade produtiva – o que, de qualquer modo, seria imprudente, tendo em vista a extensão da crise ambiental associada à superprodução.

A solução da crise, aliás, pode estar justamente aí. Tanto Canuto quanto Paulo Nogueira, representante brasileiro no FMI, citaram o relatório Stern britânico, que sugere a reordenação do parque industrial mundial no sentido das energias limpas e sustentáveis como uma oportunidade econômica. Outro caminho importante, citando o economista chinês Justin Yifu Li é evitar a construção de uma infraestrutura redundante, principalmente no Japão e Europa, apenas para o enxugamento da liquidez. Seria, então, mais proveitoso para os próprios países ricos criarem fundos, ou capitalizarem as agências multilaterais de fomento, para a criação de infraestrutura útil nos países em desenvolvimento.

Estas agências multilaterais, frisaram todos os palestrantes, ganharam um novo prestígio internacional com a crise, após terem sido vistas, logo antes da crise, como perto da obsolescência. Com efeito, enquanto havia quem alegasse que o FMI, com o fim da necessidade de seus créditos, deveria se resumir a um empório de polinização de

experiências, hoje o Fundo chega aos limites de seu capital com o socorro aos países da Europa Oriental. Socorro este que, infelizmente, continua sendo acompanhado da imposição das mesmas condicionalidades que estamos acostumados a ver o FMI impor, o que demonstra a necessidade de mudar as instituições financeiras multilaterais.

Sobre essa mudança necessária, e o papel dela, é que se demoraram os representantes do Brasil no Bird, Rogério Studart, e no FMI, Paulo Nogueira. Studart destacou que a atual ordem econômica foi desenhada para refletir e manter as relações de poder do fim da II Grande Guerra, o que inclui os mecanismos de funcionamento dessas instituições, ditas de Bretton Woods que é o nome do subúrbio de Washington onde foi realizada a conferência em 1944 que lhes deu a luz. Essa meta ficou clara quando em seguida Nogueira detalhou que no FMI, no qual muitas decisões precisam de mais de 85% dos votos, 17% dos votos estão na mão dos EUA – um poder de veto de facto. E outros 33% dos votos estão em mãos européias.

O Brasil, junto com outros países emergentes, tem aproveitado a crise das potências centrais, econômica, financeira e sobretudo moral, para conseguir mudanças, ainda insuficientes, nas instituições de Bretton Woods. Ainda em abril de 2008, reformas alteraram em 3% para mais a fatia dos emergentes no poder de voto dos emergentes, mas a resistência de EUA e Europa às mudanças pôde ser vista em seguida, quando foi mantido o arranjo, que havia sido formalmente denunciado, pelo qual o diretor-gerente do FMI é sempre um europeu (hoje o francês Dominique Strauss-Khan) e o presidente do Bird é sempre um americano (hoje Robert Zoellick). A Europa, em especial, resiste à idéia de dar mais poder aos emergentes; os EUA também o faziam até agora, mas há sinais positivos, segundo Nogueira, vindo da administração Barack Obama.

Não é só nas instituições de Bretton Woods que o Brasil deve se juntar a outros emergentes para enfrentar essa parceria transatlântica, que o relator do painel Murilo de Aragão descreveu como uma versão global da política do café com leite. Nogueira citou, finalmente, o G20, que após a crise foi alçado a um foro de chefes de estado, nos moldes do G7, dada a fraqueza das potências centrais, mas que estas já pretendem minar, propondo a inclusão de novos países, em especial os europeus. (Apesar de a Europa já contar com 4 países no G20, mais um representante da União Européia.). A tônica geral do painel foi dada por esse enfrentamento, que pode parecer desigual e pôde se dar apenas devido à própria crise. Criar uma ordem multilateral mais igualitária entre os estados pode parecer pouco realista, mas, nas palavras de Rogerio Studart, “não se constrói o futuro sendo realista. Sendo realista se repete o passado.”

Qualificar politicamente a integração regional para enfrentar a crise – Tiago Thuin – Carta Maior – 06/03/2009

Países que desejavam juntar-se ao Mercosul estavam barrados pelas regras da área de livre comércio de fazê-lo. Como disse Lula, "É chegada a hora da política," para esclarecer: uma política baseada na integração regional, no que chama de um regional-desenvolvimentismo, buscando se contrapor ao nacional-desenvolvimentismo, e resolvendo disparidades entre e no seio de cada nação latino-americana.

BRASÍLIA - A sessão especial sobre integração latinoamericana do Seminário Internacional sobre Desenvolvimento do CDES revelou uma unanimidade entre os palestrantes. A necessidade do aprofundamento da integração regional e das instituições existentes não bastam nem sequer seriam apropriadas para essa maior integração.

Primeiro palestrante da noite, o economista argentino Jorge Beinstein, professor da Universidade de Buenos Aires, começou por destacar a velocidade com a qual se desenrola a atual crise. Segundo ele, "algo que caracteriza estes meses de fevereiro e março é uma transição muito rápida – alguns chamam de 'turbocrise' – da recessão à depressão." E acompanhada dessa transição, há, segundo Beinstein, uma transição nas percepções, da subestimação da crise a um pessimismo que ele chamou de "depressão psicológica," exemplificado por um relatório da Marinha norte-americana que prevê uma queda de 30% no PIB dos EUA até 2012.

Se em 2007 os que falavam em crise eram desconsiderados, agora gente ligada ao presidente norte-americano, Barack Obama, já diz que a crise é pior do que a crise de 29, o que indicaria não haver, no horizonte histórico do capitalismo, nenhuma referência parecida. Assim é que o financista George Soros, ao falar do atual momento, disse que lhe lembra o fim da União Soviética, mais do que uma simples crise econômica. Não se trata de recessão ou depressão econômica, mas um fim, uma implosão do sistema. Tanto nos EUA como na Europa, segundo Beinstein, ainda prevalece entretanto o entendimento da crise como uma crise financeira, produto apenas do desgoverno da era Bush e que poderia ser enfrentada só com transferências maciças de dinheiro ao setor financeiro.

As verdadeiras respostas à crise, porém, estariam na esfera regional. No NAFTA, na UE, com muita força e importância na esfera eurasiática, e finalmente no Mercosul. Este, que já tem avançado na reestruturação do estado destruído durante o período neoliberal, deve ir além do Estado para enfrentar a crise: a resposta estaria na recriação da economia popular, não apenas das pequenas e microempresas, mas também de grandes empresas levadas ao controle democrático, estatal ou de autogestão.

Já Gerardo Caetano, concordando com a avaliação do enfrentamento regional e da mudança de paradigma de intervenção estatal, pontuou por outro lado a inviabilidade da integração regional se valendo das instituições presentes do Mercosul e da Unasul. O protecionismo em relação aos vizinhos, a tentativa de atribuir os problemas ao Mercosul, segundo ele, se aliam à tentação do bilateralismo, de buscar no Norte global uma aliança mais estreita. O exemplo citado foi o do Uruguai, que em 2006 esteve próximo de assinar um tratado de livre comércio com os EUA, cedendo em quase todas as exigências feitas por estes.

E essa integração em outros moldes, proposta por todos, não pode se dar, frisou Caetano, nem ambicionando o curto prazo, nem em bases personalistas, como quer a Venezuela. Precisa, por isso, de uma agenda comum, que poderia ser a exploração conjunta dos recursos latino-americanos – energéticos, agrícolas, minerais, biodiversidade – de modo a se inserir conjuntamente no mundo.

Essa inserção, segundo o assessor especial da Presidência Marco Aurélio Garcia, vem sido perseguida no atual governo, que segundo ele, apesar de fortes resistências no Brasil, em especial na mídia, teria feito uma opção preferencial pelas relações com a América Latina, sem descuidar mas sem priorizar as relações com EUA, Europa e Japão – opção que as circunstâncias econômicas atuais das potências centrais provaram acertada, como o foi a não-assinatura do tratado de livre comércio EUA-Uruguai denunciado por Caetano.

É devido a essa busca de uma integração para além do comércio, recomendada por todos os palestrantes, que, segundo Marco Aurélio Garcia, surgiu a Unasul. Países que desejavam juntar-se ao Mercosul pelo que ele significa em termos de integração regional, tanto em termos de infraestrutura física quanto de políticas comuns ambientais, políticas ou de defesa, estavam barrados pelas regras da área de livre comércio de fazê-lo. Citou passos importantes no sentido da integração regional, como a criação de um espaço para buscar uma política de defesa e social comum, ou a atuação da Unasul para ajudar na estabilização da situação boliviana, e encerrou citando o presidente Lula quando este disse “É chegada a hora da política,” para esclarecer: uma política baseada na integração regional, no que chama de um regional-desenvolvimentismo, buscando se contrapor ao nacional-desenvolvimentismo, e resolvendo disparidades entre e no seio de cada nação latino-americana.

Limites e resultados de um keynesianismo que desafia o Brasil – - Tiago Thuin - Carta Maior – 06/03/2009

Somos todos keynesianos? A questão foi qualificada no debate sobre o papel do estado brasileiro frente à crise. De um lado, a aposta no PAC, Territórios da Cidadania e programas de garantia do emprego via BNDES. De outro, o alerta de que a atração de investimentos externos via juros anômalos não será suficiente para o país proteger-se da crise. Transferência de renda do público para o privado - os bancos - tem marcado um keynesianismo de matiz conservadora que desafia o Brasil.

BRASÍLIA - Somos todos keynesianos? Com essa questão Tânia Bacelar, professora de economia da UFPE abriu o painel O Papel do Estado no mundo pós-crise e os desafios do estado brasileiro do seminário do CDES, na tarde do dia 5. A questão foi qualificada por seus colegas de debate, que vêem na crise econômica a oportunidade e a necessidade de se superar o modelo de desenvolvimento capitalista-fordista, impondo ao Brasil e ao mundo não apenas um novo modelo econômico mas, nas palavras do pesquisador Ignacy Sachs, "um novo modelo civilizatório."

Estaríamos, segundo o professor Sachs, no limiar de uma nova revolução tecnológica, que encerraria o "hiato" de alguns séculos de utilização de combustíveis fósseis, equiparando-se em importância às revoluções neolítica e industrial. Apenas através de "avanços nessa direção, via sistemas integrados adaptados aos biomas e voltados para a agricultura familiar" é que se poderá superar a crise econômica – e, de quebra, as crises sistêmicas que a precederam, do emprego e da segurança alimentar. Para o professor Sachs, os países tropicais levariam uma vantagem natural nesse novo modelo, devido à maior incidência de luz solar.

O presidente do IPEA, Márcio Pochman, também falou da necessidade de se adotar um novo modelo econômico, adaptado às novas realidades tecnológicas e ambientais. Segundo ele, nesse novo modelo, o cidadão começaria a trabalhar aos vinte e cinco anos (uma realidade já conhecida entre os filhos dos ricos no Brasil), permaneceria no local de trabalho por 16 horas por semana, e viveria até os 100 anos. Esses números, segundo ele, parecem radicais, mesmo utópicos, mas apenas do mesmo modo como os atuais – de oito horas por dia de trabalho, começar a trabalhar aos 18, e viver até os 75 anos – pareceriam utópicos numa reunião realizada em 1850, quando a tecnologia já permitia a situação atual, mas a sociedade ainda se pautava pelo paradigma agrário, de trabalho começando na infância, se extendendo ao longo do dia, e expectativa de vida de 35 anos. Porém, para que sejam alcançados, esses índices demandarão o aumento dos recursos estatais, que de 5% do PIB na era agrária passaram para 35 a 55% do PIB na era industrial e, agora, deveriam passar para pelo menos 2/3 do PIB – uma decisão política radical, que talvez a própria crise torne possível.

Voltando à descrição da crise econômica, Sachs notou que, após a crise de 29 o intervencionismo estatal suscitou três respostas, todas calcadas no planejamento estatal: o keynesianismo, o socialismo real, e o fascismo; com a derrota deste último, os dois primeiros disputaram uma corrida econômica no pós-guerra, que ficou conhecida depois, nos países centrais, como a "era de ouro" (nos EUA) ou os "trinta [anos] gloriosos" (França). O liberalismo somente voltou à cena com o declínio e eventual queda dos regimes do socialismo real – e se impôs, com sua ideologia da supremacia do livre mercado a tal ponto que, como notou o professor James Galbraith, um período de supremacia liberal na qual o sentimento de abdicação de controle do estado sobre o sistema capitalista chegou a tal ponto que um membro da SEC (a CVM americana) se fez filmar destruindo com uma motosserra o cartapácio de leis e regulamentos que ele mesmo deveria aplicar.

Sachs e Galbraith notaram, ainda, que assim como no começo dos anos 30 o enfrentamento da crise de 29 pelos governantes inicialmente tinha a meta de "regressar à prosperidade dos anos 20," hoje os liberais, tornados keynesianos, se perguntam quanto tempo até voltarmos ao crescimento do começo do século. Mas Roosevelt, ao pôr em marcha o New Deal, não pretendia uma volta aos anos 20, mas uma garantia de segurança social, e foi apenas deste modo que a crise pôde ser efetivamente enfrentada e um novo modelo criado. Hoje, mencionou Galbraith, os governos jogam dinheiro sobre os bancos, como se o problema fosse de uma escassez de crédito, e não de uma escassez de confiança nos bancos e no próprio sistema, plenamente justificada depois que esses mesmos bancos "justificaram, celebraram e recompensaram" os instrumentos de mercado arriscados e/ou criminosos empregados pelo sistema financeiro.

Menos radical que Pochman e Sachs, Galbraith não se arriscou a indicar ou prever um novo modelo após a superação da crise, limitando-se a frisar o papel da segurança social no enfrentamento das dificuldades econômicas, e a necessidade da cooperação internacional para resolver uma crise que não se prende a nenhum país em particular.

A nota de pessimismo do painel foi dada pelo analista Jan Kregel, que alertou para o que chama de vício brasileiro: "Em quase qualquer crise internacional, a resposta inicial brasileira é de que o Brasil é muito forte, de que não poderia ser afetado. O Brasil será afetado, e mais do que geralmente se reconhece." Segundo Jan Kregel, as respostas à crise tomadas até agora pelo Estado brasileiro vão no sentido de tentar preservar a situação anômala dos altos juros e atração de investimento externo, o que é insustentável no médio prazo e não será o suficiente para se proteger da crise global.

Kregel afirmou que o país tem, de fato, uma resposta eficaz para a crise em seus programas de governo, que está nos programas de médio prazo – o PAC, os territórios da cidadania, o PDE, o estímulo às empresas de pequeno e médio porte – mas estas respostas têm sido sacrificadas, ou pelo menos competido com a política de curto prazo de

estabilidade macroeconômica à custa de altos juros. Alguns dos fatores apontados como forças positivas do Brasil frente à crise, na verdade, são a consequência inesperada dessa política danosa – por exemplo, os bancos brasileiros nunca precisaram investir em instrumentos exóticos como os derivativos de hipotecas americanos, simplesmente porque o rendimento fornecido pelo estado, a transferência de renda do público aos bancos, era mais lucrativa ainda. No mesmo sentido, Pochman demonstrou que a transferência de renda ao setor financeiro no período 1998-2003 foi superior à totalidade do PIB, muito acima das transferências sendo feitas hoje nos países desenvolvidos.

Encerrando o painel, o diretor do BNDES Luciano Coutinho traçou uma visão mais otimista, segundo a qual o Brasil, através do Estado cujo papel de indutor e planejador do crescimento foi reconstruído desde 2003, está se não imune pelo menos mais bem aparelhado para enfrentar a crise do que a maioria dos países. Comparou o PAC ao pacote de estímulo do Congresso americano, que segundo ele "de 800bn, quase um trilhão, menos de 200bn poderão ser gastos este ano, porque não há planejamento, experiência, licenças locais, nada," enquanto no Brasil o programa de incentivo econômico já vinha se estruturando desde antes da crise. A única alteração mencionada aos planos pré-crise do BNDES, fora o simples aumento do capital e empréstimos do banco, foi o interesse demonstrado por programas de garantia de emprego, mencionados por Sachs e Kregel, no qual o estado ofereceria a garantia de um emprego por salário mínimo em obras de infraestrutura e em obras locais, o que também implicaria na manutenção da qualificação da mão de obra durante a crise.

Conceição: Banco só se comporta se o Banco Central obrigar- Clarissa Pont - Carta Maior – 06/03/2009

"Nós entramos muito tarde no delírio neoliberal. O Brasil é um país tardio. Neste caso foi bom", disse Conceição Tavares. Para a economista, assim o Brasil pôde evitar a destruição completa do estado de bem-estar social e dispor, diante da crise, do poder de resistência e enfrentamento. O que nos dá poder são os bancos públicos, afirmou, no primeiro dia do Seminário Internacional sobre Desenvolvimento.

BRASÍLIA - Maria da Conceição Tavares contabiliza mais de meio século dedicado a contribuir para a análise do desenvolvimento econômico brasileiro. Talvez por causa disso conquistou algo para poucos: ter o direito de falar tudo o que pensa. Em mesa durante Seminário Internacional sobre Desenvolvimento, Conceição não teve papas na língua ao apontar culpados e resumiu: "O Brasil não é um país hegemônico. Não tem hegemonia na sociedade civil, nem nas burguesias, nem em nada. Então precisa de um poder político. É uma sociedade que depende muito do Estado mesmo quando gosta de dizer que é contra ele". É contra "de boca", com ela diz. "Ninguém ganha sem um estado brasileiro forte", completou.

A ex-deputada federal pelo PT do Rio de Janeiro encerra grande parte das suas conclusões com uma enfática pergunta: “Está claro?”. Na mesma platéia, para quem a economista perguntava se estava sendo direta o suficiente, alguns foram por ela distinguidos como protagonistas dos que podem ser cruéis efeitos da crise no Brasil caso não sejam combatidos: empresários que praticam demissões em massa, neoliberais arrependidos e uma classe que ainda mantém ranço contra um Estado forte. Para ela, são justamente as políticas de Estado e as políticas públicas de proteção social que vão garantir um horizonte de diferença frente aos métodos que ficaram petrificados a todo custo durante o largo período neoliberal no Brasil.

Conceição foi a grande interlocutora de Lula durante a fala do presidente da abertura do seminário, ontem (5) pela manhã. Quando o Presidente lembrou a importância de pensar as diretrizes que devem basear argumentações na próxima reunião do G20 foi o nome da economista que ele citou. “Os outros países não têm uma Petrobras. A PDVSA venezuelana não tem o fôlego da Petrobras e já está muito vulnerável porque ela, sim, era um grande exportador de petróleo, o que não é o nosso caso. O Brasil está muito bem em relação aos outros que não têm um BNDES, um Banco do Brasil, uma Caixa Econômica Federal. Isso é importante. Para resistir, ao lado do crédito público e do investimento publico”, disse Conceição.

A avaliação da economista atinge também as ações da iniciativa privada no Brasil. “A dúvida é poder ou não resgatar o investimento privado, o ciclo de crescimento recente tem um componente enorme de crescimento de investimento privado. Imaginar que vai ter investimento nos setores da agroindústria não é provável. Aqui mesmo perguntei a um empresário da agroindústria como andava o segmento e ele me disse não vai bem. Claro que não vai bem. O mesmo também não é provável nos setores minerais. Se a recessão mundial se agravar, e tudo indica que sim, porque o conjunto de medidas que estão sendo tomadas não tem coordenação e peso suficientes para resolver a questão central que é a questão da crise financeira americana, vai ser muito delicado”.

O Mercosul, por isso, terá papel fundamental no enfrentamento da crise, segundo a professora. As escolhas do governo federal pela ampliação do leque de parceiros comerciais, também, porque o próximo período é de tensão e conflitos de interesses mais intensos. “A nossa capacidade de exportar, graças a uma política externa mais aberta e mais independente - que inclui o Oriente Médio, a África e a Ásia entre os parceiros fundamentais – vai ser mais complicada. Vai ter atrito, mas o nosso presidente é uma pessoa paciente e alegre, atura o mau humor dos demais presidentes latino-americanos com muita tranqüilidade”, brincou Conceição. “Nosso presidente tem muito bom humor e por isso é otimista”, emendou após os risos da platéia.

Conceição tem lá suas preocupações, contudo. “Não dá para garantir, salvo sob liderança política concreta de nome e apelido, a continuidade de um projeto de desenvolvimento. E não dá porque nós não temos hegemonia nem da burguesia nacional, os senhores que estão aqui sabem que não são hegemônicos, nem do setor internacional, nem da sociedade civil. Isso complica porque permeia os interesses e a mídia não é nada conseqüente. Por mais que se diga que a mídia não está incutindo o pessimismo, ela está afirmando que devemos ter cuidado com a saúde fiscal. Imagina, a pessoa numa crise como esta, com a situação fiscal que está muito bem, obrigado. Está melhor que a maior parte dos países do mundo. E ai recomenda-se cuidado a ponto tal que o Ministro da Fazenda se vê obrigado a dizer que terá cuidado, eu fico preocupada. Porque isso é sinal de que é uma sociedade heterogênea que não tem um projeto nacional, apesar de ter passado por transformações importantes pela base”, avaliou.

O que nos dá poder são os bancos públicos

“O que nos dá poder são os bancos públicos. O que nos dá poder é ter um banco nacional de desenvolvimento que tem mais recursos que o Banco Mundial. O Banco Mundial pode não querer emprestar nada pra gente, se é que eles têm dinheiro pra emprestar. Saberemos se tem algum dinheiro lá porque teremos o representante do Banco falando aqui também”, disse em referência à mesa sobre o novo papel das instituições financeiras multilaterais, na programação do Seminário que conta com a participação do diretor-executivo do Banco Mundial. “Banqueiro é banqueiro em toda parte. Se o Banco Central ainda facilita e ajuda, eles agradecem. Banco só se comporta se o Banco Central obrigar a se comportar, é óbvio, até parece”, resumiu Conceição.

Conceição já havia feito a analise em Carta Maior de que o governo hoje tem fôlego financeiro suficiente para acionar a demanda e o investimento através de uma engrenagem que se baseia em quatro eixos: as políticas sociais, a nova política habitacional, as obras do PAC e as licitações da Petrobras. A ministra Dilma Rousseff também apresentou didaticamente os mesmos pontos na manhã de ontem e foi citada mais de uma vez por Conceição. “O PAC vai ajudar na crise, mas foi concebido como uma política de infraestrutura pra valer. Com ele, você tem uma perspectiva mais equalizadora do ponto de vista regional e mais eficiente porque interliga os sistemas. Agora tem problemas que nem o PAC nem nada resolve, como o problema das metrópoles, objetivamente: transporte, saneamento e segurança”.

“Os maiores problemas são juventude e emprego. Manter o emprego dos que estão empregados é difícil, graças a Deus que o presidente Lula não tem papas na língua e vai logo batendo nos empresário direto. Aqui são vários que devem ter saído com as orelhas quentes e um dos quais eu vi ele chamar pessoalmente. Porque ele faz demissão coletiva e não cumpre as regras da OIT nem da Justiça do Trabalho brasileira”.

Sermos tardios nos preservou de desastres

"Acho que neste ano vamos crescer pouco, mas isso não será negativo. Estamos percorrendo hoje o caminho que a Argentina, o Chile e o Uruguai percorreram no século passado, construindo um estado de bem-estar social. Nós entramos muito tarde no delírio neoliberal. O Brasil é um país tardio. Neste caso foi bom, porque não fizemos o que Argentina, Chile e Uruguai fizeram, destruindo o estado de bem-estar social que tinham", afirmou Conceição, enfatizando as peculiaridades a partir das quais se deve estruturar o enfrentamento da crise, com uma lição da história.

Sermos tardios, segundo a economista, preservou o país de desastres que assolaram países vizinhos, sobretudo em termos de proteção social à avalanche financista. E essa realidade, em perspectiva histórica, organiza o seu otimismo, "não apenas pelas nossas virtudes", disse. "Estou otimista porque cometemos vários vícios que agora o grosso da sociedade, inclusive a empresarial, vai deixar de lado, vai abrir. Estamos melhor".

Políticas públicas de proteção social estruturadas e financiadas como políticas de estado são decisivas, não a defesa da agenda keynesiana, segundo Conceição. Enquanto a turbulência não dá sinais de arrefecimento, a discussão sobre nova arquitetura financeira global importa de menos, no diagnóstico da professora. Análise publicada pela The Economist http://www.economist.com/world/americas/displaystory.cfm?story_id=13243343 no mesmo dia em que Conceição falou neste seminário corrobora a tese de que os Bancos Públicos são nota da vantagem brasileira frente à crise. A influência que temos no sistema financeiro, diz a matéria, determina as condições de segurança para enfrentar a crise. Essa é a chave, na perspectiva da economista, para aprender com a história.

O paradoxo da Amazônia – Bruce Babbitt e Thomas Lovejoy - Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 06/03/2009

A DESTRUIÇÃO das florestas ameaça a sobrevivência de todo o planeta. Em todo o mundo, a derrubada e a queima de florestas causam 20% do aquecimento global, mais do que as emissões de gases de todos os automóveis e caminhões. A maioria dos países vem falando muito e fazendo pouco para enfrentar o aquecimento global. O Brasil, porém, é diferente. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, anunciou que o Brasil vai reduzir o desmatamento da Amazônia em 70% até 2017.

Ao fixar essa meta, o país lidera o mundo no esforço internacional para combater o desmatamento e tem o direito de exigir que as nações desenvolvidas cheguem a um acordo

para compensar os países em desenvolvimento por "serviços ao ecossistema" fornecidos por florestas saudáveis.

No entanto, ao mesmo tempo em que o Brasil avança, outro programa, a IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional na América do Sul), ameaça acelerar a derrubada da floresta, impossibilitando o Brasil de alcançar essa meta nacional. A IIRSA é uma organização pouco conhecida, um tanto quanto misteriosa, financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e por outras instituições multilaterais. Sua meta é construir uma enorme rede de novas rodovias internacionais atravessando a bacia amazônica. E essas estradas vão abrir a porta para invasões de terra, conflitos fundiários e desmatamento maciço.

No vizinho Peru, a IIRSA está trabalhando sobre dois corredores de transporte para o Brasil, incluindo uma estrada que atravessará os Andes, chegando a Cruzeiro do Sul e cruzando o coração do parque nacional Serra do Divisor. Agora que a rodovia Interoceânica ligando o Brasil ao Peru está quase pronta, não há necessidade dessas rodovias adicionais. No Equador, a IIRSA pretende penetrar na bacia amazônica por uma rota rodoviária e hidroviária passando pelo parque nacional Yasuni. E, na Colômbia, a IIRSA propôs mais uma rota em direção leste, até Manaus.

Tais planos superados de construção rodoviária deveriam ser descartados. A questão não é se se deve desenvolver a Amazônia com infraestrutura, mas sim como o desenvolvimento pode ser planejado em base sustentável, voltado ao futuro, ao mesmo tempo protegendo os valores naturais da Amazônia e seus moradores.

No mínimo, é fundamental que sejam discutidas as seguintes questões: 1) Onde o desenvolvimento deve ser localizado na Amazônia ocidental? Com planejamento, novos centros populacionais podem ser desenvolvidos nos lugares certos, do mesmo modo como Brasília foi planejada para ser a capital nacional, em local escolhido para isso. A zona econômica livre em Manaus é um modelo que poderia ser empregado em outro lugar para concentrar o desenvolvimento e evitar a derrubada da floresta.

2) Novas pesquisas científicas nos informam que a cobertura florestal da Amazônia é essencial para manter o regime de chuvas adequado em partes do Sul do Brasil e em suas agroindústrias. A Amazônia não pode ser desenvolvida com a destruição de sua floresta e o desencadeamento de secas no Amazonas, em Mato Grosso e mais ao sul. Como podem as florestas virgens da parte superior do Amazonas ser protegidas contra o desmatamento extenso que já ocorreu na fronteira da Amazônia oriental?

3) O Amazonas histórico é um rio baseado num sistema econômico e ecológico. Até que ponto as vias hídricas naturais do Amazonas e seus afluentes podem ser desenvolvidos para servir de corredores de transportes? Que papel poderiam desempenhar as ferrovias?

4) Petróleo e gás estão sendo descobertos em toda a Amazônia ocidental. Onde devem ser estabelecidos os corredores rodoviários e os oleodutos, para dar acesso a essas reservas e aos locais mais apropriados para o desenvolvimento hidrelétrico futuro?

Nenhuma dessas questões foi levada em conta pelos construtores de estradas da IIRSA. E essas perguntas não podem ser respondidas sem a participação significativa de todos os povos da bacia amazônica. Um plano verdadeiro precisa consistir em mais do que apenas a abertura de milhares de quilômetros de asfalto novo.

Os planos infraestruturais da IIRSA para a Amazônia precisam ser suspensos e revistos à luz de conhecimentos científicos atuais. Há tempo para um novo consenso para o futuro. Com bom planejamento, a Amazônia pode ter florestas saudáveis e, também, comunidades dinâmicas.

BRUCE BABBITT, 70, geólogo, é doutor em direito pela Harvard Law School. Foi governador do Arizona (1978-1987) e secretário do Interior dos EUA (1993-2001). É autor de "Cities in the Wilderness" (Island Press, 2002). THOMAS LOVEJOY, 67, biólogo com doutorado pela Universidade Yale, foi vice-presidente do World Wildlife Fund (1973-1987, EUA), secretário-assistente da Smithsonian Institution (1987-1999) e assessor-chefe de biodiversidade do Banco Mundial (1999-2002).

Amazônia seca vira chaminé de carbono – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência - 06/03/2009

Na forte estiagem de 2005, floresta ficou mais vulnerável a queimadas e parou de frear aquecimento global, diz grupo

Previsão de que o ambiente amazônico ficará seco por mais tempo nas próximas décadas é má notícia para combate ao efeito estufa

A dramática falta d'água no ambiente amazônico em 2005 não afetou apenas a vida dos moradores da região. Com a seca, a floresta, que normalmente absorve carbono, passou a emiti-lo no ambiente. As sequelas deixadas pelo grande estiagem, segundo medições inéditas divulgadas hoje, vão durar por décadas. Com menos água, as árvores morreram

mais. Cresceram menos. E a floresta passou a colaborar para a piora do aquecimento global.

"A Amazônia, antes de 2005, absorvia 400 milhões de toneladas de carbono por ano. Durante o fenômeno [seca], não absorveu nada e passou a emitir 900 milhões de tonelada de carbono", diz Luiz Aragão, brasileiro pesquisador da Universidade de Oxford (Inglaterra).

Os 400 milhões de toneladas de carbono que a floresta costuma sequestrar por ano, segundo Aragão, servem para empatar com todo o carbono que é lançado no ar por causa do desmatamento e das queimadas.

O número apresentado pelo pesquisador, um dos 66 dos autores de artigo científico publicado hoje na revista científica "Science", foi o primeiro extraído de dados concretos com medidas sistemáticas em toda a Amazônia. Estudos anteriores sobre a seca eram estimativas com imagens de satélite.

O grupo de Aragão monitorou árvores em 136 parcelas -áreas de floresta- de 100 m por 100 m, em várias regiões da Amazônia. "Temos estudos, por exemplo, na Bolívia, no Peru, na Guiana e na Colômbia", disse o pesquisador, que trabalha na Floresta Nacional de Caxiuanã, no Pará, onde o Museu Goeldi, de Belém, mantém uma estação de pesquisa. A contribuição da seca de 2005 na Amazônia para o agravamento do aquecimento global não será imediato, afirma Aragão. O carbono que passou a ser emitido pelo sistema não está ainda todo liberado na atmosfera, explica. Ele continua preso, por exemplo, em folhas ou galhos mortos.

"A seca acabou jogando mais combustível no sistema. A floresta, de uma forma geral, ficou mais vulnerável. Isso amplia o problema das queimadas, um dos fatores que vão contribuir para que o carbono excedente do sistema vá para o ar", afirma o pesquisador brasileiro. "Esse processo dura décadas."

Outro estudo já publicado pelo mesmo grupo, segundo Aragão, havia mostrado que em determinadas regiões da floresta a seca de 2005 aumentou o número de queimadas em 33%.

"Esses resultados podem ser projetados para o futuro", diz o pesquisador. Segundo ele, o círculo vicioso visto para os meses de seca da floresta em 2005 poderá ficar cada vez mais intenso nas próximas décadas. "Os modelos mostram que a floresta vai ficar mais seca em alguns locais. Claro que esse balanço desfavorável de carbono poderá ser mais frequente", disse.

O resultado disso é que enquanto a seca de 2005 é atribuída a um fenômeno natural -anomalias climáticas no Atlântico-, a culpa sobre as estiagens futuras provavelmente vai recair sobre a humanidade.

Dado de campo não coincide com o de satélites – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 06/03/2009

Os dados obtidos nas 136 áreas reais da floresta amazônica durante vários anos, diz o pesquisador brasileiro Luiz Aragão (Universidade de Oxford), não estão de acordo com a tese de que, mesmo com a drástica seca de 2005, a pior em 60 anos, a floresta amazônica verdejou.

"Nossos dados não mostram a mesma coisa. A perda de biomassa ocorreu em grandes áreas", diz Aragão.

De acordo com o cientista, os dados apresentados antes sobre o verdejar da floresta, na mesma revista "Science", foram obtidos apenas por meio de satélites. "Talvez isso explique as diferenças dos resultados", afirma. A validação dos dados dos satélites muitas vezes não se confirma nas medições reais, diz Aragão. A tese do verdejar na seca poderia significar que o sistema antiestresse da floresta amazônica teria funcionado bem durante uma forte, mas curta, estiagem. (EG)

Projeto Gestar é modelo para combate à degradação ambiental – Carlos Américo – Sítio Eletrônico do MMA – 06/03/2009

No I Seminário Estadual da Operação Arco Verde, em Belém do Pará, nesta sexta-feira (6), foi apresentado aos participantes o Projeto Nacional de Gestão Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente. Paulo Guilherme, diretor do Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável, alertou os representantes estaduais e municipais para a necessidade de ações locais. "É preciso elaborar um plano local de desenvolvimento sustentável, com base territorial", disse.

Paulo informou que o MMA está à disposição das prefeituras para implementar o projeto. Ele destacou, também, a importância do zoneamento ecológico-econômico como delimitador das atividades econômicas na região. Aliado ao programa de regularização fundiária, do Ministério de Desenvolvimento Agrário, o ZEE é uma ferramenta eficiente na gestão sustentável, destacou.

O Projeto Nacional de Gestão Ambiental Rural (Gestar) é um dos programas do MMA voltados para os municípios e já atende a grande parte deles na região amazônica,

sendo dois territórios no Pará e outros dois no Mato Grosso, além de municípios no norte de Minas Gerais. Seu foco é estimular a mudança no modelo de desenvolvimento econômico dessas regiões inserindo critérios de sustentabilidade. O Gestar projeta um modelo de consolidação do desenvolvimento rural sustentável, buscando a melhoria da qualidade ambiental e da condição de vida da população por meio de motivação, capacitação e engajamento das comunidades.

O Gestar é uma política pública coordenada pelo Departamento de Gestão Ambiental e Territorial do Ministério do Meio Ambiente e concebida para incorporar e institucionalizar as recomendações da Agenda 21 Brasileira, aprovada na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a Eco 92.

A sua concepção está baseada na construção participativa de compromissos de gestão ambiental rural, apoiando-se na interrelação das pessoas nas comunidades, das entidades da sociedade civil organizada, das escolas, das universidades e dos governos sobre um mesmo território. Nele convergem as aspirações e propostas de ação de governança e de gestão ambiental da população envolvida, desde as pessoas nas bases comunitárias até as mais distintas formas de representação de interesses locais, municipais, intermunicipais e regionais.

O Gestar foi criado para fortalecer a capacidade técnica das instituições governamentais dos governos federal, estadual e municipal e de organizações e entidades da sociedade civil, além do setor da economia que direta e indiretamente estejam vinculados à temática ambiental rural.

Conama avalia resolução para coibir exploração ilegal da floresta amazônica – Paulenir Constancio – Sítio Eletrônico do MMA – 06/03/2009

O Conselho Nacional de Meio Ambiente, Conama, pode aprovar na próxima semana resolução para pôr fim a controvérsias antigas, disciplinando a fiscalização e inspeção no setor madeireiro. As equipes do Ibama, encarregadas de fiscalizar a exploração, o transporte e industrialização de produtos da floresta na Amazônia, já reivindicam a medida há algum tempo. Ela vai dirimir as dúvidas sobre os produtos, sua nomenclatura e rendimento de processos passíveis de ser fiscalizados. A resolução anterior não estabelecia limites federais precisos de rendimento, permitindo a "legalização de madeira ilegal" dentro de padrões estaduais de aproveitamento.

Caso seja aprovada, a resolução trará "um ganho ambiental expressivo", avalia o coordenador de Gestão de Recursos Florestais, do Ibama, José Humberto Chaves. Isso porque, o que os fiscais chamam no jargão técnico de "coeficiente de conversão

volumétrica", que nada mais é do que a capacidade de aproveitamento industrial das toras de madeira extraídas da floresta, é aplicada diferentemente em cada estado.

No Pará, por exemplo, onde a legislação estadual permite 65% de rendimento no processo industrial, a possibilidade é de que 20 % da madeira que chega ao mercado possa ter origem em extração ilegal, já que estudos recentes demonstram que o potencial de aproveitamento não passa de 45%. Com a resolução aprovada, o Ibama espera fechar a porta para possíveis fraudes, inviabilizando a derrubada irregular passível de ser legalizada no processo de aproveitamento para se chegar ao percentual que a lei autoriza.

A resolução poderá também inibir fraudes no transporte de madeira. É que o nome que cada estado dá a madeira beneficiada acaba dificultando a inspeção das cargas. O caibro, madeira beneficiada para o uso em telhados, por exemplo, é chamado no Amapá de "perna manca" e pode apresentar medidas diferenciadas, dificultando o trabalho dos fiscais. A intenção é criar um sistema de controle que permita a agilidade na ação fiscalizatória., evitando-se que uma prancha de madeira, muito mais volumosa, possa passar por uma simples tábua no transporte. O Conama se reúne dos dias 11 (quarta) e 12 (quinta) para apreciar a matéria.

Crescer e amadurecer – Marina Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 09/03/2009

NA CONSTITUINTE de 1988, uma grande inovação foi o status político e institucional assegurado ao tema do meio ambiente, tornando-o objeto de capítulo inédito na Constituição e criando instrumentos para consolidá-lo no cotidiano das políticas públicas.

No Congresso, o primeiro sinal desses novos tempos foi a criação na Câmara dos Deputados, logo após a Constituinte, da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias.

Em 2004, com o crescimento da agenda ambiental, foi desmembrada, dando origem à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. No Senado, durante muito tempo os temas ambientais foram tratados na Comissão de Assuntos Sociais, até a criação da atual Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. As comissões das duas casas ficaram conhecidas pela liderança de parlamentares ambientalistas e forte participação de entidades dos movimentos sociais.

À medida em que a política ambiental do país foi se ampliando, tomando forma e mostrando seu real endereço -o processo produtivo e as grandes dinâmicas econômicas e

sociais-, outros setores do Congresso, tais como membros da bancada ruralista, passaram a valorizar a participação naquelas comissões, em geral para contestar a legislação ambiental.

Essa participação é legítima e desejável. Dá a medida dos conflitos reais existentes na sociedade e os coloca em discussão aberta. É um passo necessário para buscar sínteses e confluências, como convém a uma democracia.

Ademais, nem para os próprios ambientalistas seria desejável que os espaços temáticos do Congresso se transformassem em guetos isolados e na defensiva. Mas não é por aí que a coisa vai.

Parece ir na direção contrária desse cenário de espaço público virtuoso e também das lições da crise global, que recomendam esforços integrados, cada vez mais voltados para mudança de padrões de produção e de padrões políticos, pois os velhos costumes não dão conta das exigências do presente.

Da política, espera-se que cresça, amadureça e entenda que nada mais pode ser como antes. Ou melhor, até pode, mas a custo altíssimo para a sociedade.

O que acontece nas comissões de meio ambiente é como andar para trás. A estratégia, ao que tudo indica, é a de "ocupar o espaço do inimigo". No discurso de muitos de seus novos membros, o meio ambiente "trava o desenvolvimento".

O objetivo imediato está claro: mudanças no Código Florestal para ampliar a área passível de desmatamento na Amazônia e reduzir matas ciliares em todos os biomas. Assim fica difícil avançar.

Bloco do Brasil corre risco na negociação de clima – Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional – 09/03/2009

Um novo ponto no debate internacional sobre o regime climático ameaça rachar o G-77 e a China - o grupo dos países emergentes e menos desenvolvidos que sempre negocia em bloco - e joga mais dúvidas sobre o sucesso de um acordo a ser fechado em Copenhague no final do ano.

Está sobre a mesa a ideia de uma "graduação" de países, uma espécie de diferenciação sobre quem é mais ou menos desenvolvido entre as nações mais pobres. Este conceito procura diferenciar a responsabilidade na emissão de gases-estufa de quem hoje não tem metas de redução estabelecidas pelo Protocolo de Kyoto - todos os mais pobres, basicamente. Ocorre que nesta turma estão China, Índia, Brasil e África do Sul ao lado de, por exemplo, Haiti e Burundi.

A ideia da diferenciação entre os países tomou fôlego em uma reunião de 2008, em Acra, a capital de Gana. Tem como protagonistas Japão e Austrália e a simpatia distanciada de observadores como a União Europeia. A jogada é clara: fazer com que a China, o maior emissor da atualidade se junte aos Estados Unidos, o maior emissor do passado. E talvez puxar junto os outros emergentes e incluí-los no clube de quem vai ter que crescer e enfrentar a crise economica diminuindo drasticamente suas emissões por um compromisso legal.

A estratégia, se tomar força, pode isolar os emergentes dos demais do G-77. Os outros países do bloco, naturalmente, tendem a ser indiferentes à proposição.

O Brasil reagiu formalmente à posição apresentando no mês passado um documento à Convenção sobre Mudança Climática das Nações Unidas. Ali diz claramente que o Plano de Ação de Báli, acordado no final de 2007 e que dá a rota para que os países cheguem a um acordo em Copenhague, não prevê "o estabelecimento de novas categorias de países ou uma 'graduação' de países de uma categoria para a outra". Ou seja, fazer com que os que não têm a obrigatoriedade de cumprir metas de redução saltem para a fila dos que têm. Como argumento, cita que o Plano de Báli se baseia na Convenção e que ali se mantém a diferença entre o que se espera dos países desenvolvidos e dos em desenvolvimento.

Este último round da negociação de clima prenuncia que há muito caminho pela frente antes de se chegar a um acordo que desenhe o cenário para depois de 2012, quando termina o primeiro período do Protocolo de Kyoto. O Reino Unido, por exemplo, deixa claro que quer um novo acordo em Copenhague - o que o G-77 não quer. Não se trata apenas de uma exigência de forma. Um novo acordo pode pressupor que os Estados Unidos tenham os mesmos compromissos que os outros desenvolvidos, coisa que os EUA jamais aceitaram e, por isso, não ratificaram Kyoto.

Outro nó nas negociações vem do fato que, até agora, a administração Obama ainda não chamou os principais atores deste debate para uma conversa, como todos eles esperam. Já é março, há muitas reuniões programadas para os próximos meses e a agenda apertada prevê um texto de negociação básico em junho - mas sem que os EUA se mexam, nada vai para a frente. Por enquanto, o enviado às reuniões continua sendo Dan Reifsnyder, diplomata de carreira e veterano negociador americano. O novo time de Obama parece que ainda está tomando pé da coisa.

Os acertos entre EUA e China são fundamentais para o êxito de um acordo internacional sobre clima. A União Europeia, que costumava ter papel de liderança na questão, está calada desde 2008. A Rússia não faz praticamente nada. O Japão tem prejudicado o avanço dos debates com uma proposta complexa que rifa 1990 como ano-base para os cortes nas emissões e pretende estabelecer regras setoriais. O Canadá nunca

quis o sistema de Kyoto. E os emergentes querem que os desenvolvidos cumpram sua parte antes de exigir qualquer coisa dos demais. Um desconfia do outro. O cenário continua mal parado e o tempo passa.

"A construção de confiança entre os países é fator primordial para se alcançar um acordo robusto em Copenhague ", diz Guarany Osório, coordenador da campanha de clima do Greenpeace Brasil. "Mas o que vemos hoje é um pingue-pongue, onde países em desenvolvimento pedem financiamento para agir e os desenvolvidos pedem ação para prover financiamento. O clima não vai esperar pelo final desse jogo interminável. Cada um deve fazer a sua parte."

Na semana passada, mais uma má notícia ajudou a alimentar o pessimismo entre os que circulam nas reuniões de negociação. Os países industrializados revisaram para cima a quantidade de emissões de gases-estufa que declararam para 1990, ano-base utilizado para os cortes previstos pelo Protocolo de Kyoto. As emissões declaradas por 34 países aumentaram em 3,5%, atingindo um total de 17,6 bilhões de toneladas. Em 1996, segundo levantamento da ONU, eram 17 bilhões, informou a agência Reuters. A diferença é maior que o volume de emissões atuais da Itália, Austrália e França. Os EUA e a Rússia foram os que mais aumentaram seus valores de 1990.

Os conflitos no licenciamento ambiental – Sergio Guerra – Valor Econômico – Legislação e Tributos – 09/03/2009

Recentemente, a imprensa noticiou que o conflito de competência entre os diferentes órgãos ambientais - federal, estadual e municipal - tem sido apontado como um dos maiores empecilhos para o andamento do licenciamento ambiental de grandes obras de construção civil no Brasil. Em janeiro passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) se manifestou sobre o tema, afastando o licenciamento de um empreendimento pelo Ibama em um caso específico envolvendo um projeto imobiliário elaborado de acordo com o novo plano diretor de Salvador, anteriormente licenciado pelo governo local.

O fato - que tem sido considerado na elaboração do "business plan" de grandes empreendimentos de infraestrutura no Brasil - é que diversas ações questionando a competência para expedir as licenças são propostas em todos os tribunais do país, em sua maioria, pelo Ministério Público federal e estadual e por organizações não-governamentais, agravando custos ou inviabilizando projetos. Algumas empresas chegam a licenciar empreendimentos, com altíssimo custo e tempo, em órgãos ambientais dos três níveis da federação para evitar - ou, ao menos, minimizar - os riscos de enfrentar um litígio judicial dessa ordem.

As consultas jurídicas formuladas pelo empresariado sempre se voltam à seguinte indagação: afinal de contas, de quem é a competência ambiental para o licenciamento de obras de médio ou grande porte? É da União, dos Estados ou dos municípios? A resposta não é simples. Em que pese a competência municipal para licenciar a construção de empreendimentos de construção civil, a Constituição Federal atribui ao poder público, em todos os três níveis da federação, o dever de preservar o meio ambiente, atraindo para essa tríade a competência comum no campo ambiental. Isto é, os três possuem, em tese, competência constitucional para fiscalizar qualquer empreendimento que afete os seus territórios.

Veja o artigo 225 da Constituição, que prevê que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", cujo parágrafo 1º estabelece que, "para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público..." Por isso surgem diversos conflitos. Uma obra sempre afetará um município, que está inserido em um Estado, que, por sua vez, compõe a federação, representada pela União. As empresas que desenvolvem empreendimentos de construção civil submetem às prefeituras municipais seus projetos, sejam eles de edificações residenciais e comerciais, e, após a análise das regras urbanísticas e ambientais, obtêm o respectivo alvará de licença. Iniciadas as obras, deparam-se com a fiscalização estadual e com outra federal. Ocorre que proteger o meio ambiente não corresponde, necessariamente, à competência legal para proceder aos licenciamentos de empreendimentos imobiliários. De outro lado, se não adotam providências, servidores públicos incumbidos dessa fiscalização sofrem ações de improbidade administrativa por omissão.

Com efeito, não conseguimos ter, no Brasil, uma harmonização das normas que disciplinam a competência ambiental com o princípio da livre iniciativa. A legislação que rege a matéria - a Lei nº 6.938, de 1981 - é anterior à Constituição. De acordo com essa lei, que dispõe sobre a política nacional de meio ambiente, a competência para o licenciamento de atividades consideradas potencialmente poluidoras é, regra geral, dos órgãos estaduais, conforme prevê o artigo 10. Contudo, essa mesma lei dispõe que compete ao Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) o estabelecimento de normas e critérios para o licenciamento, e de padrões de controle do ambiente. O Conama, por sua vez, tentou encontrar uma solução ao editar a Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997, que estabeleceu critérios para exercício da competência para o licenciamento ambiental. Essa resolução - hierarquicamente inferior à Lei nº 6.938, gerando mais conflito -, ao relacionar os empreendimentos e atividades sujeitos ao licenciamento ambiental clássico (licença previa, licença de instalação e licença de operação), só atribui a um órgão ambiental a competência para o licenciamento e a definição dos critérios de sua exigibilidade.

Procurou o Conama ser expresso ao estabelecer, nos termos da mencionada resolução, que a competência para o licenciamento deve ser exercida apenas por um único ente federado, ao dispor que "os empreendimentos e atividades serão licenciados em um único nível de competência, conforme estabelecido nos artigos anteriores." A dificuldade surge quando se interpreta o espaço para atuação de cada ente federativo: os municípios, nos licenciamentos cujo impacto seja local, e os Estados, nos casos em que os impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais de um ou mais municípios. Como se vê, trata-se de conceitos jurídicos indeterminados que só podem, em muitos casos, ser integrados no caso concreto.

Como, então, resolver o problema? Diante dessas considerações, é justo concluir que o Brasil precisa ter, com urgência, uma definição do Poder Legislativo - e não do Poder Judiciário, criticado por aparentemente atuar ativamente e usurpar competência do primeiro - quanto às competências dos entes federados em matéria ambiental. O caminho mais eficaz é regulamentar o parágrafo único do artigo 23 da Constituição Federal, que, como dito, outorga competência comum a todos os três entes para proteger o meio ambiente. Enquanto isso não ocorrer, teremos em nosso país mais esse item para compor e agravar o conhecido e repudiado custo Brasil, que só piora a qualidade de vida dos cidadãos e a difícil arte de aqui empreender.

Sérgio Guerra é doutor em direito, advogado e professor da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas (FGV)

Legalidade ambiental na Amazônia – Carlos Minc – Folha de São Paulo – Opinião – 10/03/2009

A DEGRADAÇÃO ambiental da Amazônia não pode ser enfrentada apenas com o Ibama e a Polícia Federal. Sem o ordenamento fundiário e o planejamento territorial, sem o incremento da pesquisa e das tecnologias florestal e regional, a falta de alternativas sustentáveis e a impunidade ameaçarão sempre o ecossistema e provocarão sucessivos aumentos de emissão de CO2.

O ZEE (Zoneamento Ecológico-Econômico) é vital para o combate ao desmatamento, à violência, à exclusão e para melhorarmos a qualidade de vida de 24 milhões de habitantes da Amazônia, preservando o bioma. O MMA (Ministério do Meio Ambiente) organizou com o IBGE, a Embrapa e a CPRM (recursos minerais) o consórcio ZEE Brasil para apoiar os Estados na elaboração dos seus zoneamentos. Dois Estados já os tinham concluído -Acre e Rondônia.

Outros três os enviaram às Assembleias Legislativas. Em fevereiro, o Estado do Amazonas concluiu o ZEE e o enviou ao Parlamento. O Pará apresentou a lei estadual que aprovou o ZEE para a área de influência da BR-163 (Cuiabá-Santarém). Essa lei não admite nenhum aumento de desmatamento ou expansão de agropecuária em áreas preservadas. Em duas das áreas demar- cadas ao longo da BR-163, com mais de 80% de desmatamento e atividades econômicas consolidadas, o ZEE possibilita a intensificação e a legalização das atividades, mediante a recomposição da reserva legal de no mínimo 50% da área, mais as APPs (áreas de preservação permanente).

Isso implicará o reflorestamento de 1,5 milhão de hectares de matas nativas. A base para defender a Amazônia, colocar as atividades na legalidade e intensificar as operações de combate ao crime ambiental passa por estabelecer uma regra clara, o que pode ser feito, como e onde. Nos últimos nove meses até janeiro de 2009, houve uma redução de 50% da área desmatada, em comparação com os mesmos meses do período anterior.

Isso devido à intensificação das operações, à entrada em vigor da resolução do Banco Central que veda o crédito para quem está na ilegalidade fundiária ou ambiental, aos leilões do boi pirata e da madeira pirata e ao controle de alguns entroncamentos rodoviários. A essa lista devem ser acrescentados os pactos públicos com setores produtivos, como foram a Moratória da Soja, o Pacto da Madeira Legal e Sustentável e o Pacto da Carne Legal -a ser assinado em março com os exportadores.

Mas esse resultado ainda é precário e insuficiente. A destruição da floresta continuará se não houver a regularização fundiária, o ordenamento territorial por meio do ZEE, o Fundo Amazônia, o financiamento de um modelo de desenvolvimento inclusivo e não predatório, a transformação e a valorização da cadeia de produtos do extrativismo, o manejo florestal e a implementação do PAS (Plano Amazônia Sustentável). Isso representaria um atentado à biodiversidade, às populações tradicionais e às comunidades indígenas. Representaria também o não-cumprimento do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, festejado em dezembro passado na Conferência do Clima na Polônia pelo secretário-geral da ONU e por Al Gore como um significativo avanço da posição do Brasil.

Estamos monitorando outros biomas -como a caatinga, o cerrado e a mata atlântica. Na atualização do Plano Clima, em março de 2010, avançaremos com metas de redução do desmatamento nesses biomas. Hoje é mais fácil e barato um agente desmatar a floresta nativa do que recuperar e intensificar a produção em uma área degradada. Ele não paga a terra, não assina a carteira, não paga multas e tem sempre um político para protegê-lo. Temos de inverter esse quadro, ao combater a impunidade, impedindo que criminosos ambientais enriqueçam com o produto de atos ilícitos (com leilões de boi e madeira pirata). Devemos criar apoios técnicos e econômicos e um marco legal que incentivem a recuperação de áreas degradadas, base para o desmatamento zero.

Isso fará avançar a regularização fundiária das terras da Amazônia, a qual o governo pretende concluir em três anos, até mesmo cassando o título de quem desmatar áreas protegidas, com a finalização do ZEE e a implementação do PAS. Outra linha relevante de inclusão da população no combate à degradação é o pagamento por serviços ambientais. Já fazemos isso com 200 agricultores das margens do rio Guandu, principal manancial de água do Rio de Janeiro.

Essa é uma das modalidades previstas de uso do Fundo Amazônia e também será usada para adaptação, sobretudo no Nordeste, com a recuperação de solos erodidos e de mananciais. Em defesa da Amazônia, de sua população e do clima do planeta.

CARLOS MINC BAUMFELD, 57, geógrafo, é ministro do Meio Ambiente.

Encontro sobre o clima deve ampliar pessimismo – Gustavo Faleiros – Folha de São Paulo – Ciência – 10/03/2009

Reunião quer atualizar dados usados pela ONU

De hoje até quarta-feira, meteorologistas, biólogos, físicos e economistas, entre outros estudiosos do aquecimento global, se reúnem em Copenhague (Dinamarca) para debaterem as últimas descobertas da área. Pesquisadores de aproximadamente 80 países apresentarão cerca de 1.500 artigos científicos, alguns inéditos. A expectativa é que os novos dados ampliem o pessimismo com o impacto da mudança climática, sobretudo em relação à elevação do nível dos mares.

A reunião, organizada por dez universidades, é considerada uma versão reduzida do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), pois muitos dos membros do órgão da ONU vão se reencontrar pela primeira vez desde a edição do último relatório mundial, em 2007.

A última avaliação feita pelo IPCC só considera artigos científicos publicados até 2005. Em quatro anos, porém, uma avalanche de novos dados aponta para alterações no que havia sido defendido pelo painel da ONU. Uma nova revisão da ciência do clima pelo IPCC só será publicada em 2014, quando o próximo regime de metas de redução de emissões de gases-estufa já terá começado.

Batizado de "Mudança Climática: Riscos Globais, Desafios e Decisões", o congresso de Copenhague pretende influenciar o rumo das negociações do novo acordo climático, que deve ser fechado em dezembro deste ano durante a conferência do clima da ONU, também na capital dinamarquesa.

A chefe do comitê científico do encontro, Katherine Richardson, da Universidade de Copenhague, disse à Folha que revisou alguns dos artigos e adianta que o quadro que sairá das "ciências naturais" não será animador. Por exemplo, a descoberta da aceleração do derretimento de geleiras forçará o mundo a rever a atual previsão de subida do nível do mar, de 40 cm em 100 anos. "Todos merecemos saber e temos responsabilidade de informar aos políticos o que aconteceu nos anos não analisados pelo IPCC", diz a pesquisadora.

O congresso vai produzir uma síntese científica e um relatório para autoridades, que será entregue ao primeiro-ministro da Dinamarca, Anders Rasmussen. Ele assumirá a presidência da Convenção do Clima da ONU. "Este congresso ocorre na hora certa para confirmar a urgência com que a mudança do clima deve ser tratada", diz Mohan Munasinghe, vice-presidente do IPCC.

Legislação barra avanço de plantio, diz Agricultura – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 10/03/2009

Para ministério, aumento de áreas de conservação ameaça expansão da agropecuária

Stephanes quer convencer Lula a promover mudanças no Código Florestal; Minc afirma que sobra terra para produção e para conservação

Em sua estratégia para convencer o Palácio do Planalto a promover mudanças no Código Florestal, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, vai levar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva um estudo segundo o qual as áreas disponíveis para o plantio de alimentos estão cada vez mais escassas em razão do avanço das reservas ambientais.

"Se as áreas prioritárias à conservação da biodiversidade fossem implementadas hoje, não existiriam hectares disponíveis para [novas] atividades agrícolas, tampouco para o desenvolvimento urbano e econômico (...) Faltaria área para o plantio de alimentos e para o crescimento da população", afirma o texto.

O estudo foi preparado no gabinete do Ministério da Agricultura, mas encontra resistência em setores do próprio governo federal, o que dá ao documento mais contornos políticos do que técnicos.

Confrontado com o trabalho, o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) diz que sobra terra para agricultura e para a criação de novas unidades de conservação (leia texto ao lado).

O estudo de Stephanes ataca o avanço de áreas de preservação, como reservas legais, unidades de conservação e terras indígenas. Tais áreas, "congeladas", representariam um bloqueio a um eventual crescimento da agropecuária.

Segundo o documento, o país conta hoje com 282 milhões de hectares (33% do país) disponíveis para a atividade agropecuária, sendo que 273 milhões já estão ocupados. Esse volume utilizável está em sua maioria no bioma cerrado (41%), seguido de mata atlântica (24%), caatinga (19,9%), Amazônia (10%) e pampa (4%).

"Vamos ser sufocados. Fomos criando uma legislação, fomos criando atos restritivos, sem que tivéssemos ao longo do tempo dimensionado esses dados, o que eles representavam em termos práticos", disse Stephanes à **Folha**.

Avanço vertical

Wenceslau Goedert, professor de agronomia da UnB (Universidade de Brasília), afirma que, no momento, não existe motivo para preocupação.

"É possível expandir tanto no sentido horizontal, ampliando as áreas para a atividade [agropecuária], como crescer na vertical, ou seja, aplicar mais tecnologia em áreas já usadas. Mais tecnologia e mais produção numa mesma área", afirma Goedert. Além do estudo, Stephanes levará a Lula uma lista com dez sugestões de mudanças no Código Florestal. Uma delas é que, fora da Amazônia, as APPs (áreas de preservação permanente, como margens de rios e topos de morro) sejam somadas às áreas de reserva legal. Por exemplo: se uma propriedade tem 20% de sua extensão em APPs, não precisaria de reserva legal.

Uma das conclusões do estudo do Ministério da Agricultura é que, por conta de leis posteriores, a agropecuária está sendo praticada hoje em cima de APPs e de reservas legais.

MMA reúne os 19 municípios que mais desmatam em Mato Grosso – Carlos Américo – Sítio Eletrônico do MMA – 10/03/2009

A rodada de seminários que o governo federal está promovendo nos estados amazônicos e que abre a Operação Arco Verde chega a Cuiabá, no Mato Grosso, nesta segunda-feira (9). Do encontro participarão representantes de diversas secretarias do governo estadual ligadas à regularização fundiária, ao desenvolvimento econômico e ao meio ambiente, além de prefeitos dos 19 municípios que mais desmatam no Mato Grosso, segundo colocado na lista dos estados com maiores índices de desmatamento, e representantes do setor produtivo e da sociedade civil.

Nesta sexta-feira (6), durante o I Seminário Estadual da Operação Arco Verde, em Belém do Pará, o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Egon Krakhecke falou para os prefeitos paraenses que o governo federal tem a intenção de visitar cada um dos 36 municípios da Amazônia Legal, que são alvos da Operação Arco Verde, para acompanhar de perto a necessidade de cada região.

Durante o seminário, Krakhecke afirmou que as políticas a serem desenvolvidas pela operação Arco Verde devem ser trabalhadas em todas as esferas do governo conjuntamente com a sociedade e precisam avançar muito na criação de alternativas econômicas para os municípios. Para o secretário, também é necessário fazer uma lista dos municípios que se destacam com iniciativas de replantio e outras ações que prevalecem o desenvolvimento sustentável.

Representantes do governo federal e estadual, secretários municipais de meio ambiente e técnicos dos ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das Cidades e do Desenvolvimento Agrário, além da Embrapa, Conab e Incra participaram do seminário de abertura da Operação Arco Verde no Pará. O estado foi escolhido para dar início às ações do MMA porque lidera a lista dos campeões em desmatamento, com 12 de seus municípios na lista dos 36 que mais desmatam.

Políticas públicas - Os prefeitos paraenses acreditam que ouvir os municípios e a sociedade facilitará na identificação de políticas públicas para a região e que ajudará a mudar o modelo econômico predatório da floresta, que é usado hoje nessas cidades. Durante o seminário, os prefeitos solicitaram ao governo a disponibilização de profissionais habilitados para auxiliar as cidades na elaboração e formatação de projetos, inclusive para tentar recurso do Fundo Amazônia.

O prefeito de Paragominas, Adnan Demachki, elogiou a operação. No entanto, ele lamentou que o início da Arco Verde não tenha ocorrido junto com as ações da operação Arco de Fogo, em março de 2008.

Conama analisa normas para produtos florestais e ZEE da BR 163 – Sítio Eletrônico do MMA – 10/03/2009

O Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), se reúne nesta quarta e quinta-feira (11 e 12), a partir das 9h, para analisar, entre outros assuntos, medidas para coibir a exploração ilegal de recursos da floresta amazônica pela indústria madeireira, regras para o

licenciamento da aquicultura e o Zoneamento Ecológico-Econômico da BR 163. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que abrirá o encontro no auditório da sede do Ibama, em Brasília, vai empossar os novos conselheiros representantes das entidades ambientalistas eleitos este ano.

A norma que disciplina a fiscalização e inspeção no setor madeireiro vai dirimir as dúvidas sobre os produtos, sua nomenclatura e rendimento de processos passíveis de ser fiscalizados. A resolução anterior não estabelecia limites federais precisos de rendimento, permitindo a □legalização de madeira ilegal□dentro de padrões estaduais de aproveitamento. A resolução poderá também inibir fraudes no transporte de madeira.

O licenciamento ambiental dos empreendimentos de aqüicultura, outro tema em análise pelos conselheiros, poderá ter suas normas uniformizadas para eliminar divergências de critérios entre os estados. A medida deverá, também, contribuir para a diminuição dos efeitos da carga de efluentes (restos e resíduos) lançados nas bacias hidrográficas pela criação em larga escala, já que amplia as exigências para criatórios em tanque-rede, potencialmente poluidoras.

O ZEE da BR-163, que será discutido na reunião do Conselho, faz parte do novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia Legal, representado pelo Plano Amazônia Sustentável (PAS), e traz um retrato das limitações e potencialidades econômicas, ambientais e sociais de uma área de 330 mil quilômetros quadrados e apresenta cenários possíveis para o futuro.

MMA reúne especialistas dos países ricos em biodiversidade – Gerusa Barbosa – Sítio Eletrônico do MMA – 10/03/2009

O Grupo dos Países Megadiversos Afins se reúne nesta quarta-feira, a partir da 9h, em Brasília, na sala Santiago Dantas, no Itamaraty, para tratar sobre cooperação internacional relacionada à proteção dos conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos e à repartição dos benefícios decorrentes do uso da biodiversidade. Como presidente do grupo dos países ricos em biodiversidade, o Brasil assumiu o compromisso de organizar reuniões com essas nações, com importante papel nas negociações da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) das Nações Unidas, para trocar experiências sobre implementação das leis nacionais e buscar apoio técnico e financeiro para melhor desempenho do grupo nos foros internacionais.

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, abrirá o encontro, que vai reunir peritos dos 17 países megadiversos: Brasil, África do Sul, Bolívia, China, Colômbia, Costa Rica, Equador, Filipinas, Índia, Indonésia, Madagascar, Malásia, México, Peru, Quênia, República Democrática do Congo e Venezuela. Os representantes dessas nações podem

instituir mandato negociador ao Grupo de Trabalho sobre Acesso e Repartição de Benefícios da CDB para o estabelecimento de um regime internacional de acesso aos recursos genéticos e repartição de benefícios.

Entre os objetivos do grupo destacam-se o de assegurar que os bens, serviços e benefícios provenientes do uso sustentável dos recursos biológicos sejam destinados para o desenvolvimento do país de origem, povos indígenas e comunidades tradicionais, bem como de toda humanidade. Também busca promover um regime internacional para assegurar a repartição justa e eqüitativa dos benefícios provenientes do uso da biodiversidade e seus componentes, e desenvolver um regime *sui generis* de proteção dos conhecimentos tradicionais e fortalecer as políticas públicas.

O Brasil foi eleito presidente do grupo em 2008 durante reunião ministerial realizada em paralelo à 9ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-9), em Bonn, Alemanha. A Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente exerce o cargo de Secretaria Executiva do grupo. A fim de cumprir os compromissos assumidos, o Brasil criará e manterá o sítio eletrônico da Presidência Brasileira do Grupo dos Países Megadiversos até o fim de seu mandato, em 2010, e promoverá duas reuniões presenciais: a primeira, que ocorre nesta quarta-feira, com especialistas, e outra no próximo ano, que reunirá o grupo ministerial.

MMA vai transferir tecnologia para municípios combaterem desmatamento – -
Daniela Mendes - Sítio Eletrônico do MMA – 10/03/2009

Ambiente (MMA), Paulo Guilherme Cabral, disse nesta terça-feira durante seminário da Operação Arco Verde em Cuiabá, que o grande desafio para a realização da operação é a transferência de tecnologia para os municípios, o que garantirá que daqui a quatro anos sejam colhidos os resultados esperados.

Ele destacou a importância do planejamento e do desenvolvimento das atividades econômicas nos territórios de forma integrada. "Nosso ponto de chegada é a ocupação racional do território e o uso sustentável dos recursos naturais", salientou. Para isso, segundo explica, é preciso planejamento estratégico descentralizado e participativo envolvendo os agentes da sociedade e gestão ambiental, de forma a assegurar condições racionais para uso econômico de recursos naturais.

Paulo Guilherme apresentou aos prefeitos a Agenda 21, o projeto Gestar e o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). Segundo ele, esses são três principais instrumentos que o Ministério do Meio Ambiente utilizará para implementar a Operação Arco Verde.

Caberá à Agenda 21 mobilizar a sociedade e construir um pacto para gestão dos territórios, levantar os problemas a serem resolvidos e as soluções. O MMA também apóia os estados na realização do zoneamento ecológico-econômico, instrumento que orienta a ocupação do solo e o desenvolvimento de atividades produtivas. Já o Gestar busca o desenvolvimento rural, disseminando e coordenando atividades de gestão ambiental. Também foram apresentados aos prefeitos o Serviço Florestal Brasileiro e o Fundo Amazônia.

O governador Blairo Maggi afirmou durante o encontro que quer o Mato Grosso como modelo de preservação ambiental do País. Segundo ele, seu estado precisa trabalhar dentro da legalidade. "Não tem mais espaço para o jeitinho, nós queremos resolver o problema e melhorar a vida das pessoas", disse. Dos 36 municípios campeões do desmatamento 19 pertencem ao Mato Grosso.

A rodada de reuniões da Operação Arco Verde continua na quinta e sexta em Manaus e em Porto Velho na segunda e terça da semana que vem. O estado do Amazonas possui apenas o município de Lábrea na lista. Em abril, será a vez de reunir os estados e em seguida os municípios para discutir de forma mais específica os problemas de cada região.

Minc anuncia ações para guerra total ao desmatamento em 2009 – Suelene Gusmão - Sítio Eletrônico do MMA – 10/03/2009

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, declarou que em 2009 haverá guerra total ao desmatamento e que para isso ações como de fiscalização e repressão serão associadas a medidas estruturantes, planejadas e de inteligência, para torná-las mais ágeis e com maior mobilidade. Entre as ações anunciadas pelo ministro estão a assinatura do pacto da pecuária, em parceria com a Associação Brasileira de Exportadores de Carne (Abiec), o anúncio da entrada de mais oito municípios na lista dos maiores desmatadores e a retirada de quatro deles, por terem cumprido já os requisitos necessários. "Vamos acelerar o lado econômico das alternativas, mas entrar com ações contra o boi pirata, a madeira pirata e o crime ambiente", disse.

Carlos Minc anunciou que nos próximos meses o MMA estará ajuizando mais de 60 ações contra crimes ambientais e que a partir de agora, tanto o MMA quanto o Ibama poderão convocar a Força Nacional para ajudar no combate ao desmatamento. Para uma platéia composta de secretários estaduais de Meio Ambiente e superintendentes regionais do Ibama, Minc enumerou as atividades que o MMA vem envolvendo para coibir o desmatamento. Também participaram da reunião de planejamento o Exército Brasileiro e as polícias Federal e Rodoviária Federal.

Entre as ações relacionadas pelo ministro, os acordos setoriais (soja, madeira, minérios, Fiesp e bancos privados); o acordo com o ministro Tarso Genro para que o Ibama

possa convocar a Força Nacional; ações de sustentabilidade, que iniciam com a chegada dos recursos do Fundo Amazônia, implantação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), combate ao manejo pirata, as ações positivas envolvendo os municípios e os convênios com os estados e o cumpra-se das leis. "A guerra começa agora e será uma guerra total", garantiu o ministro.

O ministro falou aos participantes na abertura da reunião de planejamento para o combate ao desmatamento na Amazônia 2009, ocorrida nesta terça-feira (10), no Ibama sede. A reunião está prevista para durar três dias, durante os quais serão debatidas estratégias e definidas ações de controle e comando, e as diretrizes estipuladas no Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM), coordenado pela Casa Civil e executado por 14 ministérios.

Entre as ações a serem definidas, o ajuste das estratégias de ação de fiscalização ambiental federal, a localização das bases operativas, o orçamento, as prioridades e as metas das operações para o combate ao desmatamento. Uma das novidades será a adoção de medidas de proteção social nas localidades sob fiscalização, visando amenizar as consequências para a população carente de eventuais perdas e postos de trabalho devido às sanções impostas com empresas que cometem crimes ambientais.

Calor absorvido quadruplica no Ártico – Gustavo Faleiros – Folha de São Paulo – Ciência – 11/03/2009

Fenômeno alimenta o ciclo vicioso em que o aquecimento global faz mais gelo derreter durante o verão, e vice-versa

Medições via satélite feitas pela Nasa no Alasca indicam que retração da superfície congelada é 26% maior que a normal em meses quentes

A quantidade de calor do Sol absorvido pelo Ártico quadruplicou nos últimos 30 anos, o que aumenta o risco de o sistema climático do planeta cruzar uma fronteira sem volta. O número, apresentado ontem encontro de especialistas do clima que ocorre até quinta em Copenhague (Dinamarca), saiu de levantamento feito pela Nasa com imagens de satélite.

A maior absorção de calor decorre da perda de superfície branca de gelo (veja quadro à esq.). Ela gera um ciclo vicioso no qual a própria perda da superfície congelada acelera o processo de derretimento.

Os números da Nasa saíram de observações entre 1973 e 2007 em regiões próximas ao Alasca que perderam muito gelo. Ao contrário das placas congeladas, que refletem

quase toda a luz, o mar absorve o calor e passa a contribuir diretamente para derreter a calota polar.

De acordo com Son Nghiem, pesquisador do Laboratório de Propulsão a Jato da Nasa que apresentou os dados na conferência, o processo pode explicar as grandes perdas de áreas congeladas nos anos recentes.

Entre 1998 e 2008, a redução da superfície de gelo no Ártico durante o verão foi 26% superior ao normal. A média nas duas décadas anteriores, embora já indicasse uma diminuição anormal, havia sido de 4%.

O processo observado no Ártico revela que, devido ao aquecimento global, a região pode estar próxima ao chamado "ponto de virada" -momento em que o processo não pode mais ser revertido. A partir dessa marca o sistema climático seguiria em "resposta positiva", com sua deterioração se retroalimentando, acelerando um eventual colapso.

No polo Norte, o colapso significaria a perda total de gelo durante o verão. A redução total da camada de gelo na região nos meses mais quentes, medida desde os anos 70, já é de 40%. "Ainda não podemos dizer com certeza se o gelo no oceano Ártico deixará de existir no verão. Mas dizemos que os impactos deste fenômeno seriam grandes", diz Nghiem.

Pesquisas recentes da Universidade de Colorado indicam que as calotas da região poderiam deixar de existir em duas décadas. Mas, para Nghiem, o leve aumento da extensão da área congelada no último verão indica que o sistema tem maior capacidade de se recuperar.

A discussão sobre os polos do planeta está ganhando corpo no encontro científico em Copenhague. Alguns cientistas voltaram a alertar que permitir que uma elevação na temperatura de 3C poderia causar o derretimento completo da cobertura de gelo da Groelândia.

Outros cientistas, porém, são um pouco menos pessimistas. "Adotando as atuais medidas de estabilização do clima -como a redução de 80% das emissões em 2050 proposta pelo G8- há uma chance de 55% de a Groelândia não atingir o "ponto virada" ", diz Jason Lowe, do Centro Hadley, da Inglaterra.

Lucros com biodiversidade têm que ser divididos com populações tradicionais – Grace Perpetuo – Sítio Eletrônico do MMA – 11/03/2009

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, defendeu nesta quarta-feira (11) durante a abertura da reunião do Grupo dos Países Megadiversos Afins, no Palácio do Itamaraty, a união das 17 nações em defesa da biodiversidade planetária e da criação, para 2010, do regime de Acesso e Repartição de Benefícios (ABS). O mecanismo, previsto pela Convenção sobre Diversidade Biológica das Nações Unidas na Cúpula Mundial do Rio - Eco-92, garante às populações tradicionais e povos indígenas parte dos lucros obtidos com a exploração da biodiversidade e dos conhecimentos produzidos por elas.

Minc pediu o engajamento das nações do grupo. "Devemos ousar e falar alto em prol da vida - e que o mundo ouça o clamor daqueles que, em seus países, preservam a maior parte da biodiversidade do planeta, da vida em todas as suas formas", disse.

A reunião integra os esforços do Brasil à frente do Grupo dos B-17 - que reúne as 17 nações mais ricas em biodiversidade do mundo , rumo à implantação de um Regime Internacional de Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios dos Recursos Genéticos durante a 10ª Conferência das Partes (COP-10) da Convenção a ser realizada em outubro de 2010 em Nagóia, no Japão.

O ministro enumerou os três grandes objetivos dos países megadiversos com relação à biodiversidade: a conservação da diversidade biológica; o uso sustentável dos componentes da biodiversidade; e a justa e equitativa distribuição dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos. "Esse último será, de fato, o objeto principal do entendimento entre nossos países - porque concentramos talvez o maior banco genético do planeta", lembrou o ministro, antes de mencionar a crescente biopirataria que afeta os B-17 já há muitas décadas.

Segundo o ministro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá conversar com o presidente norte-americano Barack Obama para que os EUA entrem na Convenção da Biodiversidade. "Os países ricos não falam abertamente contra a ABS, mas o empenho deles para tal não é muito convincente: não se garantem os recursos, as equipes nem os cronogramas para que, em 2010, nós realmente tenhamos no mundo inteiro, de forma vinculante, esse sistema ABS", disse Minc. "O sistema então garantiria recursos para manter as florestas, os bancos genéticos e a biodiversidade - e para remunerar as populações que, por séculos, guardaram esses ensinamentos e impediram a extinção desses princípios ativos", ressaltou Minc.

O Brasil foi eleito presidente dos B-17 durante a 9ª Conferência das Partes (COP-9) da CDB realizada em Bonn, na Alemanha em maio de 2008. O mandato dura dois anos.

Atualmente, fazem parte do grupo de megadiversos os seguintes países: além do Brasil, África do Sul, Bolívia, China, Colômbia, Congo, Costa Rica, Equador, Filipinas, Índia, Indonésia, Madagascar, Malásia, México, Peru, Quênia e Venezuela. Essas nações reúnem mais de 70% de toda a biodiversidade do planeta e cerca de 45% da população mundial.

Clima pode comprometer 85% da mata amazônica – Gustavo Faleiros – Folha de São Paulo – Ciência – 12/03/2009

Aquecimento global desenfreado mataria de sede uma grande parte da floresta

Número saiu de simulação meteorológica feita por britânicos em computador; desmatamento, que piora o cenário, não foi considerado

A Amazônia está condenada a perder no mínimo 20% de sua fisionomia original com as mudanças climáticas. O impacto pode ser ainda pior e afetar 85% da floresta se as temperaturas subirem além de 4C, comparadas com níveis pré-industriais. Este foi o quadro sombrio apresentado pelo Centro Hadley, instituto de meteorologia do Reino Unido, durante o Congresso Científico Internacional sobre Mudanças Climáticas, em Copenhague.

O estudo sobre a resistência de ecossistemas a um nível perigoso de mudança climática usou cerca de 700 simulações em computadores para projetar o destino de florestas e geleiras. Esses modelos traçaram cenários de emissão de gases do efeito estufa e quais seriam as consequências. A partir destes dados, os pesquisadores testaram a sensibilidade da Amazônia ao calor e à seca.

Os resultados, que serão publicados na revista "Nature Geoscience", são pessimistas. Até 2100, uma elevação entre 1C e 2C causaria uma "retração" da floresta de 20% a 40%, e os efeitos serão bem mais severos se as temperaturas romperem esse patamar. A pior hipótese testada é uma alta de 4C, que reduziria a Amazônia a apenas 15% do que é hoje.

Segundo Vicky Pope, coordenadora do Hadley, em um planeta mais quente, espécies do cerrado (uma savana) avançaria rumo ao Norte. "O que descobrimos é que mesmo a mais modesta elevação de temperatura afetará a floresta severamente", disse Pope à Folha.

Projeções sobre a savanização da Amazônia já vinham sendo feitas no Brasil pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Um estudo de 2007 alertava que aumentos de temperatura de "2C a 6C" aliados a períodos de seca mais severos transformariam até

18% da maior floresta tropical do planeta em algo similar ao cerrado. O novo estudo do Hadley, entretanto, é o primeiro a mostrar, no longo prazo, a relação entre temperaturas específicas e as taxas de savanização.

Os cientistas ingleses também afirmam que uma recuperação da floresta após tudo isso não ocorreria em menos de cem anos. Alguma perda haverá, pois a temperatura global não está longe de alcançar uma elevação 1C em relação a níveis do século 19.

Segundo Pope, a melhor chance de evitar efeitos significativos na Amazônia é limitar a subida da temperatura a no máximo 2C. Para tanto, as emissões de gases-estufa precisariam atingir um pico em 2015 e a partir daí caírem 3% ao ano. Ainda assim, a probabilidade de o aquecimento efetivamente se estabilizar é de 50%.

QUEIMADAS: SOLO MAIS ÁCIDO E LAGOS SATURADOS AMEAÇAM BIODIVERSIDADE – Folha de São Paulo – Ciência – 12/03/2009

A acidez do solo na Amazônia pode triplicar até 2030 se as atuais taxas de queimadas continuarem iguais, aponta estudo liderado pela Universidade de York baseado em dados do físico Paulo Artaxo, da USP. Há risco também para a água. A queimada causa alta deposição de nitrogênio nos lagos e leva à eutrofização (acúmulo de matéria orgânica), matando peixes e contaminando água potável, diz a pesquisa britânica.

Ciência enfrenta política em encontro sobre clima – Gustavo Faleiros – Folha de São Paulo – Ciência – 13/03/2009

Organizado para atualizar estimativas sobre o aquecimento global, o Congresso Científico Internacional sobre Mudanças Climáticas terminou ontem em Copenhague com um intenso debate entre cientistas e o primeiro-ministro da Dinamarca.

O premier Anders Rasmussem, após a apresentação dos resultados finais do encontro, defendeu que o novo acordo climático deve estabelecer uma meta que permita uma elevação de até 2ºC na temperatura global. A Dinamarca assumirá a presidência da Convenção do Clima da ONU em dezembro, quando 190 países negociarão novas metas de emissão para o próximo período de Protocolo de Kyoto, o pós-2012.

Após a fala do primeiro-ministro, o oceanógrafo alemão Stepham Rahmstorf pediu a palavra e disse que usar o nível de 2ºC não diminui a insegurança com relação a graves impactos da mudança do clima. "Os 2ºC devem ser um limite que não deve ser ultrapassado e não uma meta", disse.

Rasmussem reagiu e perguntou se Rahmstorf estava afirmando que o IPCC (painel do clima da ONU) errou ao sustentar que 2C era um limite razoável. "Você acha que eu deveria dizer à União Europeia que nós deveríamos revisar esta meta, que levou meses para ter consenso?", afirmou.

Will Stefen, cientista da Universidade Nacional da Austrália, interveio com panos quentes no debate. Disse ao ministro que adotar 2ºC como meta poderia ser uma saída para viabilizar o acordo climático no curto prazo. Mas fez ressalva: "Creio que num futuro bem próximo teremos que revisar isso".

A disputa em torno dos limites de temperatura acabou sintetizando a principal conclusão do Congresso em Copenhague: cientistas precisam alertar governos de que o problema é mais sério do que se imaginava.

"Observações recentes confirmam que, devido às altas taxas de emissão [de gases-estufa], os piores cenários do IPCC estão se tornando reais", afirma o texto síntese da reunião.

Entre os dados mais pessimistas apresentados em Copenhague, destaca-se o modelo de Rahmstorf que a elevação do nível do mar será mais que o dobro da prevista pelo IPCC. Nicholas Stern, economista autor de estudo de 2006 que prevê um rombo de até 20% no PIB caso a mudança climática não seja combatida, admitiu em conferência de imprensa que, apesar de severos, os cenários projetados por ele já estão defasados. "Olhando para trás, o "Relatório Stern" subestimou os riscos e os danos", afirmou.

Cinzenta previsão – O Globo – Ciência – 13/03/2009

Céu fica mais opaco a cada dia devido a poluentes O céu não está chorando, como dizem os poetas, mas está ficando pálido e perdendo o viço.

A razão, dizem os cientistas, são poluentes presentes no ar, que fizeram com que a visibilidade em dias claros se reduzisse desde os anos 70, principalmente em Ásia, América do Sul e África. Na Europa e na América do Norte, essa redução, causada pelo bloqueio dos raios solares pelos aerossóis (partículas presentes na fuligem), não é tão sentida, revela um estudo feito por pesquisadores das universidades do Texas e de Maryland, publicado na revista “Science”. O estudo também pode ajudar a entender a relação entre poluição do ar e as mudanças climáticas.

Para realizar a pesquisa, os cientistas compilaram dados e medidas sobre visibilidade — a distância através da qual podemos enxergar em dias claros — extraídos de mais de três mil estações meteorológicas espalhadas pelo mundo, entre 1973 e 2007.

— Criar esse banco de dados foi um grande passo para que possamos entender a correlação entre o aquecimento global e a poluição presente no ar — afirma Kaicun Wang, da Universidade de Maryland, que participou do estudo. — Essa também foi a primeira vez em que reunimos dados globais sobre os aerossóis sobre a terra, que serão adicionados às informações que já temos sobre a suas medidas sobre os oceanos.

De acordo com os pesquisadores, os aerossóis, resultantes da queima de combustíveis fósseis (como o carvão), seja pela indústria, veículos ou queimadas, podem não apenas gerar poluição nociva à saúde, mas também agir sobre o clima. Outros gases que atuam sobre o clima, como o CO2, o principal causador do aquecimento global, são transparentes e não atrapalham a visibilidade.

As partículas de aerossol alteram o balanço de energia da Terra ao refletir e espalhar a radiação solar de volta para o espaço, reduzindo a quantidade dessa radiação que atinge a superfície terrestre.

Alguns tipos de aerossol, porém, são potentes absorvedores de radiação e, além de resfriar a superfície planetária, aquecem a troposfera (camada que vai até uma altitude média de 10 km) em níveis médios.

Essa variação também atua sobre as propriedades das nuvens e os padrões de precipitações. Os autores do estudo acreditam que o aumento da atividade industrial em países como China e Índia possam estar contribuindo para o fenômeno de redução de visibilidade dos céus. Ao mesmo tempo, o controle da qualidade do ar, feito a partir da segunda metade dos anos 80, seria o responsável pela visibilidade pouco alterada nos céus da Europa e Estados Unidos.

Segundo Wang, estudos sobre a relação entre os aerossóis e as mudanças climáticas têm se revelado pouco conclusivos até agora. Com os dados obtidos pela nova pesquisa, porém, os cientistas poderão comparar tais valores com dados já conhecidos sobre temperatura, precipitação e cobertura de nuvens, que foram recolhidos nas últimas três décadas.

Aerossóis têm um tempo de vida curto na atmosfera — em geral, alguns dias — se comparados com os gases de efeito estufa, que podem permanecer lá por décadas. Por causa disso, explicam os cientistas, os efeitos dos aerossóis no clima foram colocados em segundo plano durante muito tempo.

As alterações no padrão de cobertura de nuvens e de precipitação promovidos pela presença dos aerossóis na atmosfera há décadas são reconhecidas como um fator importante, inclusive na dinâmica de circulação atmosférica, afirmam os pesquisadores.

Em Copenhague, Dinamarca, durante um encontro sobre o clima, o renomado economista Nicholas Stern, autor de um dos mais influentes trabalhos sobre as mudanças climáticas, afirmou que ele mesmo subestimou o impacto do aquecimento global.

— É preciso dizer muito claramente às pessoas como vai ser devastador um aumento de temperatura de quatro graus Celsius ou até mais — afirmou Stern.

Demanda por água vai se agravar – Carlos Albuquerque – O Globo – Ciência – 13/03/2009

Relatório da ONU estima que bilhões sofrerão com falta de saneamento

A cada ano, o mundo, já habitado por seis bilhões de pessoas, ganha 80 milhões de novos habitantes, a maior parte de países em desenvolvimento.

Com eles, cresce a demanda por água e seus serviços básicos, agravando um cenário de escassez que, apesar dos constantes alertas, só se agrava. É o que destaca um novo relatório da Unesco, divulgado ontem, sobre o uso da água. O documento confirma que, sem medidas contra o desperdício e a favor do consumo sustentável, o acesso à água potável e ao saneamento serão ainda mais reduzidos. A Unesco estima que cinco bilhões de pessoas sofrerão com a falta de saneamento básico em 2030.

— Com recursos cada vez mais escassos, o gerenciamento correto e o consumo sustentável se tornam essenciais para que se mantenha o acesso às fontes de água, evitando o agravamento da fome no planeta — diz diretor-geral da Unesco, Koichiro Matsura.

Publicado a cada três anos, o relatório atual enfatiza a importância da água no desenvolvimento e crescimento econômico.

Na África, destaca o documento da Unesco, meio bilhão de pessoas ainda sofre com a falta de condições básicas de saneamento.

Esse panorama se reflete no fato de que 80% das doenças nas nações em desenvolvimento estão relacionados com a água, causando cerca de três milhões de mortes precoces por ano. Cinco mil crianças morrem por causa da diarréia a cada dia no mundo, sendo que cerca de 10% das doenças poderiam ser evitadas com medidas básicas de saneamento e higiene.

Crescimento populacional significa também mais pressão na agricultura, setor que mais consome água no planeta (cerca de 70%). Caso os atuais métodos de irrigação do solo não sejam aprimorados, a demanda do setor agrícola por água vai aumentar entre 70 e 90% até 2050.

No Brasil, desperdício na agricultura Apesar de ser o país com a maior reserva de água doce do planeta, o Brasil não está imune aos problemas de escassez e mau uso, principalmente no setor agrícola, onde o desperdício é muito grande. Quem garante é José Antonio Frizzone, professor da USP e coordenador do recém-criado Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Engenharia de Irrigação, que vai, segundo ele, "estudar o uso racional da água na agricultura".

— A água é mal utilizada por todos os setores da economia, em particular na irrigação, onde ela é utilizada com baixa eficiência — explica o especialista.

— O Brasil ainda está muito aquém de uma produção agrícola sustentável.

Segundo ele, faltam assessoria e informação especializada para evitar que o setor agrícola não desperdice tanta água durante a produção de alimentos no Brasil.

— Em geral, o agricultor usa mais água do que o necessário.

Na falta de controle e informação, ele tenta irrigar mais, com medo de irrigar menos.

E assim, ele acaba desviando nutrientes do solo, causando erosão e um gasto maior dos recursos hídricos.

A solução, diz o professor da USP, seria uma política nacional de águas mais eficiente, incluindo campanhas incisivas contra o desperdício, seja no campo ou na cidade. — Não temos educação para a economia de água. Precisamos mudar isso. Gastamos no campo, mas também somos ineficiente nas cidades, onde gastamos muita água sem necessidade, seja no banho longo ou na torneira que deixamos aberta. E água não é só quantidade, mas acima de tudo qualidade.

MMA propõe energia solar para casas do PAC da Habitação – Gerusa Barbosa - Sítio Eletrônico do MMA – 13/03/2009

O Ministério do Meio Ambiente vai propor à Casa Civil a utilização de energia solar nas casas populares construídas pelo PAC da Habitação em substituição ao chuveiro elétrico. A idéia foi lançada durante oficina de trabalho, promovida pelo MMA no último dia 10, com o objetivo de discutir a elaboração do programa do Governo para desenvolvimento e disseminação de ações na área de aquecimento solar de água. A primeira versão do plano deverá ser encaminhada ao Planalto até o final da próxima semana.

Participaram do encontro técnicos da Secretaria de Mudanças Climáticas/MMA, do Ministério do Minas e Energia (parceiro da iniciativa) e de outros setores do Governo e agentes internacionais. Com apoio do Ministério Alemão de Meio Ambiente, Proteção Ambiental e Segurança Nuclear, por meio da Cooperação Técnica Alemã (GTZ), a oficina teve como finalidade compartilhar as experiências dos diversos agentes que atuam na área, de modo a incrementar a utilização do aquecedor solar no mercado nacional de maneira ampla e eficiente, reduzindo seus custos de instalação.

A viabilização de um programa de incentivo da energia solar térmica poderá auxiliar na implementação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, que prevê o uso de aquecimento solar de água para mitigação dos efeitos climáticos. A energia solar é superior a qualquer outra forma de captação de energia convencional por tratar-se de uma fonte totalmente natural, ecológica, gratuita, inesgotável e que não agride o meio ambiente.

O chuveiro é responsável por um terço da energia elétrica consumida em uma residência, por isso é considerado o grande vilão do uso eficiente de energia. O aquecimento de água para banho é responsável por 5% do consumo de energia elétrica no País. Nas regiões Sul, Sudeste e Centro- Oeste, sua participação é de respectivamente 24%, 26% e 26% do total da energia gerada. Já no Norte e Nordeste, esses percentuais são bem mais baixos, da ordem de 2% e 14%, respectivamente. Esse fato é responsável por aproximadamente 18% do pico de demanda do sistema elétrico nacional.

Os chuveiros elétricos são grandes consumidores de energia e, apesar de eficientes do ponto de vista de conversão de energia elétrica em térmica, seu uso não é considerado eficiente sob o ponto de vista da utilização da eletricidade. Assim, um sistema misto elétrico-solar torna possível obter até 80% da energia renovável e usar apenas 20% de energia elétrica.

Agenda 21 poderá investir até R$ 5,7 milhões na Operação Arco Verde – Daniela Mendes – Sítio Eletrônico do MMA – 13/03/2009

O Ministério do Meio Ambiente vai destinar R$ 5,7 milhões para implementar o programa Agenda 21 em todos os municípios da Operação Arco Verde. A informação é da coordenadora do programa no MMA, Karla Matos. Ela participou nesta sexta-feira (13), em Manaus, do seminário de abertura da Operação Arco Verde. O encontro reuniu representantes de diversos segmentos do governo do estado e do governo federal, além de Gean Barros, prefeito de Lábrea, único município do Amazonas que consta da lista dos 36 maiores desmatadores.

O diretor de Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Paulo Guilherme, que abriu o encontro, afirmou que a intenção da operação é complementar as ações de comando e controle que têm provocado redução do desmatamento ilegal na Amazônia. "Sabemos que só a repressão não estrutura um outro modelo de produção que venha a substituir esse modelo predatório", reafirmou.

Segundo ele, o governo federal, estados e municípios devem desencadear uma ação integrada para mapear os problemas de cada município da lista, para apontar soluções. "Muitas vezes o próprio governo federal atua de forma desintegrada, queremos reverter isso e fazer a coordenação das políticas públicas para que sejam mais efetivas", destacou.

De acordo com Neilton Marques, presidente do Ipaam (Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas), levantamento do governo do Amazonas revelou que mais de 50% do desmatamento atual no estado ocorre em pequenos e médios terrenos de até 50 ha localizados nas margens das rodovias, de estradas vicinais clandestinas que se interligam com rodovias oficiais, e de rios com vias navegáveis. Segundo ele, o pico do desmatamento se dá entre os meses de julho e outubro, período de estiagem. Neilton informou, também, que o estado está criando mosaicos de unidades de conservação com o objetivo de amortecer os impactos da agropecuária. "Hoje 50% do estado é de áreas protegidas, são 17 milhões de hectares", disse.

O seminário será realizado na segunda-feira (16) em Porto Velho, Rondônia. A ideia é discutir propostas para coibir o desmatamento ilegal na região e estimular a implementação de um novo modelo de desenvolvimento que priorize a sustentabilidade.

PF investiga aliança entre madeireiros e sem-terra – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 16/03/2009

Para extrair madeira, fazendas com reservas florestais viram alvo de invasores

Segundo a polícia, união informal ocorre em área de grande desmatamento em Rondônia; madeireiros e sem-terra não comentam

Uma investigação da Polícia Federal detectou uma "aliança informal" entre sem-terra e madeireiros no interior de Rondônia. O esquema envolveria, de acordo com a polícia, a escolha da propriedade, a invasão da terra, a expulsão do fazendeiro, o desmatamento e, por fim, a venda da madeira.

Segundo relatório da PF obtido pela **Folha**, a parceria é formada pela LCP (Liga dos Camponeses Pobres) e madeireiros da região de Buritis, Nova Mamoré e Campo Novo de Rondônia. O lucro da venda é dividido entre líderes sem-terra e os donos das madeireiras. Criada em 2003, a LCP é uma dissidência radical do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Em Rondônia, tem diálogo com a superintendência regional do Incra, toma conta de assentamentos e reivindica a desapropriação de outras áreas.

"Os madeireiros de Buritis, após explorar até a exaustão a madeira em áreas de manejo autorizadas pelo Ibama e nas reservas indígenas próximas, fizeram uma aliança com os líderes da LCP a fim de avançar sobre as reservas florestais das grandes fazendas", diz a PF.

A **Folha** procurou a direção da LCP, mas ninguém quis comentar o relatório da PF, assim como proprietários de algumas madeireiras locais.

O esquema

Na prática, segundo a polícia, essa "aliança" começa na escolha da terra a ser invadida. Os sem-terra "não invadem médias e pequenas propriedades, porque seus proprietários, em geral, exploram suas reservas florestais para se capitalizar, não restando, portanto, quantidade economicamente interessante aos líderes da LCP". Esses sem-terra visam sempre a invasão de áreas com reservas florestais, em especial aquelas voltadas para a pecuária. Dessa forma, o gado pode ser abatido para sustentar o acampamento. Segundo a PF, os integrantes do movimento social nunca invadem área sob controle dos madeireiros.

De acordo com o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), a região é o principal foco do desmatamento no Estado -um dos líderes do desmate na região da Amazônia.

Quem lidera as invasões é um braço armado da LCP, com cerca de dez homens, segundo o relatório. Esses homens entram na propriedade, expulsam fazendeiro e peões e autorizam a entrada dos demais sem-terra para montar o acampamento e extrair a madeira. No local de atuação dessa "aliança informal", entre meados de 2007 e meados de 2008, o Ibama aplicou 538 multas, que totalizam cerca de R$ 35 milhões.

Vítimas dessa aliança, os fazendeiros desconhecem a participação dos madeireiros, retaliando, então, apenas os sem-terra. Segundo a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência, 12 crimes motivados por conflitos fundiários ocorridos desde meados de 2006 nessa mesma região permanecem sem esclarecimento.

"Os inquéritos policiais são extremamente precários. Isso explica essa sequência de mortes", disse Ailson Machado, assessor de mediação de conflitos agrários da secretaria. "Todas essas barragens do PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] vão causar uma migração para o Estado, o que tende a agravar os problemas, essa violência", diz Fermino Fecchio, ouvidor-geral da Cidadania da secretaria e que assina ofício enviado ao procurador-geral de Justiça de Rondônia pedindo explicações sobre os crimes. Procurada pela **Folha** e informada sobre o teor da reportagem, a Secretaria da Segurança Pública de Rondônia não se manifestou.

Essa aliança é de conhecimento do Ministério Público de Rondônia, que mantém o tema sob sigilo para, segundo o procurador-geral de Justiça, aguardar o momento certo para flagrar os madeireiros.

Para os madeireiros, oriundos do Sul do país, a aliança permite usar mão-de-obra de um movimento sem CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), ou seja, que não pode ser responsabilizado, e não se indispõem com os fazendeiros, a maioria de São Paulo.

Ibama inicia hoje operação contra desmate – Folha de São Paulo – Brasil – 16/03/2009

O Ibama inicia hoje uma série de ações para combater o desmatamento florestal e promover alternativas para o desemprego no setor madeireiro da Amazônia. A operação, intitulada Arco Verde, prevê 300 ações contra o desmatamento -cem a mais do que em 2008.

Aviões serão usados para observação de áreas afetadas e transporte de fiscais e equipamentos.

O plano surgiu de uma parceria entre a Casa Civil e mais 14 ministérios. O Ministério do Trabalho pagará auxílio-desemprego para quem ficar desempregado por trabalhar para empresas que exploram madeira ilegalmente.

Negócio verde – Valor Econômico – Empresas – 16/03/2009

As empresas da Alemanha estão mapeando novas oportunidades de negócio com créditos de carbono no Brasil. De olho em compromissos mais rígidos de redução de gases-estufa, aguardados para o segundo período de compromisso do Protocolo de Kyoto, a partir de 2012, elas querem garantir créditos de projetos "limpos" em países em desenvolvimento. A prospecção teve início em setembro passado, com a Iniciativa MDL Brasil, desenvolvida pela GTZ, a agência de cooperação técnica do governo alemão. "Detectamos projetos aptos à geração de créditos de carbono aqui e os apresentamos para as empresas alemãs. Nosso portfólio é atualizado mês a mês", afirma Rainer Schröer, coordenador do projeto da GTZ. Por que o Brasil? "Os projetos são bem estruturados e de qualidade", diz. Oito projetos nas áreas de energia e biogás já estão sendo negociados com compradores alemães. Os negócios ocorrem de três formas: com a compra de créditos, transferência de tecnologia ou o investimento direto, caso de projetos de menor porte. Pelo Protocolo, países industrializados têm obrigações de redução de suas emissões de CO2 em relação aos níveis de 1990. A Alemanha é um dos poucos que estão atingindo a meta. Em 2007, o país emitiu 957 milhões de toneladas da gases, queda de 21% em relação a 1990.

O IMPACTO GLOBAL DO AQUECIMENTO NOS ANIMAIS – O Globo – Ciência – 17/03/2009

URSOS POLARES 42% de perda de habitat e 2/3 de perda de população até a metade do século.

Extinção total dentro de 75 anos

TARTARUGAS MARINHAS Aumento das taxas de mortalidade de filhotes.

Perda de fontes de alimento e locais para desova ALBATROZES Maior vulnerabilidade às espécies invasoras.

Diminuição dos locais de acasalamento. Aumento dos casos de morte de ninhadas

ELEFANTES AFRICANOS Redução nas fontes de água e comida. Perda de 20% de áreas protegidas em 2080. Sobrevivência de filhotes reduzida por seca

TIGRES DE BENGALA Mais de 70% do habitat perdido em 50 anos. Aumento no confronto entre homens e tigres

BALEIAS E GOLFINHOS Virtualmente nenhum gelo no mar no verão da Antártica em 2040. Perda de fontes de alimentos para espécies ameaçadas

ORANGOTANGOS Altas taxas de mortalidade causadas por aumento dos incêndios florestais. Perda de suprimentos de água e comida.

Excesso de chuva diminuirá temporada de alimentação

RECIFES DE CORAIS Extinções em massa frequentes por volta 2060. Até 80% dos corais do planeta podem morrer nas próximas décadas. Em 1998, 16% dos corais morreram

CANGURUS Mais de 80% de perda de habitat para algumas espécies.

Aumento da vulnerabilidade às espécies invasoras

PINGUINS Redução de 75% da população de algumas espécies. Elevada redução de alimentos

Savana aumenta 170% até 2100 na Amazônia, diz Inpe – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 17/03/2009

Estudo inédito é o primeiro a simular efeito conjunto de desmate e mudança do clima

Calor e secura aumentam risco de incêndio e levam a floresta a um novo estado; em cenário otimista, só 66% da área cortada se regenera

Se até 2100 a temperatura aumentar 5C e forem desmatados 60% da floresta amazônica na América do Sul, a savana crescerá 215,6% na região. Neste mesmo cenário, somente 44,2% da floresta destruída conseguirá se regenerar.

Já num cenário um pouco mais otimista, em que a temperatura sobe até 3C e o desmatamento é de 40% até 2050, a savana se amplia em 170% e apenas 66,2% da área desflorestada pode voltar a brotar.

Os cálculos, que acabam de ser finalizados, integram um estudo inédito do grupo liderado pelo climatologista Carlos Nobre, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Pela primeira vez, cientistas do Brasil avaliaram os efeitos conjuntos do desmatamento e do aquecimento global para a Amazônia. A pesquisa, feita usando modelos computacionais, mostra que a combinação desses dois fatores nas próximas décadas pode levar à savanização da Amazônia e à perda "catastrófica" de espécies.

Este último cenário, o "otimista", está longe de ser ficção: uma elevação de 3C na temperatura da Terra até 2100 é a previsão do IPCC, o painel do clima das Nações Unidas. E um modelo da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) estima em mais de 40% o

desmatamento nas próximas décadas se o desgoverno sobre a Amazônia continuar. Após o desmatamento, explica Nobre, se não houvesse nenhum impacto, a floresta poderia crescer e ocupar novamente a área desmatada. "Como o clima muda, a floresta não consegue mais voltar onde o clima ficou mais seco", diz.

No primeiro caso, o clima muda em 66% da floresta, a tal ponto que não é mais possível manter o ecossistema original. "Aquelas áreas que foram perdendo floresta foram ganhando savana", afirma. Só que a savana que surge onde antes era floresta é pobre em espécies.

Outro fator importante é que a escala de tempo normal para a migração de ecossistemas é de séculos a milênios, ou seja, a adaptação ocorre de forma mais lenta que as alterações induzidas pelo desmatamento e pela mudança do clima.

Assim, esses fatores conjuntos têm o potencial de impactar profundamente a diversidade de espécies de plantas e animais numa das regiões mais biodiversas do planeta. Em 1991, Nobre e seu colega Marcos Oyama publicaram o primeiro artigo sobre a savanização na Amazônia, levando em conta só o desmatamento.

O principal risco para a floresta da combinação dos efeitos de desmatamento e aquecimento é a maior sensibilidade da Amazônia a incêndios -algo com o que a floresta tropical não está acostumada e principal indutor de savanização.

Inflamável

"Quando você tem aquecimento global, tem secas mais intensas, mais fogo. E se você tem desmatamento, você aumenta a temperatura, diminui a chuva, tem mais seca e mais fogo", afirma Nobre.

"Antes, se ocorria uma descarga elétrica e a floresta pegava fogo, o incêndio ficava circunscrito a algumas dezenas de metros, pois a vegetação é tão úmida que o fogo não se propaga. Mas, na medida em que a exploração de madeira cria buracos, abrem-se estradas e a floresta vai ficando mais "ralinha", ela se torna mais suscetível."

Segundo Nobre, esse estudo representa uma primeira análise. "É ainda muito simplificado, mas serve para abrir as portas e mostrar que precisamos de análises mais realistas."

Segundo ele, o novo supercomputador do Inpe ajudará nesse trabalho. "Este novo supercomputador vai nos permitir fazer simulações matemáticas em que nós vamos colocar todos esses fatores juntos."

Para Nobre, "a cereja do bolo" é conseguir ligar seus modelos físicos a modelos de dinâmica do uso da terra. Esse é um dos objetivos do recém-criado Centro de Ciência do Sistema Terrestre, do Inpe.

Prazo para acordo é curto, afirma ONU – Folha de São Paulo – Ciência – 17/03/2009

A 265 dias da reunião que deveria definir o substituto do Protocolo de Kyoto, as perspectivas de um acordo foram classificadas como "preocupantes" pelo principal executivo das Nações Unidas para a mudança do clima.

O secretário-executivo da Convenção do Clima da ONU, Yvo de Boer, disse ontem que os países ainda não apresentaram propostas para o novo acordo, a ser fechado em dezembro em Copenhague.

De Boer também criticou os ministros da Economia europeus, que num encontro na semana passada impuseram condições à ajuda financeira no clima aos países pobres.

Cerrado será incluído no Inventário Nacional de Floresta – Sítio Eletrônico do MMA – 17/03/2009

Equipe do Serviço Florestal iniciou esta semana, em Paracatu (MG), o treinamento de 15 pessoas que vão atuar na visita de campo ao Cerrado a fim de incluir o bioma do Inventário Nacional de Floresta (INF). O grupo vai levantar informações em dez pontos amostrais da vegetação, entrevistar moradores locais sobre sua relação com o bioma e fazer controle de qualidade dos trabalhos. A coleta de dados definitiva deve começar no próximo ano, após avaliação e aprovação da pesquisa de campo. Os trabalhos seguirão até o dia 26 de março no município mineiro.

Serão coletadas informações sobre biodiversidade, biomassa disponível, produtos florestais madeireiros e não-madeireiros e relação da sociedade com o bioma. Participam do teste de campo no Cerrado a equipe do Serviço Florestal Brasileiro, Embrapa Floresta, Universidade de Brasília e Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Além dos dados do Cerrado, outros biomas brasileiros serão inventariados. Áreas da Amazônia e da Caatinga já foram visitadas pela equipe do Serviço Florestal para teste da metodologia. O principal objetivo do inventário é coletar dados sobre as florestas brasileiras em escala nacional. Esses dados serão atualizados a cada cinco anos. Ele vai garantir informações estruturadas, que vão auxiliar na construção das políticas públicas.

O Cerrado ocupa 21% do território nacional e é o segundo maior bioma brasileiro, sendo superado em área apenas pela Amazônia. É uma das referências importantes para a

conservação da biodiversidade mundial e possui a mais rica flora dentre as savanas do mundo (cerca de sete mil espécies), muitas delas só encontradas nesse bioma.

Nos últimos 35 anos mais da metade dos dois milhões de km2 originais do Cerrado foram consumidos por carvoarias, pastagens plantadas ou culturas anuais. Apenas 2,2% da área do bioma se encontra legalmente protegida e diversas espécies animais e vegetais estão ameaçadas de extinção.

Governo vai elaborar lista verde para incentivar combate ao desmatamento – Daniela Mendes - Sítio Eletrônico do MMA – 17/03/2009

Os municípios que mostrarem avanços para sair da relação dos 36 maiores desmatadores da Amazônia poderão fazer parte de uma lista verde. A proposta foi apresentada nesta terça-feira (17) pelo diretor de Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Paulo Guilherme Cabral, durante o encerramento do seminário da Operação Arco Verde, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, reunindo 13 ministérios, governos estaduais e as prefeituras envolvidas.

A intenção do governo é dar visibilidade às ações sustentáveis que busquem diminuir a derrubada da floresta. A expectativa é que a lista funcione como incentivo às prefeituras mais atuantes. A operação vai exigir um esforço conjunto nas três esferas de governo, com o pool de ministérios que participam dando suporte técnico e ajuda financeira para a implantação de modelos de exploração econômica sustentáveis nos municípios prioritários para a Arco Verde.

Um novo ciclo de encontros no Pará, Rondônia, Mato Grosso e Manaus será na segunda quinzena de abril, após reunião prevista entre os prefeitos e o presidente Lula, para aprofundar o diálogo e ajustar a implementação de ações. Segundo Paulo Guilherme, a expectativa é que a partir de maio a Operação Arco verde comece a ser implementada nos estados com medidas na área de regularização fundiária e ambiental e de estímulo à produção sustentável.

Entre as principais solicitações dos prefeitos estão investimentos em regularização fundiária, crédito para recuperação de áreas degradadas e incentivos para atividades alternativas ao modelo agropecuário estimulando, por exemplo, o extrativismo e os sistemas agroflorestais. O apoio do governo federal na elaboração de projetos para viabilizar o acesso aos recursos federais foi a demanda recorrente entre os gestores municipais.

O estado de Rondônia possui 1,5 milhão de hectares de passivo ambiental. Uma das preocupações do estado é conseguir manter a população na área rural. Por isso as medidas de regularização fundiária são importantes porque as áreas urbanas não comportam um remanejamento da população rural. Parte da população rural está assentada dentro ou próximo a áreas de proteção ambiental e o remanejamento da população dessas áreas, como a Flona Bom Futuro, poderia criar um caos urbano.

Governo vai monitorar impacto do aquecimento global sobre o Nordeste – Paulenir Constancio – Sítio Eletrônico do MMA – 18/03/2009

A caatinga e o cerrado, regiões que juntas somam 60 milhões de habitantes, vão ganhar um sistema integrado para monitorar os impactos das mudanças climáticas. Uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais está desenvolvendo o projeto piloto do Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação. Reunião marcada para o início do próximo mês entre os dois órgãos dará mais um passo na definição da estratégia para assegurar que o governo esteja pronto para dar respostas aos efeitos do aquecimento global.

O quarto relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) prevê impactos ambientais dramáticos para as regiões tropicais até fins do século 21 e recomenda a adoção de medidas de monitoramento. A região do semi-árido será a mais atingida, segundo estudos do IPCC, levando à necessidade de um sistema capaz de alertar o estado para que se adotem medidas que previnam os 28 milhões de habitantes do semi-árido. O SAP, como vem sendo chamado o sistema de alerta, é importante para direcionar as políticas públicas, principalmente para o Nordeste.

Técnicos do setor de combate à desertificação do MMA acreditam que dentro de no máximo dois anos o SAP entrará em operação. Dados estatísticos e meteorológicos e de sensoriamento por satélite vão permitir que se acompanhe o efeito do aumento da temperatura global sobre a região do semi-árido em intervalos de tempo bem definidos. A alternância entre períodos de seca prolongados e estações de chuvas mais curtas e menos intensas são a principal preocupação dos órgãos ambientais. Elas também foram previstas pelo IPCC.

A dificuldade de acesso à água no semi-árido está sendo vista como um dos primeiros efeitos das mudanças climáticas. A região já sofre o efeito da escassez e má distribuição dos recursos hídricos, insuficientes, no quadro atual, em pelo menos em seis estados. O sistema de alerta está sendo pensado no sentido de prevenir para diminuir o impacto, principalmente as populações pobres, as primeiras a sofrerem os impactos das mudanças climáticas.

Ministério defende turismo sustentável para o meio norte – Carlos Américo – Sítio Eletrônico do MMA – 18/03/2009

O Ministério do Meio Ambiente vai propor aos estados do Ceará, Maranhão e Piauí o acompanhamento dos impactos ambientais do turismo em sua região litorânea. A idéia é a realização do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) para definir um leque de atividades que não degradem o meio ambiente. Nesta quinta-feira, o Programa de Apoio ao Ecoturismo (Proecotur) do MMA participa de oficinas do Grupo de Trabalho Interministerial que está elaborando o Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Região Turística do Meio Norte.

O encontro reúne durante dois dias, em São Luís do Maranhão, representantes de 11 órgãos do governo federal e seis estaduais, que discutem estratégias de implementação do plano, que está em fase final de elaboração tendo como base o resultado das oficinas, já em sua terceira edição. Após sua finalização, ele será submetido a 13 consultas públicas, entre os dias 18 e 30 de maio.

Para o coordenador do Proecotur, Alan Milhomens, a adoção de gestão ambiental sustentável é fundamental para os empreendimentos turísticos na região. A sobrevivência do turismo e a geração de emprego e renda dependem da preservação ambiental nos empreendimentos turísticos, explica.

As oficinas, coordenadas pelos ministérios da Integração e do Turismo, começaram em janeiro. Os debates abordam quatro temas principais: Ordenamento Territorial e Gestão Ambiente, Infra-Estrutura para o Desenvolvimento, Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Dinâmica e Inclusão Social e Cidadania. No último dia de reunião, os grupos apresentarão as diretrizes formuladas.

Fórum das Águas debate o futuro do planeta – Sítio Eletrônico do MMA – 18/03/2009

Com 12% da água doce do mundo, o Brasil é destaque no V Fórum Mundial das Águas, em Istambul, na Turquia. Organizado a cada três anos pelo World Water Council (WWC) em colaboração com o país sede, o encontro é uma oportunidade para representantes de governos, gestores e usuários debaterem os rumos das políticas públicas de recursos hídricos. A proposta da reunião é contribuir para que os tomadores de decisões avancem em direção à cooperação global para o uso sustentável da água, sob os quais se assenta o futuro do planeta.

O Brasil vai apresentar aos participantes do Fórum sua política de recursos hídricos, seu modelo de gestão e seus marcos regulatórios de uso sustentável dos recursos hídricos. O

sistema brasileiro está completando doze anos, sendo reconhecido entre os mais avançados do mundo em termos de gestão da água.

A delegação brasileira em Istambul será chefiada pela secretária-executiva do Ministério do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Ela participa de duas mesas temáticas no segmento ministerial, de 20 a 22: uma sobre combate à pobreza e outra de recursos hídricos para energia. Adaptação da gestão da água diante da mudança do clima será o foco central nos debates, onde serão ressaltados desenvolvimento sustentável conciliado com a conservação ambiental, inclusão social e desenvolvimento econômico.

O uso e disponibilidade dos recursos hídricos transfronteiriços vai nortear as discussões, que deverão ter como referencial as mudanças climáticas globais. Isso porque, segundo previsões de instituições como IPCC, por exemplo, dão conta de que a oferta e distribuição da água serão severamente afetadas. Medidas de ordenamento territorial, combate à desertificação e até o programa brasileiros de cisternas para o semi-árido, desenvolvido em parceria com a Articulação do Semi-árido, organização não-governamental da região, fazem parte das propostas de diminuição dos impactos da escassez da água.

Cooperação mundial - Contribuir para mudar a maneira como os povos fazem uso da água: esse é considerado o maior desafio dos 180 países reunidos no V Fórum Mundial das Águas em Istambul. O lançamento de esgotos domésticos não tratados, que polui rios, lagos e o mar, os lixões que contaminam os lençóis freáticos, o uso de agrotóxicos e fertilizantes na agricultura, os resíduos da pecuária, o aterramento das nascentes para construção de cidades e as guerras são ameaças constantes aos recursos hídricos.

No Brasil, apenas 91% das casas são atendidas por rede de abastecimento de água e menos da metade (57,4%) conta com sistema de coleta de esgoto sanitário. A situação é agravada pelo mau uso dos recursos hídricos. O sistema de abastecimento, segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, desperdiça 30%, de toda a água, número que aumenta se considerados os hábitos de consumo da população, que faz com que parte da água tratada tenha uma destinação inadequada.

A água é considerada bem público pelas leis brasileiras, que também responsabilizam o cidadão pelo seu uso e cuidado. A prioridade é para matar a sede das pessoas, mas 70 por cento de toda a água disponível acabam servindo de insumo para a agricultura. Segundo a Organização das Nações Unidas, um ser humano precisa de 20 a 50 litros de água por dia para beber, cozinhar, tomar banho e lavar roupas e utensílios.

O Brasil é o primeiro país da América Latina a contar com um Plano de Águas, responsável pelas diretrizes do uso racional da água. Sua elaboração contou com a participação de ampla parcela da sociedade, reunindo usuários, governos federal, estaduais e municipais e

organizações não-governamentais. O País possui 83 cursos d'água classificados como fronteiriços e transfronteiriços, com 60% de seu território situado nas bacias desses rios. As duas maiores bacias da América do Sul passam por terras brasileiras: a Bacia do Rio da Prata, que nasce no Brasil; e a Bacia Amazônica, da qual o Brasil recebe águas.

Fundação trabalha para manter a floresta em pé – Valor Econômico – Suplementos – Negócio Sustentável – 18/03/2009

O desafio de promover simultaneamente a conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais amazonenses é considerável. O melhor caminho, segundo avaliação da Fundação Amazônia Sustentável (FAS), é transformar os moradores de unidades de conservação em guardiões da floresta.

Aqueles que se comprometem a preservar as árvores, rios, lagos e igarapés recebem um benefício, o Bolsa Floresta. Um pagamento por serviços ambientais prestados pelas florestas em pé: estabilidade do clima, manutenção das chuvas, armazenamento de carbono nas árvores e conservação da biodiversidade. São R$ 50 mensais por família engajada ao projeto.

A ideia, porém, é que o benefício seja uma âncora para a implantação de novos modelos de negócios na região e não a principal fonte de renda das famílias. Com a produção sustentável de castanha, andiroba, açai, por exemplo, algumas cadeias produtivas começam a garantir mais renda para as comunidades das reservas no Amazonas, segundo o presidente do conselho da FAS, o ex-ministro Luiz Fernando Furlan. "Com pequenos esforços a gente rapidamente eleva os ganhos."

O universo de atuação da FAS é formado por 34 unidades de conservação do Estado, que somam 16,4 milhões de hectares. Do total, 26 unidades são de uso sustentável. Atualmente, 4,5 mil famílias recebem o benefício em 13 unidades de conservação. Até junho, o plano é alcançar 6 mil e em dezembro chegar a 8 mil. Para 2010, a meta é atingir 10 mil.

O benefício dado às famílias que se comprometem com a conservação é uma das faces do programa. Existe ainda o Bolsa Floresta Associação, 10% da soma das bolsas familiares, que é destinado às associações dos moradores para estimular a mobilização e a organização. Cada comunidade recebe também o Bolsa Floresta Renda, no valor médio de R$ 4 mil, para apoio à produção sustentável. Todas as atividades que não produzam desmatamento e estejam legalizadas podem ser beneficiadas. O ciclo se completa com o Bolsa Floresta Social, no valor médio anual de R$ 4 mil por comunidade, destinado à melhoria da educação, saúde, comunicação e transporte.

O plano estratégico da fundação foi desenhado pela Bain & Company, consultoria de renome mundial que faz um trabalho pro-bono. Nos mesmos moldes, a PriceWaterhouseCoopers está encarregada dos serviços de auditoria externa.

A FAS, segundo Furlan, "é uma fundação com participação público-privada e gerenciada como empresa". Tem uma estrutura enxuta: o quadro de 60 pessoas dedica-se predominantemente ao trabalho de campo. Do orçamento, 70% são destinados à atividade-fim. Atualmente são aplicados recursos de doações. No futuro, a previsão é de que o orçamento seja reforçado por recursos da gestão de serviços e produtos ambientais provenientes das unidades de conservação.

"Nenhum projeto é sustentável sem a participação da iniciativa privada", afirma o governador do Estado, Eduardo Braga (PMDB). "O desafio é mostrar como a árvore em pé tem valor econômico e como transformar esse valor em políticas sociais e ambientais para aqueles que guardam a floresta." **(C.R.)**

Consórcio ZEE Brasil inicia macrozoneamento do Nordeste – Lúcia Leão - Sítio Eletrônico do MMA – 19/03/2009

Depois do Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal, que está em fase final de elaboração e deve ser apresentado à sociedade até o final deste ano, o Consórcio ZEE Brasil inicia o zoneamento regional do Nordeste. A coordenação do Consórcio tratou pela primeira vez do assunto no início deste mês, em reunião de planejamento realizada nos dias 5 e 6 em Recife.

A instalação oficial do ZEE Nordeste, com a assinatura do termo de referência para instalação do grupo de trabalho, acontecerá no final de abril, em audiência pública convocada pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara para comemorar o Dia Nacional da Caatinga, 28 de abril.

O ZEE Regional do Nordeste deve estar concluído em dois anos e vai embarcar o ZEE da Bacia do São Francisco, o segundo zoneamento sub-regional do País e o primeiro ZEE nordestino. Produzido no âmbito do Programa de Revitalização do São Francisco, o zoneamento do São Francisco já entrou em sua última etapa, que é o de estudo de cenários. Um trabalho pioneiro no Brasil - o ZEE da BR-163 trata ainda superficialmente do tema -, ele vai identificar os desdobramentos socioeconômico-ambientais de cada tipo de intervenção que venha a ser feita na região, com o objetivo de orientar as tomadas de decisão dos gestores públicos.

O zoneamento ecológico-econômico do Nordeste é considerado prioritário pelo MMA especialmente por conta da extrema vulnerabilidade da região à desertificação, classificada

pelo secretário de Desenvolvimento Rural Sustentável Egon Krakhecke como "a face mais cruel das mudanças climáticas".

O Consórcio ZEE Brasil, que é composto por representantes de 15 órgãos de instituições públicas federais sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, ganhará, para a elaboração do ZEE Nordeste, reforços da Sudene, da Fundação Joaquim Nabuco, das universidades e organizações sociais regionais, além de representantes dos governos dos estados nordestinos.

Minc defende metas do Plano Nacional sobre Mudanças do Clima na UFRJ – Sítio Eletrônico do MMA – 20/03/2009

O Plano Nacional sobre Mudanças do Clima é antes de tudo um plano de metas, com ações, projetos e cronogramas que serão cumpridos pelo governo e pelo setor produtivo para que se chegue em 2017 a uma redução expressiva nas emissões de gases estufa. Foi isso que o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, ressaltou nesta sexta-feira, durante debate no Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ele destacou as ações voltadas para o combate ao desmatamento, não só na Amazônia, mas também no cerrado e na caatinga, como prioridades estratégicas para diminuir os efeitos do aquecimento global.

Minc lembrou, também, que o ministério enviará à Casa Civil da Presidência da República sugestão para o Programa de Aceleração do Crescimento na área da Habitação a energia solar térmica em substituição aos chuveiros elétricos nas construções de casas populares previstas. A medida visa reduzir a demanda por energia elétrica, o que significa menos emissões de gases estufa.
As metas do Plano para a redução das emissões de carbono, estabelecidas pelo governo em dezembro de 2008, estão previstas pelo Protocolo de Kyoto.

Até 2017 o país deverá reduzir drasticamente o desmatamento, além de reforçar as medidas de combate à destruição da camada de ozônio. O documento reúne um elenco de programas e ações governamentais voltadas para a redução dos efeitos do aquecimento global.

O debate foi organizado pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. A secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA, Suzana Kahn, também participou do evento.

Brasil compartilha maior reservatório de água doce da América do Sul – Carlos Américo e Suelene Gusmão - Sítio Eletrônico do MMA – 20/03/2009

A instalação do primeiro Comitê de Bacia Hidrográfica do Piauí dos Rios Canindé e Piauí, afluentes do Parnaíba, é um dos eventos organizados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) para comemorar o Dia Mundial da Água, celebrado no dia 22 de março. No mundo inteiro, o assunto será lembrado com o tema: Água compartilhada - Oportunidades compartilhadas. O secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SHRU) do MMA, Vicente Andreu, lembrou que o Brasil tem grandes bacias hidrográficas compartilhadas, como a Bacia Amazônica e a Bacia do Prata.

O Dia Mundial da Água foi estabelecido a partir de 1993 aprovado pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidos. Naquele ano, os países foram convidados a promover e alertar a população para o uso consciente da água, por meio de publicações, documentários e seminários para debater o tema.

No Piauí, estado onde a população secularmente vem sofrendo com a falta de água, o evento da instalação do primeiro comitê de bacia ganha importância estratégica. Durante dois dias, os participantes participarão da realização de plenárias eleitorais por segmento para a eleição de seus representantes; da posse dos 48 membros titulares e suplentes; e da eleição da Diretoria-executiva.

O secretário Vicente Andreu, que está naquele estado participando da reunião, informou que o Brasil compartilha com a Argentina, Paraguai e Uruguai da gestão do Aquífero Guarani, a principal reserva de água doce subterrânea da América do Sul. O reservatório natural de água doce é um dos maiores do mundo, com mais de um milhão de cem mil quilômetros quadrados. Na parte brasileira estende-se por oito estados: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

As águas do Aquífero Guarani têm qualidade para consumo doméstico. Mais de 500 cidades são abastecidas, total ou parcialmente, com suas águas. De acordo com o secretário, o principal desafio da gestão compartilhada é a utilização sustentável dos recursos, e que sua utilização consciente só será possível com informação. "O Aquífero Guarani é mais famoso do que conhecido", disse referindo-se ao fato de que ainda faltam dados importantes para viabilizar sua total utilização.

Até o fim do ano, clima a passo lento - Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 21/03/2009

Que vai acontecer em Bangcoc a partir do dia 31, em mais uma etapa de negociações da Convenção do Clima? Dificilmente haverá decisões substanciais, por dois

motivos: 1) O prazo de negociação para um novo acordo, a vigorar em 2013, após o Protocolo de Kyoto, vai até o fim deste ano - e os governos não costumam fazer antes da última hora as necessárias concessões; e 2) qualquer avanço dependerá fundamentalmente da posição dos EUA - e esta inevitavelmente estará condicionada pela do presidente a ser eleito no fim do ano.

O atual governo dos EUA é, no mínimo, contraditório. Ao mesmo tempo que insiste na possibilidade de reduzir com novas tecnologias as emissões norte-americanas de gases que intensificam o efeito estufa, toma decisões na direção oposta. Um balanço divulgado há poucos dias pela Casa Branca afirma que até 2022 os carros norte-americanos terão de conseguir trafegar 35 milhas (56 quilômetros) com um galão (3,755 litros) de combustível; lâmpadas incandescentes serão banidas até 2014; o governo federal reduzirá seu consumo de energia em 30% até 2015; todos os edifícios federais deixarão de responder por emissões de carbono até 2030; o país até 2022 produzirá 36 bilhões de galões de combustível renovável (6,4 bilhões em 2007); está aplicando US$ 12 bilhões em energias alternativas, o que levou a eólica a responder por 20% da nova energia no país no ano passado e a solar a dobrar sua produção em sete anos; está investindo US$ 1,2 bilhão em pesquisas com o hidrogênio combustível. Mas na tecnologia em que mais pareciam apostar, há uma contradição: o governo não mais investirá no maior projeto de seqüestro e sepultamento de carbono, em Mattoon, Illinois, no qual investiria US$ 1,3 bilhão. Esse recuo parece estar sendo acompanhado na área privada, pois uma das maiores empresas petrolíferas cancelou seu projeto de sepultar carbono no Mar do Norte (New Scientist, 9/2). Mas os setores envolvidos em negociações internacionais entendem que as oscilações estão mais relacionadas com os altíssimos custos dessa tecnologia, embora também haja incertezas científicas.

Quando as negociações da convenção chegarem ao momento decisivo, em dezembro, já terá sido eleito o novo presidente norte-americano. Que fará ele? John McCain tem prometido implementar um sistema de comércio de emissões capaz de, até 2050, reduzir as de dióxido de carbono nos EUA em até 60% (sobre os níveis de 1990) - mas não compareceu à votação de um projeto que exigiria 15% de energias renováveis até 2020, e a proposta foi derrotada por um voto. Na campanha, tem sido mais moderado do que era nesse tema, ao que parece para não perder votos dos conservadores. Tanto Hillary Clinton como Barack Obama têm dito achar possível reduzir emissões em 80% até 2050. Ambos os postulantes pelo Partido Democrata dizem que em dez anos destinarão US$ 150 bilhões a tecnologias limpas, dobrarão os investimentos em pesquisas, comprometem-se a ter 25% de energias renováveis em 2025, a exigir mais eficiência e menos emissões dos veículos.

A Europa continua à frente, mais assustada, talvez, com alguns fenômenos climáticos e com a advertências de um relatório da União Européia (UE) de que vão

intensificar-se as migrações para seu território de pessoas expulsas da África e do Oriente Médio pelas secas e inundações. Seja como for, a UE tentará adiantar as negociações até Bangcoc. Em sua última reunião, este mês, a proposta central foi de, até 2020, reduzir as emissões em 20% sobre os níveis de 1990, com metas obrigatórias, chegar a 20% de energias renováveis nas matrizes energéticas e 10% de biocombustíveis no consumo total de veículos. A UE quer também reduzir a ênfase no comércio de emissões entre países e no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

Enquanto as decisões não vêm, alguns fazem contas. O renomado Lester Brown acha que com US$ 190 milhões ao ano - um terço do gasto militar anual dos EUA, pouco mais de 15% do gasto mundial nessa área - seria possível trabalhar em projetos e tecnologias que reduzam as emissões de carbono em 80% até 2020. Mas quem pagará? E se ninguém pagar, Brasil, China, Índia e Rússia, juntos, até 2030 emitirão mais que o conjunto de países industrializados.

A ênfase dos chamados países emergentes, inclusive do Brasil, tem-se centrado exatamente neste ponto: o que se entende por transferência de tecnologia para mitigar mudanças climáticas, de que tanto se fala? Quem concederá financiamentos para ações concretas nessa área e a que custo? Na última reunião de 20 países no Japão, a Agência Internacional de Energia fez uma apresentação sobre as tecnologias disponíveis para conter as emissões em 450 partes por milhão (estamos com 379) até 2050. Ou em 550 partes, o que se considera mais provável. E o problema esbarra aí: quem pagará?

Já há, entretanto, mudanças na discussão, por causa da premência do tempo disponível. E também uma pressão para que as discussões não se limitem ao que fazer depois de 2012, quando se encerra o prazo do Protocolo de Kyoto. É preciso definir o que fazer já.

O Brasil pretende lançar uma consulta pública sobre a política nacional para mudanças do clima, que está sendo discutida por uma comissão interministerial e pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Não se espera que o documento defina metas para redução de emissões. Mas não é impossível que elas venham no plano nacional - embora ainda haja oposição em algumas áreas.

Esse é o quadro de dúvidas, incertezas, esperanças. Nele, os mais assustados avançam por onde podem. Vinte cidades francesas, por exemplo, adotaram veículos puxados por cavalos na coleta de lixo, na limpeza pública e no transporte escolar. Não falta quem diga que o cocô dos cavalos emite mais gases do que se economiza com os combustíveis. Mas eles não se importam. Seguem em frente.

Washington Novaes é jornalista
E-mail: wlrnovaes@uol.com.br

O mundo inveja nossas florestas - Luiz Cornacchioni – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/03/2009

De acordo com estudo da Embrapa Monitoramento por Satélite sobre a evolução das florestas mundiais constata-se que mais de 75% das florestas primárias já desapareceram e, com exceção de parte das Américas, fica evidente que todos os outros continentes desmataram, e muito. Dos 64 milhões de km² de florestas existentes antes da expansão demográfica e tecnológica dos humanos, restam menos de 15,5 milhões km², cerca de 24%.

Há cerca de 8 mil anos, o Brasil possuía 9,8% das florestas mundiais. Hoje, o nosso país detém 28,3%. O estudo indica que, apesar do desmatamento dos últimos 30 anos, o Brasil é um dos países que mais mantiveram sua cobertura florestal. Dos 100% de suas florestas originais, a África mantém hoje 7,8%; a Ásia, 5,6%; a América Central, 9,7%; e a Europa - o pior caso do mundo -, apenas 0,3%. Com invejáveis 69,4% de suas florestas primitivas, o Brasil tem grande autoridade para tratar desse tema ante as críticas dos campeões do desmatamento mundial. Há que ter também responsabilidade para reavivar, por meio de políticas e práticas duradouras, a eficácia das medidas históricas de gestão e exploração que garantiram a manutenção das florestas primárias brasileiras.

Para que o Brasil mantenha essa liderança e ainda melhore esse indicador, as florestas devem ser mantidas, e para isso elas são chamadas pela legislação brasileira de Unidades de Conservação, fazendo parte do sistema brasileiro de proteção ao meio ambiente e controladas pelo órgão federal Ibama. Entre os principais objetivos buscados por essa política estão:

a contribuição para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;

a proteção das espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;

a promoção do desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;

a recuperação ou restauro de ecossistemas degradados; e

a valorização, econômica e social, da diversidade biológica.

Embasado na maioria desses objetivos há o Projeto Corredores da Mata Atlântica que tem como princípio recuperar e religar os fragmentos de floresta a fim de evitar a perda de riquezas naturais insubstituíveis. A melhor descrição para esse projeto seria uma "colcha de retalhos de áreas ambientalmente sustentáveis que integra parques, reservas públicas ou privadas, terras indígenas, áreas de cultivo e pastagem, centros urbanos e atividades industriais".

Outro programa a ser destacado é o Programa de Restauração de Matas Naturais, que envolve os biomas mata atlântica e cerrado e tem como objetivos: restaurar o ecossistema original, promover o fluxo gênico, promover harmonia do mosaico eucalipto e áreas naturais, além de estabelecer corredores ecológicos.

Tendo esses objetivos atingidos esses programas comemoram seu sucesso. Porém outro benefício não menos importante é conquistado com o enriquecimento desses biomas. Trata-se da remoção do gás carbônico da atmosfera terrestre pelo processo da fotossíntese das espécies vegetais, evitando, assim, a degradação da camada de ozônio e, conseqüentemente, o aquecimento global.

Sendo assim, as empresas deveriam se comprometer não só a reduzir a emissão de gases poluentes, como também a preservar áreas florestais degradadas como uma forma de "compensar" a poluição lançada na atmosfera. Neste sentido, há um grupo de empresas de diversos continentes (The Forest Dialogue) que tem por objetivo construir uma visão comum entre o setor produtivo e os ambientalistas para a promoção de ações efetivas em prol da conservação da biodiversidade associadas às operações de produção florestal.

Portanto, discutir florestas e desmatamento aqui no Brasil é tema da maior importância, uma vez que gera reflexos para todos os negócios e para todas as pessoas, pode gerar expressiva contribuição em termos financeiros em total sintonia com os mais rígidos princípios de sustentabilidade e tem a capacidade de contribuir para uma melhora da qualidade do ar que respiramos. O Brasil deve reafirmar sua posição diferenciada e única no mundo pela quantidade e pela diversidade de sua mata nativa e não deve permitir que desmatamentos inconseqüentes e vinculados com uma visão de curto prazo sigam ocorrendo..

*Luiz Cornacchioni, engenheiro florestal, especialista em manejo, é gerente de Comunicação Corporativa da Suzano Papel e Celulose
Rogério L. F. Werneck, excepcionalmente, não escreve seu artigo hoje

Colegiados de 27 novos territórios se reúnem nestes dois dias – Sítio Eletrônico do MDA – 22/03/2009

Os Colegiados Territoriais de 27 dos novos Territórios da Cidadania se reúnem nesta segunda (23) e terça-feira (24) para conhecer a matriz de ações 2009, a metodologia de execução do programa e, ainda, para debater o tema. Nesta segunda-feira, às 16h, haverá transmissão simultânea do lançamento nacional dos novos Territórios da Cidadania pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, direto do Teatro Castro Alves, em Salvador. Ao todo, 60 novos territórios estão sendo lançados. Contando com os 60 já em funcionamento desde 2008, o programa passa a totalizar 120.

Nos eventos territoriais previstos para estes dois dias, um representante de um dos ministérios que integram o Programa apresentará ao Colegiado Territorial e às autoridades convidadas o que é o Territórios da Cidadania, quais os seus objetivos e sua importância para o desenvolvimento rural sustentável.

"Os eventos territoriais revestem-se de grande importância para o Programa por estabelecer um diálogo com atores sociais e políticos-institucionais dos Territórios da Cidadania, no sentido de qualificar as ações propostas pelos diversos ministérios", explica o diretor do Departamento de Ações de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ronaldo Camboim Gonçalves.

Os Colegiados Territoriais são responsáveis por: identificar as demandas locais, para o órgão gestor priorizar o atendimento; promover a interação entre gestores públicos e conselhos setoriais; contribuir com sugestões para a qualificação e a integração de ações; sistematizar as contribuições para o Plano Territorial de Ações Integradas; exercer o controle social do Programa; e dar ampla divulgação às ações do Territórios da Cidadania.

TABELA DE EVENTOS NOS COLEGIADOS TERRITORIAIS		
23 e 24/03		
NORDESTE	AL	Bacia Leiteira (Pão Açúcar - Colégio São Vicente)
	BA	Sertão do São Francisco (Juazeiro - Centro Cultural João Gilberto)
	CE	Cariri (Barbalha - Hotel das Fontes)
	MA	Baixada Ocidental (Pinheiro - auditório da UNIVIMA)

	PE	Sertão do Araripe (Ourirur i - sede do CAATINGA)
	PI	Vale do Canindé(Oeiras - Auditório da ECC)
	PB	Médio Sertão (Patos - Univ. Federal Campina Grande)
	RN	Seridó (Caicó - Centro Dom Wagner)
	SE	Baixo São Francisco (Propriá - Hotel Imperial)
NORTE	AC	Vale do Juruá (Cruizeiro do Sul-sede da CEFLORA)
	AM	Alto Juruá (Eurinepé - Clube de Mães)
	AP	Centro-Oeste (Ferreira Gomes – Câmara de Vereadores)
	PA	Sul do Pará (Xinguara- Chácara dos Padres)
	RO	Madeira Mamoré (Porto Velho - Auditório da Emater)
	TO	Jalapão (Mateiros- Centro Comunitário) e Sudeste (Dianápolis- Centro de Formação dos Agricultures Familiares)
SUDESTE	ES	Caparaó (Muniz Freire – Auditório da Câmara Municipal)
	MG	Sertão de Minas (Bocaiuva – Centro Cultural de Bocaiúva)
	RJ	Noroeste (Itapreruna – Câmara Municipal)
	SP	Sudoeste Paulista (Itapeva - sede da AABB)
SUL	PR	Norte Pioneiro (Sto Antonio da Platina- Faculdade FANORTE)
	SC	Planalto Norte (Canoinhas - Assoc. Func. Município)
	RS	Noroeste Colonial (Ijuí - UNIJUI)

CENTRO-OESTE	GO	Chapada dos Veadeiros e Vale do Paranã (ambos em Alvorada do Norte-Centro Comunitário)
	MT	Baixada Cuiabana (Cuiabá- auditório da CNBB)
	MS	Cone Sul (Naviraí – Parque de Exposições)

Metrópoles brasileiras emitem menos CO2 – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 23/03/2009

Comparação entre 12 grandes cidades de três continentes indica que emissão por pessoa é menor em São Paulo e no Rio

Estudo afirma que regiões metropolitanas não são as grandes vilãs do clima e que sua emissão per capita é menor que a média nacional

Paulistanos e cariocas estão entre os moradores de grandes cidades do mundo que menos emitem gases-estufa, segundo um estudo que comparou 12 metrópoles em três continentes. Considerando o total de CO2 emitido por habitante, as cidades brasileiras ficaram atrás até mesmo de cidades europeias, consideradas "limpas", e muito atrás de metrópoles norte-americanas e asiáticas.

São Paulo e Rio têm maiores emissões no setor de lixo, mas no setor de transporte elas ficam abaixo das demais analisadas. Nova York, por exemplo, captura o metano dos aterros sanitários e possui emissão zero em resíduos sólidos. Em São Paulo, que também capta metano nos aterros Bandeirantes e São João, as emissões desse setor representam 23,6% do total municipal. No Rio, elas representam 36,5%.

O dado não é motivo para comemorar, já que a avaliação não diz respeito à poluição do ar nas cidades -nesse quesito, São Paulo continua entre as piores do mundo, especialmente no setor de transporte.

E o estudo lembra que, no Brasil, as maiores emissões são provenientes de desmatamento e da criação de gado.

Se forem levadas em conta as emissões totais (e não a per capita), as cidades brasileiras estão próximas de Washington e Glasgow. Mas ainda emitem bem menos do que Londres, Nova York e Toronto.

Segundo a pesquisa, publicada no periódico "Environment & Urbanization", as grandes cidades nem sempre são as maiores vilãs do clima. O levantamento mostra que em metrópoles como São Paulo, Londres e Nova York as emissões per capita são bem menores do que a média nacional.

Os nova-iorquinos respondem por menos de um terço da média de emissão dos EUA. Os londrinos, por pouco mais da metade das emissões da média do Reino Unido. Em São Paulo e no Rio, as emissões per capita não chegam a um terço da média brasileira.

O autor do estudo, David Dodman, pesquisador do Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, afirma que não há nenhuma ligação fundamental entre a urbanização e altos níveis de emissão de gases-estufa.

"Ao contrário, cidades bem planejadas e bem geridas podem desempenhar um papel central para ajudar a mitigar a mudança climática", diz.

Na Ásia, por exemplo, ele ressalta que a cidade mais rica, Tóquio, tem menores emissões por pessoa do que Pequim ou Xangai. "Isso mostra que a prosperidade não conduz, inevitavelmente, ao aumento das emissões", diz Dodman.

De acordo com ele, em Londres as emissões de transporte são menores do que na maioria das grandes cidades "como resultado de alto uso de transporte coletivo, grande investimento em infraestrutura e políticas para promover alternativas ao uso de veículos".

Vazamento

Os inventários não levam em conta onde os itens são consumidos. Isso pode beneficiar algumas cidades avaliadas, já que muitos processos poluentes de fabricação e com alta emissão de carbono já não estão mais localizados nessas metrópoles, mas em outras partes do mundo em que os salários são mais baixos e há menor rigor ambiental. Esse tipo de "vazamento" é o que torna as emissões chinesas tão altas.

Segundo o consultor Fabio Feldmann, secretário-executivo do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas, essa é uma questão relevante. "Uma usina termelétrica pode estar localizada em outra cidade e sua energia ser usada em São Paulo, por exemplo. A qual delas você atribui a emissão?", questiona.

Ele lembra que, se a região amazônica fosse avaliada, as emissões per capita seriam altíssimas -pois a população é pequena e há muito desmatamento e gado.

O declínio das indústrias nas grandes cidades também explica em parte a situação. No Rio, a proporção das emissões do setor industrial passou de 12% em 1990 para 6,2% em 1998.

Territórios da Cidadania lança novo portal e blog com textos de Ignacy Sachs – Sítio Eletrônico do MDA – 23/03/2009

O Programa Territórios da Cidadania passa a atender 120 territórios em todo o País em 2009 – o dobro do ano passado. Para acompanhar esse crescimento, está sendo lançado nesta segunda-feira (23) o novo Portal da Cidadania, com uma navegação mais direta e intuitiva. Ainda hoje, começa a funcionar o blog Territórios de Ideias, com a participação do economista e diretor do Centro de Estudos do Brasil Contemporâneo na França, professor Ignacy Sachs.

A nova estrutura do Portal da Cidadania (www.territoriosdacidadania.gov.br) foi aprimorada para facilitar o acesso a informações pelos internautas. De acordo com análises do núcleo de desenvolvimento do portal, os vistantes são, em geral, moradores dos municípios atendidos, bem como gestores públicos envolvidos nas ações e cidadãos em busca de informações. O Programa destinou R$ 9,3 bilhões em 2008. Este ano, são previstos R$ 23,5 bilhões em investimentos. Ao todo, 1.852 municípios estão incluídos.

Criado em fevereiro do ano passado, o portal reúne a matriz de ações executadas pelo Governo Federal em conjunto com estados e municípios – este ano serão 181 ações. É ainda utilizado como ferramenta de gestão do Territórios da Cidadania. Isso por que o portal permite acompanhar os gastos e a implantação das ações do Programa, que reuniu em 2008 cerca de 26 mil pessoas em reuniões nos seus Colegiados Territoriais.

Navegação mais simples

A navegação do Portal da Cidadania foi simplificada e aprimorada para facilitar o acesso dos visitantes às informações públicas. Obedecendo aos princípios de transparência e controle social pela população, o portal divulga dados como a matriz de ações previstas para 2009. Outra novidade deste ano é a publicação dos relatórios de execução de investimentos nos 60 Territórios da Cidadania criados ainda em 2008.

Estruturado em software livre e seguindo os princípios de acessibilidade, o novo portal reorganizou as seções de arquivo e de notícias, além do calendário de ações previsto para cada Território da Cidadania. Outra inovação é a barra de localização conhecida como “bread crumb” (traduzido como “migalha de pão”), que facilita o internauta a se localizar dentro do Portal.

Territórios de Idéias

Nesta semana, o usuário já pode acessar também o Territórios de Ideias, um blog criado para incentivar reflexões e análises sobre o programa. Serão convidados técnicos, estudiosos do desenvolvimento sustentável e de políticas públicas para contribuir com artigos, análises e dados. Aberto a todos os cadastrados no portal, o Territórios de Ideias conta com a colaboração do professor Ignacy Sachs, titular há 30 anos da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais e considerado um dos maiores especialistas em desenvolvimento sustentável do mundo.

Nesta semana, o blog apresenta para debate a palestra de Sachs proferida entre 5 e 6 de março, em Brasília, durante o Seminário Internacional de Desenvolvimento, evento organizado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). No texto, Sachs afirma que "o PAC e o Territórios da Cidadania são ações gêmeas contra a crise".

Territórios da Cidadania: Lula diz que Programa é o mais perfeito em 30 anos – Sítio eletrônico do MDA – 23/03/2009

O teatro Castro Alves, em Salvador (BA), deu espaço no final da tarde desta segunda-feira (23) a uma ampla manifestação cultural do meio rural brasileiro. Puxados pelo repentista Antônio Ribeiro da Conceição (o Bule-Bule), representantes de nove territórios rurais baianos (Baixo Sul, Sisal, Chapada Diamantina, Irecê, Litoral Sul, Semiárido II, Sertão do São Francisco, Velho Chico e Itaparica), incluídos no Programa Territórios da Cidadania, deram um show de ritmo, dança e demonstração de apreço pela cultura popular. As apresentações marcaram a cerimônia de ampliação do Programa Territórios da Cidadania, que em 2009 estenderá suas ações de 60 para 120 territórios rurais do País. O investimento será de R$ 23,5 bilhões em 180 ações, envolvendo 22 ministérios do Governo Federal (três a mais que em 2008).

Entusiasmado com os resultados já obtidos por mais essa política pública, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou: "nesses mais de 30 anos de militância política e elaboração de vários planos de governo, nunca vi nada mais perfeito que o Territórios da Cidadania". Lula ressaltou a participação popular, manifestada por meio dos Colegiados Territoriais, como um dos principais fatores de sucesso do Programa. "A força está na inclusão da sociedade para o controle e o gerenciamento do Territórios da Cidadania". O presidente acrescentou que nos próximos anos, com a evolução e o aperfeiçoamento do Programa, o Territórios da Cidadania será imprescindível a qualquer governo que venha administrar o Brasil.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, lembrou as críticas endereçadas ao Territórios da Cidadania em fevereiro de 2008, época em que o Programa

foi lançado. "O Territórios da Cidadania foi atacado, quiseram até inviabilizá-lo como política pública. Hoje, pouco mais de um ano depois, todos já reconhecem que o Programa deu certo. Já no seu primeiro ano, houve a execução de quase 100% do recurso disponível", frisou.

Resultados

A satisfação do presidente Lula com o Territórios da Cidadania está baseada em números. Elaborado para promover o desenvolvimento regional e universalizar ações básicas de cidadania nos locais que mais precisam (especialmente no meio rural), o Territórios da Cidadania aplicou, em 2008, R$ 9,3 bilhões em 180 ações. São elas: Apoio a Atividades Produtivas, 77 ações e R$ 1,4 bilhão; Cidadania e Direitos, 55 ações e R$ 6,4 bilhões; Qualificação da Infraestrutura, 48 ações e R$ 1,5 bilhão.

Com a ampliação para 120 territórios, neste ano o Territórios da Cidadania beneficiará famílias de 1.852 municípios (é o equivalente a 33% dos municípios brasileiros). O recurso previsto é R$ 23,5 bilhões, que serão utilizados no desenvolvimento de 181 ações. Sessenta e duas delas serão de Apoio às Atividades Produtivas (R$ 5,5 bilhões); 82 ações serão voltadas à Cidadania e Acesso a Direitos (R$ 13,8 bilhões) e 37 dizem respeito à Qualificação e Infraestrutura (4,1 bilhões).

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, lembrou, ao citar recente artigo do economista Ignacys Sachs, que o Territórios da Cidadania e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) são como irmãos, portanto, indissociáveis. Assim como o PAC, "o Territórios da Cidadania é uma política pública harmônica e global. É uma alavanca de crescimento social, de promoção da igualdade", disse. Dilma também destacou o aspecto democrático do Territórios da Cidadania, que além da participação da sociedade civil, conta com a contribuição dos estados e dos municípios para definir as obras e serviços em cada território.

O governador da Bahia, Jacques Wagner, informou que todas as políticas públicas desenvolvidas no seu estado são planejadas levando em consideração o conceito de territorialidade. Esse fator, segundo ele, tem auxiliado no atendimento às demandas da população e facilitado a inserção das políticas públicas nos municípios e comunidades.

Estabilidade governamental

A cerimônia em que o presidente Lula assinou o decreto de ampliação do Programa Territórios da Cidadania foi transmitida simultaneamente, via teleconferência, para o Território do Jalapão (no município de Mateiros, no Tocantins) e o Território do Apodi (no município de Apodi, Rio Grande do Norte). A prefeita de Mateiros (TO), Liane Batista

Coelho, disse que as expectativas são as melhores. "Eu acredito que será possível obter melhorias nas áreas de educação, saúde, infraestrutura e turismo. Assim, nossa população não precisará sair daqui".

Entre os convidados presentes ao teatro Castro Alves estava o presidente de El Salvador, Mauricio Funes. Convidado a falar pelo presidente Lula, Funes revelou sua admiração pelo atual momento econômico, social e político do Brasil. Ele afirmou que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva serviu de referencial durante sua campanha para presidente de El Salvador e, agora, será referência para o seu governo.

Também acompanharam a cerimônia, em Salvador, o economista Ignacy Sachs; os ministros do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Patrus Ananias; da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Edson Santos; o presidente do Incra, Rolf Hackbart; os governadores do Tocantins, Marcelo Miranda; de Sergipe, Marcelo Déda; além de senadores e deputados federais.

MMA avalia ferramenta internacional que projeta cenários para biodiversidade – Lucia Leitão – Sítio Eletrônico do MMA – 23/03/2009

A secretária de Biodiversidade e Floresta, Maria Cecília Way de Brito, coordena a equipe do MMA que participa nesta terça e quarta-feira, no Jardim Botânico do Rio de Janeirodo *workshop* de apresentação da Globio, uma ferramenta utilizada internacionalmente para a projeção de cenários para biodiversidade. Desenvolvida pela Agência Holandesa de Avaliação Ambiental (PBL) e a Unep, para estimar a biodiversidade do passado, presente e futuro. O objetivo é avaliar a viabilidade e efetividade da aplicação da ferramenta para projeção de cenários para a biodiversidade brasileira, com as bases de dados disponíveis no país hoje, bem como definir as parcerias nacionais para essa empreitada e os passos a serem seguidos para sua consecução.

A ferramenta Globio vem sendo utilizada em várias avaliações globais, entre elas a Global Environment Outlook 2000 (http://www.unep.org/geo2000/index.htm) e a Millennium Ecosystem Assessment (http://www.millenniumassessment.org/en/index.aspx). A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) também vem adotando a ferramenta em avaliações como Global Biodiversity Outlook 3 - GBO3 (http://www.cbd.int/gbo3/) bem como no auxílio da aferição do grau de alcance das Metas de Biodiversidade para 2010 (http://www.cbd.int/doc/publications/cbd-ts-31.pdf).

O evento reúne, além dos técnicos do governo brasileiro, representantes da Agência Holandesa de Avaliação Ambiental (Netherlands Environmental Assessment Agency - PBL), do Centro de Monitoramento Mundial (World Conservation Monitoring Center - WCMC) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (United Nations

Environment Programme - Unep) e do Pnuma Brasil, além de especialistas brasileiros em modelagem e instituições nacionais detentoras de bases de dados.

Emissão elevada de gases-estufa não é culpa de grandes cidades, aponta estudo – Daniela Shiaretti – Valor Econômico – Brasil – 23/03/2009

As grandes cidades, sempre acusadas de emitir níveis altíssimos de gases de efeito estufa, podem ser mais inocentes do que se imagina. Superpopulação, muitos carros, alta concentração de empresas e toneladas de lixo carimbam as metrópoles como um caldeirão de fontes do aquecimento global. Mas ao contrário do que se pensa, não é ali que está a maior emissão per capita dos países.

Cada nova-iorquino, por exemplo, lança à atmosfera, por ano, 7,1 toneladas de CO2 equivalente (medida-base que converte todos os gases-estufa para o de maior volume, o dióxido de carbono), menos de 1/3 da média nacional dos EUA. Em Tóquio, a emissão per capita não chega à metade da emissão nacional. Paulistas e cariocas não lançam à atmosfera sequer 1/3 do valor que corresponde à emissão per capita dos brasileiros. Nesse caso, é até fácil de entender, já que perto de 70% ou 75% do total de emissões do Brasil tem a ver com desmatamento e queimadas, porcentual ainda maior se somadas as da agricultura e pecuária.

"Mas é provável que a emissão de um paulista ou carioca de alto padrão de consumo seja equivalente ao de um nova-iorquino ou londrino", pondera o geógrafo britânico David Dodman. Ele colocou uma lupa nas emissões de 12 grandes centros urbanos da Europa, Ásia e Américas e viu que o senso-comum está equivocado. "Culpar as cidades pelas maiores emissões de gases-estufa é um engano. A culpa é do alto padrão insustentável das pessoas que estão por ali".

Quem vive em Barcelona, segunda maior cidade da Espanha, emite menos que a metade da média espanhola. A explicação para essa relativamente baixa emissão tem a ver com o perfil de Barcelona: cidade de serviços e não de manufatura, com 90% da eletricidade de fonte nuclear ou hídrica, clima ameno que não exige uso de ar-condicionado e estrutura urbana compacta.

Londres, com mais de 7 milhões de habitantes, respondia em 2006 por 8% das emissões totais do Reino Unido. A tendência da metrópole é seguir um caminho ambientalmente mais limpo - as emissões caíram um pouco de 1990 a 2006, mesmo com aumento de 700 mil moradores no período. Muitas indústrias fecharam ou se mudaram para outros lugares, dentro e fora do país. A emissão dos londrinos é a mais baixa de qualquer região do Reino Unido e chega à metade do correspondente nacional. A de Glasgow é

maior e isso se explicaria pela atividade agrícola da redondeza, com emissão de metano e outros gases-estufa ainda mais nocivos que o CO2.

Dodman teve dificuldade em fazer a análise urbana, porque os inventários nacionais de emissões - as nações ricas têm que publicar todos os anos, as outras esporadicamente - possuem datas diferentes e metodologias também díspares. Mas ficou evidente que a emissão per capita dos moradores de metrópoles são bem menores que as per capita nacionais. Segundo o pesquisador de assentamentos humanos e mudança climática do International Institute for Environment and Development (IIED), esse erro disfarça uma grande distorção na análise do problema. "Culpar as cidades tira o foco dos maiores vetores da emissão de gases-estufa, principalmente do consumo insustentável nos países mais ricos."

O raciocínio parece contraditório, o especialista explica por que não é. "O problema está nos padrões de consumo individuais e nos produtos que vão de lá para cá". Há duas exceções notáveis, Pequim e Xangai, onde a emissão per capita é maior que a nacional. Dodman levanta o debate da mudança do perfil da industrialização, em parte também porque as transnacionais se deslocaram rumo aos emergentes em busca de salários mais baixos e lucros mais altos, escreve no recém-publicado "Blaming Cities for Climate Change? An Analysis of Urban Greenhouse Gas Emissions Inventories" ("Acusando Cidades Pela Mudança do Clima? Uma Análise dos Inventários de Emissões de Gases-estufa Urbanos"). Os inventários dos países alocam as emissões de onde os produtos são feitos, mas não se registra o carbono onde são consumidos. "Meus sapatos foram feitos na China. As emissões estão computadas lá, não aqui", diz.

Outra conclusão do trabalho é que relacionar bem-estar com emissões não é um elo inevitável. Tóquio tem emissões bem mais baixas do que Xangai e Pequim. "Isso indica que não há relação imprescindível entre prosperidade crescente e emissões aumentando", afirma. O estudo traz outra sugestão surpreendente - as cidades têm potencial para ser solução do problema climático. A alta densidade populacional permite soluções em escala para transporte, energia e aquecimento.

Cidade do Cabo e Durban, na África do Sul, vêm desenvolvendo planos integrados de transporte e transformando casas de baixa renda em lares de pouca emissão de carbono. "A vantagem, nas cidades, é que as novas ideias se espalham rápido", pontua o geógrafo. "O desafio das metrópoles nos países em desenvolvimento é de separar o crescimento da emissão de gases-estufa. De percorrer um novo caminho."

Governo amplia plano para geração de renda no campo – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 23/03/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anuncia hoje, em Salvador (BA), a transformação em "megaprojeto" de seu principal plano de redução da pobreza e geração de renda na área rural. Com um orçamento ampliado para R$ 23,5 bilhões, o programa Territórios da Cidadania será o carro-chefe da ação federal em 1.852 municípios com menos de 50 mil habitantes em 2009. Os principais alvos são as áreas mais pobres de regiões com os piores índices de desenvolvimento humano (IDH).

Acusado de "eleitoreiro" pela oposição quando foi lançado em fevereiro do ano passado, às vésperas da disputa municipal, o programa combinará 180 ações para organização da produção, infraestrutura, regularização fundiária, saneamento, água, educação e saúde. Em 2008, foram realizadas seis mil obras no país. Os recursos sairão dos cofres de 22 ministérios e são "carimbados" exclusivamente para esse conjunto de ações. "As acusações de partidarismo, de benefícios para prefeitos aliados, não se confirmaram", disse o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, ao Valor.

Programa contra pobreza rural
Os números do Territórios da Cidadania

Categorias	2008	2009
Orçamento (R$ bilhões)	12,912	23,529
Municípios	958	1852
População-alvo (milhões)	24	42,5
População rural (milhões)	7,8	13
Agricultores familiares	1	1,9
Assentados da reforma agrária* (mil)	319,4	525
Bolsa-família* (milhões)	2,3	3,9

"Fizemos, isso sim, uma blitz de políticas públicas e conseguimos fazer chegar recursos onde nunca chegavam. Havia orçamento, mas não se gastava por que essas regiões não tinham representação política, não tinham quem olhasse por elas", afirma. O Democratas questionou formalmente o programa no Supremo Tribunal Federal (STF).

O ministro argumenta que o programa, ao contrário, "tira poder" de deputados e senadores. "Isso acaba com o clientelismo da política tradicional. Não é a emenda que vai decidir onde aplicar o dinheiro", afirma o ministro.

A maior parte do dinheiro do programa vem dos ministérios do Desenvolvimento Social (40%), do Desenvolvimento Agrário (18%), da Saúde (12%) e da Educação (8,4%).

A dimensão do Territórios da Cidadania pode ser medida pelo alcance dos beneficiados nas 120 regiões escolhidas pelo governo. O público-alvo corresponde a um terço dos municípios brasileiros e abrange 23% da população total do país. As ações também beneficiam 46% da população rural e 67% dos assentados da reforma agrária. Também estão incluídos no programa 37% dos beneficiários do Bolsa-Família, além de comunidades indígenas, quilombolas e pescadores artesanais.

O governo federal comemora a aproximação com governadores e prefeitos. "Não resolvemos tudo, não é mágica", diz Cassel. "Mas dá racionalidade, faz as obras chegarem junto com os serviços, o que dá um sentido geral ao gasto público que não se tem olhando de Brasília". Os Estados de Rondônia, Bahia e Pará começaram a adequar seus planejamentos às ações do programa. "É prova de que não há cor política nessas ações".

Em 2008, o Territórios da Cidadania investiu R$ 9,3 bilhões do orçamento de R$ 12,9 bilhões. O programa prestou assistência técnica a 122,8 mil famílias de assentados da reforma agrária, recuperou ou implantou infraestrutura para 65,1 mil famílias (estradas, adutoras, casas) e adquiriu 137,5 mil hectares para a reforma agrária. Também concedeu R$ 998 milhões em crédito rural a agricultores familiares e realizou 86,8 mil ligações de energia elétrica. "Criamos uma nova energia social, que levanta críticas, cria brigas", diz Cassel. "É mais tenso, expõe os gestores, mas cria um mecanismo de cobrança concreta porque os problemas locais aparecem".

O balanço anual do programa mostra que os investimentos também avançaram na compra de equipamentos de saúde bucal, implantação de farmácias populares, contratação de agentes comunitários de saúde, aquisição de ônibus ou embarcações e no Programa de Atenção Integral à Família. "O programa deu certo. É um caso de sucesso que já virou referência internacional para a ONU e para a FAO", comemora o ministro.

O Territórios da Cidadania nasceu das discussões entre o MDA e a equipe da Casa Civil, mas tem suas raízes na experiência de orçamento participativo criado no Rio Grande do Sul, no início dos anos 90.

O ministro Cassel fez parte da equipe que montou as bases para o projeto gaúcho. A próxima etapa do megaprograma do governo será a criação de um sistema de avaliação dos impactos sobre o IDH das regiões mais pobres. Também será preciso, segundo Cassel, melhorar a transparência do programa com a disseminação de relatórios de acompanhamentos "com nome e sobrenome" dos responsáveis locais pelas ações. "Temos que ampliar o controle social e ter mais complementaridade do orçamento com os governos estaduais e municipais", receita Cassel.

A hora do clima – Carlos Albuquerque – O Globo – Ciência – 24/03/2009

Mais de 80 países, o Brasil entre eles, vão apagar as luzes contra o aquecimento

A hora é essa. No próximo dia 28, sábado, entre 20h30m e 21h30m, diversas cidades do Brasil e do mundo vão apagar as suas luzes para chamar a atenção para o aquecimento global.

Iniciativa da rede WWF, o evento, apropriadamente batizado de Hora do Planeta, é um ato simbólico no combate às mudanças climáticas.

No Brasil, mais de 30 cidades e 53 instituições aderiram ao movimento, que já conta com 2.140 localidades de 82 países. Ícones mundiais, como o Cristo Redentor, no Rio; a Torre Eiffel, em Paris; e a ponte Golden Gate, em San Francisco (EUA) serão apagados, marcando a adesão global ao evento.

— Com o gesto de apagar a luz, queremos passar uma mensagem de alerta contra o aquecimento global — afirma a secretária-geral do WWFBrasil, Denise Hamú. — Temos a ambição de, através de um simples ato simbólico, provocar uma mudança de comportamento, que faça com que não apenas governos e instituições mas também cidadãos comuns se engajem e tenham mais compromisso com o planeta.

O evento aconteceu pela primeira vez em Sydney, na Austrália, em 2007, como um movimento local. — Desde então, o evento tem crescido de forma impressionante, se espalhando no ano seguinte por 35 países — conta o australiano Andy Ripley, diretor-executivo da Hora do Planeta. — Com o crescimento, ampliamos o nosso foco para a causa maior, que é o aquecimento global.

De acordo com Ripley, o evento vai servir como "um mandato" para que os políticos se engajem cada vez mais no debate sobre as mudanças climáticas, na esperança que, no fim do ano, durante a Conferência do Clima, da ONU, em Copenhague, na Dinamarca, se consiga chegar, enfim, a um novo acordo que possa suceder, satisfatoriamente, o Protocolo de Kioto, que expira em 2012.

— Passamos aos políticos a mensagem de que confiamos neles para que façam bem o seu papel em Copenhague — explica Ripley.

Esta é a primeira vez que o Brasil ("Um dos países-chave para as negociações em Copenhague", segundo Ripley) participa da campanha.

Apesar de possuir uma matriz energética limpa — 85% do território nacional é abastecido por hidrelétricas — e ter um baixo consumo per capita de energia, a "dívida" do país com o clima se dá através do desmatamento. A devastação das florestas — principalmente a Floresta Amazônica — é responsável por 75% das emissões de CO2 do Brasil, fato que coloca o país entre os cinco maiores emissores de gases-estufa.

— A participação do Brasil na Hora do Planeta é extremamente importante para chamar ainda mais a atenção para o desmatamento — diz Denise Hamú. — Além disso, o país tem um peso muito grande nas atuais negociações climáticas.

Mas como lembra Roberto Schaffer, professor de planejamento energético da Coppe/UFRJ, apesar de o Brasil ter uma matriz limpa, as emissões de outras fontes, como

agricultura e energia elétrica, não devem ser menosprezadas na busca por um desenvolvimento sustentável.

— Embora nossa matriz seja limpa, ela pode ficar suja se construirmos térmicas a carvão ou óleo combustível — afirmou Schaffer.

— Quanto mais eficiente formos, menos vamos precisar dessas usinas consideradas sujas.

MMA e Polícia Federal unem forças para combater crimes ambientais – Carlos Américo - Sítio Eletrônico do MMA – 24/03/2009

Os ministérios do Meio Ambiente e as Polícias Federal e Rodoviária Federal, do Ministério da Justiça, vão trabalhar em conjunto para combater o desmatamento, com ações integradas permanentes. A partir de abril, a Comissão Interministerial de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais (Ciccia) vai se reunir todas as semanas para definir as estratégias das operações contra o desmatamento. A idéia é criar um mecanismo de inteligência que possibilite a intervenção antecipada para coibir as ações que representem ameaças ao meio ambiente. A primeira reunião da comissão aconteceu nesta terça-feira (24), no Ministério da Justiça.

Segundo o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, as ações vão focar também nas novas formas do desmatamento. "O desmatamento mudou o perfil e migrou para outras áreas. Antes eram em propriedades com mais de 200 hectares e agora atinge também as com menos de 100 hectares. Isso vai implicar em novas táticas conjuntas", explicou o ministro. Além da Amazônia, as ações incluem também os crimes de degradação do cerrado, da caatinga e da Mata Atlântica. Para o secretário nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Ricardo Balestreri, a comissão é uma concentração de força para o trabalho de repressão ao crime ambiental.

Uma vez por mês, a comissão irá avaliar e direcionar o foco de ações, além de elaborar um plano logístico das operações. Participam os ministérios do Meio Ambiente e da Justiça, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Força Nacional de Segurança Pública, o Instituto Chico Mendes e o Ibama. Para Minc, essas ações ajudarão o Brasil a atingir a meta de redução do desmatamento em 70% até 2017, como está previsto do Plano Nacional sobre Mudança do Clima. O ministro lembrou que o governo federal está realizando a Operação Arco Verde nos municípios que mais desmataram em 2008 para substituir o modelo econômico predatório local por formas sustentáveis de exploração econômica.

Mais sete municípios na lista dos maiores desmatadores – Lucia Leão - Sítio Eletrônico do MMA 24/03/2009

O ministro Carlos Minc divulgou nesta terça-feira a nova lista dos municípios que mais desmatam a floresta amazônica. À lista original, publicada em fevereiro de 2008, foram incluídos mais sete municípios: quatro do Pará - Marabá, Pacajá, Itupiranga e Tailândia -, um do Mato Grosso - Feliz Natal, um do Maranhão - Amarante do Maranhão - e um de Roraima - Mucajaí. Estas duas últimas unidades da Federação aparecem pela primeira vez no *ranking* dos desmatadores.

O principal critério para inclusão dos novos municípios é o fato de eles terem desmatado 200 km2 ou mais do seu território em 2008. O campeão foi Marabá, que perdeu 338 km2 do bioma. Já Amarante do Maranhão, apesar de só ter desmatado 53 km2, foi listado por tratar-se de uma nova frente de desmatamento que deve ser contida. Tailândia também não atingiu os 200 km2 de desmatamento mas já estava sendo foco de atenção do governo e foi incluída em função do seu histórico de devastação (só lhe resta 55% da cobertura florestal original) e da tensão social provocada pelos recentes conflitos com madeireiros.

A inclusão de Mucajaí - município completamente afastado do chamado "arco do desmatamento", por onde a fronteira agrícola avança sobre a Amazônia e onde se concentram os demais integrantes da lista - resultou, segundo o ministro, de desmatamento para assentamento rural.

Já os municípios de Alta Floresta, Porto dos Gaúchos e Nova Maringá, todos no Mato Grosso, que constam da primeira lista, conseguiram reduzir seus índices de desmatamento - derrubaram menos de 40 km2 de florestas em 2008 e conseguiram reduzir em 60% seus índices de desmatamento no biênio 2007/2008 com relação ao período 2004/2006 - e estão aptos a serem excluídos desde que realizem o Cadastro Ambiental Rural em pelo menos 80% dos seus territórios, o outro critério da portaria do MMA para o município ser considerado com o desmatamento monitorado e controlado.

Apesar de aumentar de 36 para 43 o número dos municípios, a primeira revisão da lista dos desmatadores, na avaliação do ministro Carlos Minc, demonstra o acerto na estratégia do governo de focar suas ações onde o desmatamento ilegal é mais grave. Tanto que se registrou uma queda substancial da devastação na maioria dos 36 municípios inicialmente identificados como principais devastadores. No final de 2007 eles eram responsáveis por 50% das perdas do bioma. Hoje eles respondem por 42%.

"Isso foi resultado de uma ação muito focada do governo. Da instalação das barreiras de fiscalização, do leilão dos bois piratas, das restrições de crédito, do ajuizamento de ações contra desmatadores e de uma série de iniciativas para reprimir a devastação. Nós vamos

continuar fazendo isso tudo, mas também vamos apoiar as boas iniciativas, porque nosso objetivo é não ter mais nenhum município nessa lista", afirmou o ministro.

A lista dos maiores desmatadores foi instituída em com base em decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dezembro de 2007 que teve por objetivo para inibir o avanço do desmatamento ilegal na Amazônia, especialmente nos municípios onde essa prática é mais acentuada. Os proprietários de terras nesses municípios são obrigados a recadastrar seus imóveis junto ao Incra e fornecer informações georreferenciadas para que eles possam ser mapeados. Com essas informações o governo pode identificar os responsáveis por cada hectare desmatado e aplicar as sanções que o mesmo decreto do presidente também tornou mais rigorosas: além da aplicação de multas, as propriedades onde há desmatamento ilegal ficam sujeitas a embargo agropecuário, ou seja: estarão proibidas de comercializar seus produtos e de receber crédito de instituições oficiais e perderão seus registros junto aos órgãos ambientais e à Receita Federal.

Agora, segundo Minc, o governo espera melhorar ainda mais o resultado nesses municípios somando às ações de fiscalização e repressão as intervenções da Operação Arco Verde, que vão promover a legalização fundiária e ambiental e apoiar o desenvolvimento sustentável. A Operação é coordenada pela Casa Civil e, num primeiro momento, envolve os ministérios do Meio Ambiente, Agricultura e Desenvolvimento Agrário. Os municípios listados também terão prioridade para aprovar projetos no Fundo Amazônia e acessar o financiamento do Pro-Recuperação, linha de crédito facilitada (12 anos de carência e juros de 4% a.a) disponibilizada no Banco da Amazônia e no Banco do Brasil para recomposição de APPs e reserva legal.

"É claro que a fiscalização e a repressão ao desmatamento e aos crimes ambientais tão fundamentais, e serão ainda mais fortalecidos. Mas precisamos também estratégias construtivas, de oferecer alternativas de se fazer certo", disse Minc.

Veja Lista.

1 - Alta Floresta (MT) (pode sair da lista)

2 - Amarante do Maranhão (MA) (incluído)

3 - Altamira (PA)

4 - Aripuanã (MT)

5 - Brasil Novo (PA)

6 - Brasnorte (MT)

7 - Colniza (MT)

8 - Confresa (MT)

9 - Cotriguaçu (MT)

10 - Cumaru do Norte (PA)

11 - Dom Eliseu (PA)

12 - Feliz Natal (MT) (incluído)

13 - Gaúcha do Norte (MT)

14 - Itupiranga (PA) (incluído)

15 - Juara (MT)

16 - Juína (MT)

17 - Lábrea (AM)

18 - Machadinho D´Oeste (RO)

19 - Marabá (PA) (incluído)

20 - Marcelândia (MT)

21 - Mucajaí (RR) (incluído)

22 - Nova Bandeirantes (MT)

23 - Nova Mamoré (RO)

24 - Nova Maringá (MT) (pode sair da lista)

25 - Nova Ubiratã (MT)

26 - Novo Progresso (PA)

27 - Novo Repartimento (PA)

28 - Pacajá (PA) (incluído)

29 - Paragominas (PA)

30 - Paranaíta (MT)

31 - Peixoto de Azevedo (MT)

32 - Pimenta Bueno (RO)

33 - Porto dos Gaúchos (MT) (pode sair da lista)

34 - Porto Velho (RO)

35 - Querência (MT)

36 - Rondon do Pará (PA)

37 - Santa Maria das Barreiras (PA)

38 - Santana do Araguaia (PA)

39 - São Félix do Araguaia (MT)

40 - São Félix do Xingu (PA)

41 - Tailândia (PA) (incluído)

42 - Ulianópolis (PA)

43 - Vila Rica (MT)

ONU quer meta ambiental para Pequim – Valor Econômico – Internacional – 24/03/2009

A China, a maior produtora de gases geradores do efeito estufa, e dezenas de países em desenvolvimento serão solicitados a aceitar suas primeiras metas numéricas de todos os tempos de redução da poluição responsável pelo aquecimento global. A solicitação deve ocorrer na semana que vem.

Os cortes, correspondentes ao período de 2000 a 2050, constam de uma proposta destacada pela ONU num documento que orienta as negociações, a se realizarem em Bonn, na Alemanha. A ONU vai supervisionar conversações entre 192 países até dezembro.

A ONU reduziu centenas de propostas em circulação para fazer com que países ricos e pobres se concentrassem em fechar o fosso que ameaça impossibilitar um acordo. Os países estão agora mais próximos de concordar em torno do ano de 2050 para a fixação de uma meta de longo prazo de controle de emissões e em torno de como custear as reduções de gases geradores de efeito estufa por parte dos países pobres, disse a ONU.

"Numa série de áreas existe uma convergência inquestionável, na qual os países estão bem próximos entre si", disse Yvo de Boer, a autoridade máxima da ONU na área de clima. No entanto, "há uma série de esferas em que muitas lacunas têm de ser preenchidas".

A China e a Índia estão entre os países em desenvolvimento que se recusaram a adotar quaisquer metas enquanto os países industrializados não forem os primeiros a promover reduções. Elas argumentam que os EUA e a Europa foram responsáveis pela maior parte do acúmulo das emissões que aprisionam calor na atmosfera e estão aquecendo o planeta, que remontam ao início da era industrial.

A China ultrapassou os EUA em emissões de dióxido de carbono em 2006, quando emitiu 6,02 bilhões de toneladas do composto na atmosfera, segundo o governo americano.

A meta proposta para os países menos desenvolvidos é nova, uma vez que não fazia parte de uma sinopse semelhante da ONU preparada antes das últimas conversações sobre mudança climática, realizadas em dezembro na cidade polonesa de Poznan.

Uma "blitz" por novas regras ambientais – Valor Econômico – Agronegócios – 24/03/2009

Conforme Gilman Viana, presidente do fórum nacional dos secretário de Agricultura, o produtor precisa de estímulo

Os secretários estaduais de Agricultura começam hoje uma "blitz parlamentar" para pressionar o Congresso Nacional a alterar as regras ambientais estabelecidas em 1965 pelo Código Florestal. Em reunião no Ministério da Agricultura, os secretários vão selar um amplo acordo com a bancada ruralista para derrubar os pontos mais restritivos do decreto de crimes ambientais patrocinado pelo Ministério do Meio Ambiente. Eles também querem costurar um acordo para a revisão do código nos moldes do interesse do setor.

Entre os principais pontos, está a fixação de uma compensação para garantir o reflorestamento de áreas desmatadas. Pode ser uma compensação fiscal, tributária ou financeira aos produtores. "Se o produtor comprou uma área desflorestada, precisa ter um estímulo para recompor essas áreas", defende o presidente do fórum nacional dos secretários, o dirigente mineiro Gilman Viana. "Ele precisa de uma compensação".

Influente interlocutor no setor rural, o secretário de Minas Gerais também advoga o pagamento pelos serviços ambientais prestados pelos produtores. " A sociedade precisa entender que a manutenção de áreas intocadas tem um alto custo ao produtor", diz ele. "Por isso, temos que fazer essa mobilização parlamentar para deixar claro o ponto de vista do setor".

A revisão do Código Florestal virou a principal bandeira dos ruralistas. Os secretários devem estabelecer um acordo para incluir áreas de reserva legal na cálculo da Área de Preservação Permanente (APP). Na Amazônia Legal, a reserva legal mínima exigida é de 80% das propriedades. Nas áreas de Cerrado dentro de Estados da Amazônia Legal, chega a 35%. Nos demais regiões, a 20%.

A "blitz legislativa" capitaneada pelos secretários inclui, ainda, a permissão para compensar eventuais obrigações de reflorestamento em áreas situadas em outras bacias hidrográficas ou até outros Estados. A campanha dos secretários influirá nos debates das comissões de Meio Ambiente e de Agricultura, que analisam projetos de lei para alterar o Código Florestal.**(MZ)**

Sequestro oceânico de CO2 falha em teste – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 25/03/2009

Experimento em grande escala no Altântico Sul contraria proposta de "adubar" oceanos com ferro para mitigar efeito estufa

Ideia era estimular produção de algas para capturar o carbono, mas esses organismos acabaram devorados por predadores

A natureza acaba de pregar uma peça em cientistas que testavam uma nova técnica contra o aquecimento global. Um experimento em larga escala realizado no Atlântico Sul para testar essa técnica, a fertilização dos oceanos com ferro, mostrou-se um fracasso. Os resultados do teste, divulgados ontem por pesquisadores da Alemanha e da Índia, lançam um balde de água fria na chamada geoengenharia, nome dado às soluções tecnológicas mirabolantes para amenizar a mudança climática.

De todos os esquemas de geoengenharia já propostos (coisas que incluem até mandar guarda-sóis gigantes para o espaço, por exemplo), a fertilização dos oceanos é o que tem o maior potencial.

A ideia é relativamente simples: despejar quantidades maciças de ferro na superfície de oceanos em altas latitudes, onde há muitos nutrientes na água, mas pouca clorofila.

Carbono trancado

O ferro funcionaria como "adubo", estimulando o crescimento de algas unicelulares. Essas algas passariam, então, a fazer fotossíntese, retirando gás carbônico da água e produzindo oxigênio. Ao morrerem e se depositarem no fundo do mar, elas ajudariam a manter esse carbono "trancafiado". Com menos CO2 dissolvido, o oceano poderia absorver o excesso de carbono lançado na atmosfera pelos humanos.

A proposta teórica da fertilização com ferro de grandes áreas dos oceanos foi feita pela primeira vez em 1990 pelo cientista americano John Martin, mas foi testada em campo apenas dez vezes. Em todos esses testes o ferro lançado na água de fato estimulava a multiplicação de algas e a fotossíntese, mas o efetivo "enterro" do carbono e quanto CO2 poderia ser absorvido por ano não puderam ser medidos.

Entra em cena o Lohafex, um experimento conduzido por dois meses no tempestuoso Atlântico Sul por um grupo do Instituto Alfred Wegener, da Alemanha, e do Instituto Nacional de Oceanografia de Goa.

A região foi escolhida por ter maior potencial de sequestro de carbono do que as áreas do oceano Austral onde outros experimentos semelhantes foram realizados, e por ter tipos diferentes de alga.

A bordo do navio quebra-gelo alemão Polarstern, o grupo de pesquisadores despejou 6 toneladas de ferro no mar ao longo de 300 quilômetros quadrados. Como era esperado, a "adubação" realmente estimulou o crescimento de algas (ou fitoplâncton), que dobraram sua biomassa em um período de duas semanas.

E foi aí que o tiro literalmente começou a sair pela culatra. O excesso de fitoplâncton logo chamou atenção de copépodes, microcrustáceos que se alimentam de algas. Com comida de sobra, os copépodes se multiplicaram, o que por sua vez atraiu anfípodes (grupo de crustáceos maiores).

Algas erradas

Depois de 39 dias, segundo um comunicado à imprensa do Instituto Alfred Wegener, as concentrações de clorofila na área adubada entraram em declínio e tudo o que sobrou foi "um cardume de anfípodes bem-nutridos". O sequestro de carbono obtido com o experimento foi "desprezível".

Segundo o oceanógrafo Victor Smetacek, um dos líderes da pesquisa, estimativas anteriores sugeriam que até 1 bilhão de toneladas de carbono poderiam ser sequestradas pela fertilização. "Nossos resultados mostram que essa cifra é otimista demais", afirmou Smetacek à Folha.

O problema, diz, foi que as algas "erradas" se multiplicaram -e não as chamadas diatomáceas, que têm uma carapaça calcária que as protege contra predadores. Naquela região, o mar é pobre em silício, elemento que as diatomáceas usam para fazer sua carapaça. Portanto, a multiplicação das algas "certas" foi baixa. "Não houve tempo para produzir biomassa em excesso que afundasse depois", disse o pesquisador.

Mais temporais, menos garoas – Soraya Aggege - O Globo – Ciência – 25/03/2009

Aquecimento global altera regime de chuvas no país com danos para cultivos

Uma pesquisa desenvolvida pelo Departamento de Agrometeorologia da Embrapa, em Minas Gerais, revela que o Brasil está sofrendo uma mudança severa no regime de chuvas. As chuvas leves e as garoas, consideradas benéficas, estão sendo substituídas pelos temporais nos últimos anos, de maneira crescente.

A quantidade de água é a mesma, mas a magnitude das precipitações tem se acentuado. E a causa é o aquecimento global.

A pesquisa, desenvolvida por Daniel Pereira Guimarães, da Embrapa Batata e Sorgo, utiliza uma das séries mais longas de dados coletados no Brasil: de 1889 até 2008. A cidade de Curitiba foi usada como modelo no estudo. Mas os mesmos dados estão se repetindo em várias cidades brasileiras, segundo Guimarães: — Podemos atestar que essa situação está ocorrendo em todo o país.

As médias de precipitações leves, consideradas as mais benéficas para a agricultura e que não causam estragos no meio urbano, de 5 milímetros de precipitação por dia, estão praticamente desaparecendo.

Ao mesmo tempo, a frequência de chuvas com mais de 50 milímetros de precipitação por dia, estão aumentando.

— As chuvas de alta magnitude praticamente dobraram em todo o país, enquanto as leves estão se tornando raras— afirmou.

De acordo com o pesquisador, nas metrópoles onde a urbanização e o desmatamento são maiores, como São Paulo, os efeitos se agravam ainda mais.

— São Paulo, por exemplo, antiga "terra da garoa", praticamente não tem mais garoas.

É como se o efeito que verificamos no resto do país se ampliassem nas regiões mais desmatadas e urbanizadas.

O cientista frisou que muitas vezes a população não percebe as mudanças porque elas não ocorrem de maneira sequencial: — Não temos dúvidas de que as chuvas finas estão diminuindo, dando lugar às grandes precipitações porque nossa cobertura é de mais de 100 anos de análises.

Ele frisou que Brasil é um dos países com mais dados sobre concentrações de chuvas. Com a criação da Agência Nacional das Águas (Ana), em 2000, foram organizados bancos de dados contendo milhares de séries históricas em todos os estados da federação.

— Isso possibilitou uma série histórica muito satisfatória. Infelizmente, as constatações que temos feito superam as piores previsões do IPCC— disse.

Aumento de erosão e assoreamento de rios

De acordo com o pesquisador, os piores danos causados pela mudança no regime das precipitações são o aumento das erosões e do assoreamento dos rios, além dos prejuízos diretos que os temporais sempre causam nas metrópoles. Para a agricultura, no entanto, embora as chuvas finas sejam as mais benéficas, já existe tecnologia disponível para proteção do solo.

Outra pesquisa da Embrapa indicou que as temperaturas mínimas sofreram um aumento de 4 graus Celsius nos últimos 100 anos, durante os meses de inverno. Neste caso, os efeitos para a agricultura são piores.

— Essa situação tem se acentuado e já verificamos que os invernos estão sendo reduzidos— afirmou o cientista.

De acordo com ele, as culturas perenes, como pastagens, fruteiras, canaviais e cafezais sofrerão mais o impacto da elevação das temperaturas mínimas no inverno.

Guardas-parque começam a ser capacitados para proteção das Ucs – Suelene Gusmão - Sítio Eletrônico do MMA – 25/03/2009

Até o final do ano, 200 bombeiros e policiais militares estaduais estarão aptos a exercer a função específica de proteção ambiental nas unidades de conservação federais situadas em áreas do estado de sua origem. Desde segunda-feira (23), está sendo ministrado o primeiro curso de capacitação dos guardas-parque no quartel da Polícia Militar do Pará. O treinamento dos guarda-parque faz parte dos programas de segurança ambiental, coordenados pelos ministérios da Justiça e do Meio Ambiente e criados por meio de decreto. Além da figura dos guardas-parque, o decreto criou o programa guarda ambiental nacional, com o objetivo de desenvolver ações de cooperação federativa na área ambiental.

A primeira turma composta de 50 alunos está recebendo noções de ecologia, políticas públicas e meio ambiente, educação ambiental, programas de uso uso, unidades de conservação, comunicação e meio ambiente, antropologia, negociação de conflitos socioambientais, combate a incêndios florestais e primeiros socorros e urgências. Da primeira turma participam militares dos estados do Pará, Maranhão e Piauí.

No curso de capacitação, além de instrutores policiais e bombeiros, estão servidores do MMA, do Ibama, do Instituto Chico Mendes, do Ministério Público Federal e Territórios, da Universidade de Brasília (UnB) e da Companhia de Saneamento do Distrito Federal (Caesb). Os professores são profissionais com experiências anterior em capacitação de servidores policiais militares e titulações acadêmicas como procuradores, mestres e doutores .

O Ministério do Meio Ambiente firmará convênios com os estados para o fornecimento dos equipamentos necessários ao fortalecimento da atuação do guarda-parque em cada unidade de conservação, em parceria com os servidores da área ambiental de postos florestais de proteção nessas unidades.

Programa prevê habitações populares ambientalmente sustentáveis – Lucia Leão - Sítio Eletrônico do MMA – 25/03/2009

Energia solar, reaproveitamento de água, sistemas de coleta e tratamento de esgoto, madeira de origem certificada. Esses são alguns dos materiais e tecnologias que vão garantir sustentabilidade ambiental ao Programa Minha Casa Minha Vida, lançado nesta quarta-feira (25) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a meta de construir um milhão de casas para famílias brasileiras de baixa renda. Mas, acima de tudo, é a própria oferta de habitações que reduzirá o impacto dos grandes aglomerados urbanos sobre o meio ambiente. Essa é a avaliação do ministro do Meio Ambiente Carlos Minc, que participou da solenidade de lançamento do Programa ao lado de outros onze ministros, treze governadores e dezenas de parlamentares, além de representantes de movimentos sociais e entidades empresariais.

"A habitação popular, por si só, é ótima para o meio ambiente. A oferta de casas dignas em áreas regularizadas é o melhor antídoto contra a favelização. Quem não tem casa constrói na encosta dos morros e margens dos rios. Destroem e poluem e também são as primeiras vítimas dos deslizamentos e inundações", constatou o ministro.

As tecnologias e materiais ambientalmente sustentáveis vão variar dependendo da região do país. Em algumas localidades, por exemplo, poderão ser instalados sistemas de coleta e

reaproveitamento de água de chuva. Já as placas solares devem ser utilizadas em todas as cidades.

Com base em estudos técnicos e experiências piloto realizadas no Rio de Janeiro - onde já se utiliza placas solares em casas populares - o aproveitamento da energia solar, mesmo que apenas para substituir os chuveiros elétricos nas habitações do programa, pode poupar 520 megawatts (MW) de energia/ano e evitar a emissão de 830 mil toneladas de gases poluentes. O custo estimado para a instalação dos equipamentos é de R$ 1,9 mil por habitação, o que corresponde a cerca de 3% do valor da obra.

"Isso não é custo, é investimento que vai virar economia. Será sentida no bolso dessas famílias, que vão pagar menos de conta de luz, e pelo ambiente, que será menos poluído".

O Programa também prevê mais rapidez e simplificação dos procedimentos para os licenciamentos ambientais dos projetos de casas populares. Resolução nesse sentido será apreciada na próxima reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que será realizada até o final de abril.

A proposta em pauta prevê procedimento uniforme e simplificado para o licenciamento de empreendimentos até 100 habitações; licença única para todo o empreendimento; um critério único para todos os estados; e um prazo máximo de 60 dias para a expedição da licença ambiental. As condições para o licenciamento serão: preservação de áreas de proteção permanente; o empreendimento não pode estar localizado em área de risco e terá que ter infra-estrutura de esgoto, entre outros.

Solos: riquezas desperdiçadas - Alain Ruellan – Valor Econômico – Opinião - 25/03/2009

Reduzir a área de proteção permanente na Amazônia beneficiará proprietários privados, ao preço do sacrifício público

O solo é um bem precioso para as sociedades humanas, uma das fontes fundamentais do bem-estar dos povos. As sociedades humanas vivem sobre os solos e enraizadas dentro dos solos. É possível dizer que elas vivem dos solos: elas se alimentam a partir deles, acham nos solos diversos materiais de que precisam para se vestir, morar, se cuidar, fabricar os instrumentos da vida quotidiana, e também para expressar a sua cultura e as suas crenças. E é o solo que, em grande parte, gera a dinâmica e a qualidade das águas necessárias para os seres vivos, determina a composição da atmosfera e acolhe a biodiversidade do mundo.

Portanto, as "coberturas de solos" asseguram funções essenciais, para a vida em geral e para a vida dos homens em particular: o bem-estar das sociedades humanas depende do bem-estar dos solos. Mas também o bem-estar dos solos depende muito da maneira como são tratados pela sociedade.

Na escala do planeta, o solo é aparentemente pouca coisa: apenas uma película, uma fina camada de "terra" localizada na superfície dos continentes, cuja espessura varia de alguns centímetros a alguns metros. Daí sua grande fragilidade.

Os solos se formam devagar, em relação estreita com os outros atores do meio terrestre: água, ar, vida, rochas. Hoje as atividades humanas podem transformar os solos muito rápido, até mesmo destruí-los, com consequências graves, locais e mundiais, sobre os outros atores: água, ar, vida, homens e a Terra inteira.

Qualquer intervenção humana sobre o meio ambiente, qualquer uso dos solos pelas sociedades humanas, modifica os solos e as suas funções. As mudanças podem ser positivas: na Amazônia, a "terra preta do índio" é um exemplo importante da capacidade de os homens melhorarem a qualidade dos solos. Outros exemplos são os terraços de cultivo sobre vertentes com forte declividade, os pôlderes das planícies costeiras, os groves, os enriquecimentos orgânicos e minerais pelos adubos e estrumes.

Mas, em geral, as transformações dos solos em consequência das atividades humanas são negativas: acontece degradação dos solos, de suas características e funções e, consequentemente, ocorre também degradação das águas, do ar, da biodiversidade. É claro que o conjunto dessas degradações atinge o bem-estar das populações humanas que vivem nesses e desses solos. O resultado é a poluição dos solos e das águas, com as suas consequências sanitárias; destruição da estrutura superficial do solo, o que facilita os escoamentos, as inundações, a erosão das camadas superiores e as mais ricas do solo. Todo este processo incide negativamente na qualidade do ar e na salinização da terra e da água.

Os custos desta destruição raramente são tomados em consideração no balanço econômico e social dos resultados do manejo de uma região. Na Bretanha (França), por exemplo, a política agrícola aplicada desde os anos 1970 propiciou a destruição das cercas vivas do Bocage. Em seu lugar surgiu o milho (produto mal adaptado à região), voltado à criação animal estabulada, intensiva e produtora de imensa quantidade de esterco líquido. Durante alguns anos, a política enriqueceu os mais prósperos entre os agricultores, mas empobreceu o conjunto da sociedade, rural e urbana, e degradou o meio natural. Os prejuízos apareceram sob a forma de poluição, pelos nitratos do lençol freático, de eutroficação dos meios costeiros, de diminuição das biodiversidades, de compactação e erosão dos solos. Isso custa caro e é pago por todos os membros da sociedade, atual e futura.

Na Amazônia, a substituição da floresta por uma agricultura inadaptada se traduz também em um grande e pouco recuperável empobrecimento dos solos. A matéria orgânica evapora na atmosfera na forma de CO2, contribuindo assim para o aquecimento climático. Além da perda de matéria orgânica, ocorre a lixiviação muita rápida dos já fracos teores em nutrientes minerais. Isso para não falar do empobrecimento biológico e da erosão. Como os solos são bastante espessos, leva tempo para que desapareçam. Mas os primeiros anos de erosão destroem os horizontes superiores que são os mais ricos.

Um cálculo econômico tem que ser feito: as perdas em "capitais naturais", os empobrecimentos em grande parte irreversíveis, devem ser avaliados. Não se pode continuar a calcular as vantagens e os inconvenientes da substituição da floresta pela agricultura e pelo gado sem incluir nesses cálculos as perdas em riquezas naturais, em particular as perdas de solos e as consequências disso sobre o bem-estar atual e futuro dos meios e das sociedades. De fato, quem vai pagar as consequências do empobrecimento em matéria orgânica e mineral, as consequências das erosões dos solos, das mudanças hidrológicas, das mudanças climáticas locais e regionais? Os que vivem nessas regiões, e não os que já se beneficiaram da exploração.

O solo é uma das mais geniais invenções da nossa Terra. Criado e formado pela vida, de maneira contínua, é o solo que permite o nascimento, o desenvolvimento, a diversificação e a renovação da vida dos continentes. E é o solo que permite que a vida resista às condições desfavoráveis da sua história (secas, inundações, temperaturas excessivas). A vida faz o solo e o solo permite a continuidade da vida: o solo permite que a vida se diferencie e se perpetue; a vida assegura ao solo a continuidade da sua formação e da sua evolução; o solo assegura a vida o essencial do seu "bem-estar", do seu conforto, particularmente para as sociedades humanas.

Portanto, qualquer empobrecimento, morfológico, físico, químico, biológico dos solos tem um custo que, na maior parte das vezes, não é assumido pelos "proprietários", e sim pela sociedade em geral.

Reduzir a área de proteção permanente das propriedades na Amazônia, como algumas correntes preconizam, significa beneficiar proprietários privados, ao preço de um sacrifício público presente e futuro cujos custos para a sociedade e para a natureza são muito maiores que os ganhos particulares eventualmente alcançados com sua implantação.

Alain Ruellan é professor emérito de Ciência do Solo, AgroCampus Rennes, foi presidente da Associação Internacional de Ciência do Solo e diretor do Programa Meio Ambiente do Conselho Nacional da Pesquisa Científica e Tecnológica (França) - ruellan@agropolis.fr

Código florestal – Valor Econômico – Agronegócios – 25/03/2009

A Frente Parlamentar da Agropecuária informou que se reúne hoje na Câmara para discutir os impactos da legislação ambiental sobre a produção agrícola e debater a necessidade de reformulação do Código Florestal. Na semana passada, lembrou a assessoria de imprensa da frente, o Ministério da Agricultura apresentou dez itens de uma proposta para mudança no código, que está em vigor desde 1965. Embora considere o Código Florestal ultrapassado e confuso, a frente concorda com algumas medidas, entre as quais a inclusão da reserva legal dentro das áreas de proteção permanente (APP).

Ibama multa fazendas da área em R$ 42 milhões – Folha de São Paulo – Brasil – 26/03/2009

Três fazendas na reserva Raposa/Serra do Sol (RR) serão autuadas por explorar áreas não licenciadas e de proteção ambiental. O Ibama detectou 8.578 hectares de terras usadas ilegalmente por arrozeiros. A multa será de ao menos R$ 42 milhões.
A fazenda Providência, de Paulo César Quartiero, um dos principais líderes dos arrozeiros, receberá a maior multa -de no mínimo R$ 21 milhões-, por degradar área sem licença, de reserva ambiental e de proteção permanente. Quartiero responde a mais oito processos referentes a desmatamento.
As duas outras fazendas em que o Ibama detectou irregularidades são a Canadá e a Tatu. Ivo Barili, proprietário da Tatu, cuja multa está avaliada em, no mínimo, R$ 3,5 milhões, disse que só plantou em área licenciada e deve recorrer. "A única saída que tem agora é me prenderem, para eu comer às custas do governo", disse ele.
O dono da Canadá, Genor Luiz Faccio, e Quartiero não foram encontrados para comentar o parecer.

Minc reitera compromisso de concluir ZEE da Amazônia em 2009 – Lucia Leão – Sítio Eletrônico do MMA – 26/03/2009

O ministro Carlos Minc reiterou nesta quinta-feira (26) o compromisso do Ministério do Meio Ambiente de concluir, até o final deste ano, o macrozoneamento ecológico-econômico da Amazônia, que ele considera o principal instrumento para se estabelecer a fronteira da legalidade na região e planejar o seu desenvolvimento sustentável. Na saudação que fez aos participantes da reunião do Consórcio ZEE Brasil com representantes dos governos dos estados da região, Minc pediu o empenho de todos tanto na conclusão dos ZEEs estaduais onde eles ainda não foram aprovados, como na elaboração do macrozoneamento que, mais do que a soma dos documentos regionais, deve compatibilizar interesses, dirimir conflitos e orientar estratégias de interesse regional e do País.

"Vamos concluir o macrozoneamento ecológico-econômico da Amazônia até o final de 2009 e vamos colocar a Amazônia num outro patamar de desenvolvimento e dignidade para esses 25 milhões de pessoas que vivem lá e têm o direito de ter conforto, de alimentarem suas famílias e não serem os vilões da destruição da floresta e da elevação da temperatura do planeta", afirmou o ministro.

O seminário sobre o Macrozoneamento da Amazônia foi convocado pela coordenação do ZEE Brasil para conhecer o estado da arte do zoneamento ecológico-econômico de cada estado, identificar possíveis entraves e dificuldades no processo e definir como cada participante do consórcio deve intervir para superá-los e garantir celeridade. O Maranhão, por exemplo, acaba de firmar convênio com o Consórcio ZEE Brasil e receberá apoio técnico e financeiro para elaborar seu documento.

O Amapá também ainda está na fase de elaboração do documento e Tocantins já dispõe de zoneamento agroecológico. O Pará, que já realizou um macrozoneamento, optou por realizar ZEEs pontuais, como o da BR-163. Rondônia, Acre e Roraima já concluíram e estão utilizando a ferramenta enquanto Mato Grosso e Amazonas ainda dependem da aprovação do legislativo.

Segundo Roberto Vizentin, diretor do Departamento de Zoneamento Territorial do MMA, o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia pode ser concluído sem todos os zoneamentos estaduais.

"Isso é possível, mas não é desejável. A rigor, nós deveríamos ter começado com o macro, que daria as grandes diretrizes e os balizamentos para os zoneamentos estaduais. Mas por questões históricas isso não aconteceu. Agora estamos fazendo o caminho inverso, de partir das partes para fazer o todo. Então o ideal é que tenhamos todas as partes".

Fundo Amazônia - O ministro Carlos Minc aproveitou o encontro com os representantes dos estados amazônicos, durante a reunião do ZEE, para fazer um balanço da atuação do Ministério na região durante a sua gestão, que completará dez meses nos próximos dias. Ele disse que depois de um grande esforço de fiscalização e repressão, cujos resultados se refletiram na redução dos índices de desmatamento, o governo avançou na oferta de alternativas para o desenvolvimento da região, entre elas as ações da Operação Arco de Fogo e o Fundo Amazônia, que ontem recebeu doação de US$ 110 milhões do governo da Noruega.

Mudança do Código Florestal em pauta – Mauro Zanatta – Valor Econômico – agronegócios – 26/03/2009

A bancada ruralista fechou ontem um acordo para votar, na Câmara dos Deputados, o projeto de lei que altera o Código Florestal, em vigor desde 1965. A proposta, em tramitação na Comissão de Meio Ambiente, teria apoio irrestrito do presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), em razão da ampla votação a ele dada pelos ruralistas na recente disputa pelo comando da Casa.

O projeto de lei, de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), contém pontos altamente polêmicos nos debates com os ambientalistas. Entre os mais discutíveis, estão a permissão para o plantio de espécies exóticas com viabilidade comercial em metade das áreas devastadas da Amazônia. Culturas como dendê e eucalipto seriam uma opção no reflorestamento das propriedades.

Outro ponto delicado é a soma de de Áreas de Preservação Permanente (APP) às áreas de reserva legal. Na Amazônia, a lei exige 80% de reserva legal. Nos Cerrados de Estados da Amazônia Legal, são 35%. Nas demais regiões do país, a exigência é de 20%. O texto do projeto também prevê a anistia de passivos ambientais e a blindagem da produção em áreas com declividade acima de 45 graus, desde que consolidadas há mais de dez anos. Isso garantiria as lavouras de maçã, arroz, café e outras culturas hoje em situação irregular.

A votação do novo texto do Código Florestal será um teste para a apresentação de um projeto de lei mais abrangente. Os ruralistas preparam uma proposta para o Código Ambiental, um "guarda-chuva" que condensaria 16.450 instrumentos legais em vigor no âmbito federal na área ambiental. "São leis, portarias, normativos, decretos que ninguém conhece a totalidade", diz o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Valdir Colatto (PMDB-SC). "Imagine o trabalho que é para quem aplica e para quem tem que cumprir isso no dia-a-dia". Até meados de abril, a proposta deve vir a público. "Temos que mexer com a área urbana, tratar da ocupação do solo e de planos diretores"

A bancada ruralista afirma que o objetivo da nova lei, que deve abrir um ampla discussão nacional, é "limpar" as legislação e reduzir a "alguns poucos artigos" um código que serviria para a área rural e também urbana. "Os detalhes restantes seriam regulamentados por decretos específicos e portarias ministeriais", diz Colatto. Para ele, o mais importante nessa discussão sobre as leis ambientais do país é "definir conceitos", como da reserva legal, passando a imposição da obrigação da propriedade para a bacia hidrográfica. "No caso das APPs, tudo teria quer feito com base em orientação técnica de entidades reconhecidas e respeitadas, como a Embrapa", afirma o deputado.

O desenho da nova lei dispensa uma importância fundamental à Embrapa. "Temos que usar os princípios e estudos técnicos realizados pela Embrapa para definir essas questões", defende Colatto. O Código Ambiental trataria, em linhas gerais, do crédito ambiental a produtores e apresentaria espécies de premiações pela preservação do ambiente. Teria, ainda, conceitos de pagamento por serviços ambientais e mudaria o atual sistema de fiscalização, passando da imposição de multas pecuniárias para a "orientação" dos produtores.

Bons projetos e boas intenções – Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/03/2009

NO FINALZINHO de fevereiro, tive a oportunidade de participar da abertura do Global Seed Vault, um projeto muito interessante localizado em Svalbard, Noruega, já no círculo polar Ártico. Iniciada há um ano, o objetivo dessa "Arca de Noé" de sementes é guardar, em temperatura controlada, sementes das plantas alimentares do mundo todo, com o objetivo de garantir a preservação da biodiversidade.

Bancado por um fundo internacional em parceria com o governo da Noruega, o notável projeto aspira a ser um banco de germoplasma mundial à disposição da humanidade, para o caso de catástrofes de quaisquer naturezas destruírem o que existe nas diferentes regiões do planeta.

Depois de um ano de atividades, a direção do Vault e o governo da Noruega levaram algumas pessoas a visitarem o projeto, aproveitando a ocasião para realizar um seminário sobre diversidade. Gente respeitável tratou do tema com visão científica e preocupação com a sustentabilidade da produção agrícola mundial.

Tenho participado de eventos similares em vários países e, ao mesmo tempo em que admiro projetos dessa magnitude e a capacidade de realizá-los por meio de ações coordenadas entre os setores público e privado de diferentes regiões, preocupa-me um tema que, não explicitado, aparece meio "sombreado" em algumas discussões primeiro-mundistas. Vou exagerar nas cores para mostrar essa preocupação.

Os países ricos esperam que os agricultores de todos os quadrantes produzam mais alimentos, fibras e energia por hectare, mais baratos e sustentavelmente. Mas gostariam que tudo isso fosse feito com menos fertilizantes químicos, menos defensivos, usando pouca água, sem transgênicos, reduzindo as emissões de CO2 pelas máquinas agrícolas, sem ocupar mais terra...

E desejam que se realize mantido o protecionismo, com insuficientes recursos destinados à pesquisa e à tecnologia, sem coordenação entre os países na direção de políticas consistentes a favor da produção e enfrentando o preconceito de boa parte da sociedade urbana e da academia em relação a esse setor. Descontado o exagero, é claro que a equação não fecha: sem renda, a produção não aumentará.

Em Svalbard, onde há um projeto concreto e exitoso resultante de coordenação de esforços, o seminário concluiu pela necessidade de que os formuladores de políticas a favor da produção sustentável precisam sair da sua inércia institucional e, com transparência, promover mudanças que permitam a preservação da biodiversidade sem afetar o crescimento da oferta agrícola global.

E recomendam que isso se faça por meio da maciça informação dessas questões à opinião pública em geral e do diálogo construtivo entre o público e o privado, internacionalmente. Está tudo muito bem.

Os modernos discursos de Gordon Brown e mesmo do presidente Barack Obama apontam para a busca de uma economia verde. Propõem que a crise sirva como alavanca para um novo modelo de desenvolvimento baseado na real sustentabilidade em suas três vertentes: econômica, social e ambiental. Isso é correto e devemos todos, particularmente os produtores rurais, embarcar nessa canoa. Mas sem radicalismo: com bom senso, equilíbrio e inteligência, será possível fazê-lo, mantendo o lucro na atividade produtiva, motor de qualquer programa de desenvolvimento.

ROBERTO RODRIGUES, 66, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp e professor do Departamento de Economia Rural da Unesp - Jaboticabal, foi ministro da Agricultura (governo Lula). Escreve aos sábados, a cada 15 dias, nesta coluna.

Amazônia é menos protegida no Brasil – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Brasil – 29/03/2009

Em comparação com vizinhos, só o Peru destina uma proporção menor da selva a reservas florestais e terras indígenas

Apenas 39,6% da Amazônia brasileira está sob proteção, contra 56% da colombiana, 79,7% da equatoriana e 71,5% da parte venezuelana

Quem acha que existe muita terra em mão de índio na Amazônia brasileira faria bem em olhar o mapa acima. Ele será publicado nesta semana por uma rede de 11 ONGs

sul-americanas, e mostra que o Brasil é, na verdade, um dos países que têm proporcionalmente menos territórios indígenas e áreas protegidas na região.

São 39,6% da Amazônia brasileira sob proteção na forma de terras indígenas e unidades de conservação de vários tipos, contra 56% da Amazônia colombiana, 79,7% da equatoriana e 71,5% da venezuelana. Somente o Peru destina uma proporção menor de sua selva às reservas florestais e às comunidades indígenas: 34,9%.

O mapa, produzido pela Raisg (Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada), é o primeiro a localizar as áreas protegidas e os territórios indígenas dos nove países amazônicos.

Considerando só este último quesito, o Brasil também fica atrás dos vizinhos: 50,6% da Amazônia colombiana, 25,7% da boliviana e 65% da equatoriana são indígenas. Em números absolutos não há como comparar a extensão dessas terras com a fatia proporcionalmente menor sob proteção no Brasil -país que tem 64,3% da Amazônia. "Dos 3,2 milhões de quilômetros quadrados de áreas protegidas na Amazônia, 1,9 milhão estão no Brasil", diz o antropólogo Beto Ricardo, do ISA (Instituto Socioambiental), que coordenou a montagem do mapa.

Porém, o trabalho revela que alguns países da região têm mantido a sua porção amazônica razoavelmente protegida, o que, em alguns casos, significa uma proporção grande do território nacional.

Na Colômbia, por exemplo, toda a Amazônia (que representa 43,3% do país) é considerada "reserva florestal" -embora apenas 13% estejam efetivamente em áreas protegidas. São 240 mil quilômetros quadrados em terras indígenas.

A situação do Equador é ainda mais simbólica. As terras indígenas amazônicas reconhecidas pelo governo correspondem a 30% da área do país. No Brasil, todas as terras indígenas, somadas, respondem por 13% da área nacional, número que o ministro Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos) já disse considerar alto demais.

"No Equador, o processo de reconhecimento oficial de territórios indígenas na Amazônia é menos burocrático que no Brasil", diz Beto Ricardo. "A região é praticamente toda ocupada por povos indígenas e, ao reconhecer seus direitos, o governo já excluiu as propriedades privadas existentes."

Em outros países, como a Venezuela, o processo de demarcação das terras indígenas é mais atrasado. O governo venezuelano não reconhece as terras (nem mesmo a ianomâmi,

demarcada e homologada desde os anos 1990 no lado brasileiro), denominando-as "zonas de ocupação indígena", sobrepostas a parques nacionais.

Como resultado, não existem dados oficiais sobre as terras indígenas no país, que acabam sob proteção menor. "O único mapa disponível era o do serviço de saúde indígena", diz Alicia Rolla, especialista em sensoriamento remoto do ISA.

A Amazônia é nossa

A melhor notícia do mapa é que, mesmo com 33 milhões de habitantes e 370 povos indígenas distribuídos por nove países com perfis econômicos diversos, a Amazônia possui 41,2% dos seus 7,8 milhões de quilômetros quadrados sob algum tipo de proteção.

Mesmo assim, 17% da floresta já tombou em toda a região, e ainda não existe um diagnóstico do que está acontecendo dentro de cada área protegida.

Na fronteira do Brasil com o Peru, por exemplo, há ação de madeireiros do lado peruano, apesar de haver um mosaico contínuo de áreas protegidas de ambos os lados. No Equador, empresas de petróleo (como a Petrobras) atuam em áreas indígenas e parques nacionais.
Segundo Ricardo, o mapeamento deverá ajudar a criar estratégias de conservação transfronteiriças. E ajuda a visualizar o impacto que decisões tomadas em um país podem ter sobre a floresta e as populações indígenas do vizinho.

"Esse mapa é uma contribuição para o ressignificado da expressão tão comum em cada país amazônico de que "a Amazônia é nossa". Afinal, não adianta, por exemplo, o Brasil proteger ou explorar os cursos médios das grandes bacias amazônicas sob o império da soberania nacional se as cabeceiras desses mesmos rios estão em países vizinhos."

O mapa poderá ser obtido a partir desta sexta-feira na internet (**www.raisg.socioambiental.org**).

EUA dizem que vão lutar por acordo do clima – Folha de São Paulo – Ciência – 30/03/2009

"Estamos de volta", disse Todd Stern, principal negociador do governo de Barack Obama para assuntos climáticos, ontem na abertura da reunião da ONU sobre o tema, em Bonn (Alemanha).

Esse é o primeiro evento de clima em que a equipe do novo presidente norte-americano participa -175 países integram a reunião.

O encontro é o primeiro de uma série até a Conferência do Clima em Copenhague, em dezembro. Lá deve ser concluído o acordo que irá substituir o Protocolo de Kyoto, que os EUA não ratificaram.

Stern disse que a administração pretende evitar uma repetição do desastre de Kyoto. E que haverá, no país, uma grande luta política a respeito da questão.

Obama anunciou no sábado que formará um fórum de energia e clima que reunirá 17 nações que emitem mais de 80% dos gases de efeito estufa no mundo, entre eles o Brasil, a Índia, a China e a Rússia.

O Greenpeace congratulou a atitude de Obama. E disse que os EUA podem cortar as emissões de combustíveis fósseis em 12,5% até 2020 com o aumento da eficiência energética e tecnologia limpa.

"Se levar outras medidas em conta, o país pode atingir cortes na ordem de 25% abaixo dos níveis de 1990 em 2020", diz a ONG.

Ibama comemora 20 anos de luta pela preservação ambiental – Sítio Eletrônico do MMA – 30/03/2009

O ministro Carlos Minc elogiou nesta segunda-feira (30) a atuação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que, segundo ele, vem dando agilidade às licenças ambientais, sem perder o rigor necessário à preservação do meio ambiente. Ele destacou o trabalho dos analistas ambientais, tanto na análise dos processos como na fiscalização e combate aos crimes contra a natureza, fundamental para a consolidação da Política Nacional do Meio Ambiente.

Minc discursou na cerimônia do vigésimo aniversário do Ibama, comemorado nesta segunda-feira na sede do órgão, em Brasília, da qual participaram o presidente da entidade, Roberto Messias, o presidente do Senador, José Sarney, que criou o órgão, e o jornalista Fernando César Mesquita, seu primeiro presidente.

Para o ministro, o Ibama é o braço forte do estado no combate à degradação ambiental. Ele lembrou que vem fazendo questão de acompanhar pessoalmente ações do Ibama, como a Operação Arco de Fogo. Elas são exemplos do papel do Instituto, tanto na identificação quanto na repressão dos crimes ambientais e estão contribuindo para mostrar que as

autoridades ambientais estão de olho nos desmatadores e estão botando na cadeia os responsáveis por práticas contrárias à preservação, avaliou.

A ampliação do número de analistas, que já foi aprovada pelo Ministério do Planejamento, permitindo a contratação de 500 novos servidores para trabalhar no combate ao desmatamento e ao tráfico de animais na Amazônia, foi lembrada por Minc como uma das medidas para o fortalecimento do Ibama.

Ele considera o papel do Instituto cada vez mais importante, principalmente no que diz respeito ao cumprimento das metas do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, que exige o combate às queimadas como forma de redução das emissões. Para ele, o rigor tem de aumentar, sob pena de comprometimento das metas. O ministro assegurou que o Ibama contará com todo o apoio necessário por parte do MMA para prosseguir na sua tarefa, que implica a garantia de preservação de todos os biomas brasileiros.

Ministro do Meio Ambiente defende analistas ambientais do Ibama – Sítio Eletrônico do MMA – 31/03/2009

Envio esta mensagem aos funcionários do Ibama, em especial aos seus analistas ambientais. Desde o início da minha gestão à frente do Ministério do Meio Ambiente, tenho procurado valorizar e reforçar o Ibama e seus quadros. Escolhemos para presidente Roberto Messias, experiente e prestigiado da área ambiental. Para secretária-executiva do MMA, escolhemos a bióloga Izabella Teixeira, antigo quadro de carreira do Ibama. E para presidente do Instituto Chico Mendes, escolhemos Rômulo Mello, quadro da casa há mais de 20 anos e que já foi presidente do Ibama. Temos apoiado diretamente os fiscais do Ibama, tendo participado de 16 operações de combate ao crime ambiental. Quando o Ibama foi vítima de agressão criminosa, em Paragominas (PA), estivemos dois dias depois no local, prendendo agressores e interditando suas atividades ilegais.

Garantimos mais um concurso para o Ibama, este ano, para a contratação de 550 analistas ambientais. Estamos providenciando condições materiais, inclusive para a informatização dos processos de licenciamento.

Em todas as nossas declarações públicas, reafirmamos que o Ibama tem dado mais e melhores licenças ambientais, com mais rigor ambiental. Rebatemos muitas vezes pressões de áreas governamentais e privadas que tentam responsabilizar o Ibama por eventuais atrasos nos licenciamentos. Demonstramos que, na maior parte das vezes, as falhas se encontram na baixa qualidade dos EIAs/Rimas e estudos apresentados. Em várias vezes, em entrevistas para jornais, rádios e TVs, afirmamos que os analistas ambientais do Ibama têm

garantido o avanço da infraestrutura do País, como gasodutos, ferrovias e boas hidrelétricas, com mais rigor e agilidade ambientais.

Em entrevista recente, publicada na Gazeta Mercantil, houve um grave erro. Note-se que erros como esse se repetem constantemente na imprensa. Eu próprio já fui acusado, na primeira página de um grande jornal, de que iria transformar o Pantanal num grande canavial, o que, obviamente, era absolutamente falso. Nesta entrevista em questão, na Gazeta Mercantil, por um problema editorial, de falta de espaço, trechos de minha fala foram suprimidos ou truncados, gerando confusões e deturpações indevidas em relação a três fatos diferentes:

O primeiro tem a ver com a Operação Euterpe, promovida pela Polícia Federal contra fiscais e não analistas ambientais do Ibama do Rio de Janeiro, que redundou na prisão de 30 deles; e cuja auditoria está em processo de finalização. Eu conheço bem esse processo, e me referi a ele como um fato positivo de depuração do órgão, até para não contaminar o bom nome da imensa maioria dos funcionários do Ibama.

O segundo tem a ver com a Operação Cartas Marcadas, que aconteceu no Rio de Janeiro, e meu pedido, contra dirigentes da Feema de Angra dos Reis, onde vários deles venderam licenças ambientais ilegais, inclusive para mansões em Angra dos Reis e na Ilha Grande. Alguns foram presos, assim como secretários de Meio Ambiente de Angra dos Reis e de municípios vizinhos.

Posteriormente, procedemos ao cancelamento de algumas dessas licenças e à demolição de alguns desses condomínios irregulares.

O terceiro fato foi nossa observação em relação à Feema no Rio de Janeiro, sobre uma pilha de 7.500 licenças ambientais que, por conta da demora e da burocracia, facilitou processos de corrupção envolvendo alguns técnicos estaduais, que foram exonerados. Afirmei sim que o aumento da transparência, da informatização e de agilização dos processos, reforçando seu rigor, ajudam sim a combater a corrupção, combinados com outros processos ligados à Ouvidoria e Corregedoria.

A edição da entrevista em questão, porém, omitiu a Operação Cartas Marcadas em Angra dos Reis, de âmbito estadual, e acabou insinuando que os 30 da Operação Euterpe têm a ver com o licenciamento ambiental, o que não é verdade. Além disso, dá a entender que a burocracia, obrigatoriamente, conduz à corrupção, quando, na verdade, ela apenas cria dificuldades adicionais que podem ser exploradas por um corrupto eventual.

Quero reafirmar que me orgulho do trabalho dos analistas ambientais do Ibama, que trabalham sob pressão, recebem baixos salários para as responsabilidades que têm, contam

com um quadro subdimensionado e que, nos últimos três anos, não foram objetos de qualquer ação ou processo por corrupção.

Tenho reafirmado publicamente o quanto o Brasil deve reconhecer o esforço dos analistas ambientais do Ibama, que têm propiciado um desenvolvimento sustentável, combatendo o atraso e as desigualdades sociais, e, simultaneamente, defendido rios, florestas, lagoas e a saúde da população.

Afirmo ainda que, em futuro próximo, esforços significativos serão dedicados ao aumento do número de analistas ambientais e à melhora de suas condições de trabalho. Assim serão destinados esforços para uma maior profissionalização e planejamento de suas atividades.

Saudações ecológicas e libertárias do ministro Carlos Minc



Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria





Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda

Apoio











Ministério do Desenvolvimento Agrário

